

SOCIOLOGIA *ON LINE*

Número Temático 31

Revista da Associação Portuguesa de Sociologia (APS)

SOCIOLOGIA ON LINE

Três números por ano

n.º 31, abril 2023 | Número Temático

Diretora: Madalena Ramos (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa; madalena.ramos@iscte-iul.pt)

Diretoras Adjuntas: Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; dalilacerejo@fcs.h.unl.pt) e Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa; mbmelo@ie.ulisboa.pt)

Coordenadoras Convidadas: Cristina Parente (Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto; cparente@letras.up.pt), Raquel Rego (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; raquel.rego@ics.ulisboa.pt) e Sílvia Ferreira (Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais; smdf@fe.uc.pt)

Conselho de Redação: Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa); Ana Maria Brandão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ICS-UMinho e CICS.NOVA.UMinho); Bruno Dionísio (Universidade de Évora e CICS.NOVA.UÉvora); Nuno Amaral Jerónimo (LabCom – Universidade da Beira Interior e Vilniaus Gedimino Technikos Universitetas, Lituânia); Nuno Dias (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e DINÂMIA'CET_iscte); José Carlos Marques (Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeia) e Vitor Sérgio Ferreira (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS-ULisboa)

Conselho Editorial: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Faculdade de Economia da Universitat de Barcelona, Espanha); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique da Université Lyon II, França); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (Universidade de Piraeus, Grécia); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, México); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil); Jack Barbalet (Institute for Humanities and Social Sciences da Australian Catholic University, Austrália); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto da Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, México); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Luís Baptista (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Espanha); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Espanha); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Maria das Dores Guerreiro (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences da Dortmund University, Alemanha); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Alemanha); Paola Borgna (Universidade de Turin, Itália); Renate Klein

(College of Education and Human Development da University of Maine, EUA); Sofia Gaspar (CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Assistente Editorial: Marta Luís Pereira

Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Sociologia | NIPC: 501990704

Apresentação da Revista: A SOCIOLOGIA *ON LINE* é a revista científica da Associação Portuguesa de Sociologia, apresentando uma política de acesso livre e encontrando-se todos os artigos publicados disponíveis gratuitamente online. Nesta revista publicam-se artigos originais incluindo trabalhos de investigação, pequenos ensaios ou resenhas de obras publicadas. Aceitam-se propostas para publicação de textos escritos em português, espanhol, francês e inglês

Edição: Associação Portuguesa de Sociologia

Normas para os Autores/as: Os textos apresentados para publicação deverão ser textos originais e respeitar as normas de publicação da revista disponíveis online e na última página de cada número da revista

Sistema de Arbitragem: Os artigos enviados para publicação são sujeitos a avaliação independente de pelo menos dois especialistas, sob condições de duplo anonimato

Indexação: Está indexada na SciELO Portugal, Latindex e ERIH PLUS, e classificada na QUALIS-CAPES (Brasil). Aguarda indexação na SHERPA/RoMEO e The Publication Forum (Finlândia).

Sede da Redação: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa

Contactos: Telefone: 217804738 | Fax: 217940274 | *E-mail:* sociologiaonline@aps.pt

Conceção Gráfica e Composição: Lina Cardoso

Capa: Isabel Rebelo

Web Design: Factis

Revista de Acesso Livre: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

N.º de Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823



SOCIOLOGIA ON LINE

Three issues per year

N.º 31, April 2023 | Special Issue

Editor: Madalena Ramos (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa; madalena.ramos@iscte-iul.pt)

Associate Editors: Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; dalilacerejo@fcs.unl.pt) e Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa; mbmelo@ie.ulisboa.pt)

Guest Editors: Cristina Parente (Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto; cparente@letras.up.pt), Raquel Rego (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; raquel.rego@ics.ulisboa.pt) e Sílvia Ferreira (Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais; smdf@fe.uc.pt)

Board Members: Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa); Ana Maria Brandão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ICS-UMinho e CICS.NOVA.UMinho); Bruno Dionísio (Universidade de Évora e CICS.NOVA.UÉvora); Nuno Amaral Jerónimo (LabCom – Universidade da Beira Interior e Vilniaus Gedimino Technikos Universitetas, Lituânia); Nuno Dias (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e DINÂMIA’CET_iscte); José Carlos Marques (Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria) and Vitor Sérgio Ferreira (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS-ULisboa)

Advisory Editors: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodríguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Spain); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique of Université Lyon II, France); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (University of Piraeus, Greece); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, Mexico); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brazil); Jack Barbalet (Institute for Humanities and Social Sciences, Australian Catholic University, Australia); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto de Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, Mexico); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juares Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Luís Baptista (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Spain); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Spain); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Maria das Dores Guerreiro (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brazil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences of Dortmund University, Germany); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Germany); Paola Borgna (Universidade de Turin, Italy); Renate Klein (College of Education and

Human Development of University of Maine, USA); Sofia Gaspar (CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Editorial Assistant: Marta Luís Pereira

Copyright: Associação Portuguesa de Sociologia | NIPC: 501990704

About the Journal: SOCIOLOGIA *ON LINE* is the scientific journal of the Portuguese Sociological Association. It has an open access policy, with all published articles freely available online. This journal publishes original research on social sciences; short essays and book reviews. Proposals for publication can be written in English, Portuguese, Spanish or French

Publisher: Associação Portuguesa de Sociologia

Submission Guidelines: Only original papers complying to the journal's guidelines, available online and at the last page of each number, are accepted for publication

Refereeing: SOCIOLOGIA *ON LINE* uses a double-blind peer review system with papers being independently evaluated by at least two experts

Abstracting and Indexing: Is indexed in SciELO Portugal, Latindex and ERIH PLUS, and is classified in QUALIS-CAPES (Brazil). Is under review in SHERPA/RoMEO and The Publication Forum (Finland).

Editorial Office: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa

Contact: Phone: 217804738 | Fax: 217940274 | E-mail: sociologiaonline@aps.pt

Design and Typeset: Lina Cardoso

Cover: Isabel Rebelo

Web Design: Factis

Open access journal available at: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

Number in Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823



INDICE

Editorial	9
<i>Raquel Rego, Cristina Parente e Sílvia Ferreira</i>	
Artigos	
O olhar sociológico sobre a sociedade civil, economias alternativas e o voluntariado	15
<i>Sílvia Ferreira, Cristina Parente e Raquel Rego</i>	
Decrescimento e cuidado nas práticas das iniciativas locais	37
<i>Graça Rojão</i>	
Economias alternativas, ultraliberalismo e pandemia: mulheres na agroecologia no Brasil	59
<i>Natália Santos Lobo, Liliam Telles e Isabelle Hillenkamp</i>	
Organização, trabalho e voluntariado nos festivais de cinema: análise de dois casos portugueses	76
<i>Tânia Leão</i>	
Na luta e em luta contra o tráfico: organizações de mulheres e feministas no campo português do combate ao tráfico	96
<i>Mara Clemente</i>	
Estudos de caso	
Impactos da pandemia COVID-19 nas organizações de proximidade	
Estudo de caso: O Abrigo	119
<i>Alexandra Ferreira da Silva, Graça Rojão e Sílvia Ferreira</i>	
Estudo de caso: CooLabora	128
<i>Graça Rojão e Cristina Parente</i>	
Estudo de caso: RDA69	138
<i>José Nuno Matos, Graça Rojão e Raquel Rego</i>	
Normas para Autores/as	149



CONTENTS

Editorial	9
<i>Raquel Rego, Cristina Parente e Sílvia Ferreira</i>	
Articles	
The sociological regard on civil society, alternative economies and volunteering	15
<i>Sílvia Ferreira, Cristina Parente e Raquel Rego</i>	
Degrowth and care in the practices of local initiatives	37
<i>Graça Rojão</i>	
Alternative economies, ultraliberalism and pandemic: women in agroecology in Brazil	59
<i>Natália Santos Lobo, Liliam Telles e Isabelle Hillenkamp</i>	
Organization, work, and volunteering at film festivals: Analysis of two Portuguese cases	76
<i>Tânia Leão</i>	
The struggle against trafficking and each other: women's and feminist organizations in Portuguese counter-trafficking	96
<i>Mara Clemente</i>	
Case studies	
Impactos da pandemia COVID-19 nas organizações de proximidade	
Estudo de caso: O Abrigo	119
<i>Alexandra Ferreira da Silva, Graça Rojão e Sílvia Ferreira</i>	
Estudo de caso: CooLabora	128
<i>Graça Rojão e Cristina Parente</i>	
Estudo de caso: RDA69	138
<i>José Nuno Matos, Graça Rojão e Raquel Rego</i>	
Submission guidelines for authors	152



EDITORIAL

Raquel Rego

FUNÇÕES: Conceptualização, Investigação, Visualização, Redação do rascunho final, Redação – revisão e edição
AFILIAÇÃO: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9,
1600-189 Lisboa, Portugal
E-mail: raquel.rego@ics.ulisboa.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7342-8695>

Cristina Parente

FUNÇÕES: Conceptualização, Investigação, Visualização, Redação do rascunho final, Redação – revisão e edição
AFILIAÇÃO: Departamento de Sociologia, Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do
Porto. Av. Panorâmica, s/n, 4150-574 Porto, Portugal
E-mail: cparente@letras.up.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7500-7050>

Sílvia Ferreira

FUNÇÕES: Conceptualização, Investigação, Visualização, Redação do rascunho final, Redação – revisão e edição
AFILIAÇÃO: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais. Av. Dias da
Silva, 165, 3004-512 Coimbra, Portugal
E-mail: smdf@fe.uc.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5549-5168>

O número temático da *SOCIOLOGIA ONLINE* que aqui se apresenta pretende pôr em relevo as especificidades da análise sociológica em torno das problemáticas da “sociedade civil, das economias alternativas e do voluntariado”, temáticas que agregamos na constituição de uma secção da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) com o mesmo nome. Foi a um duplo desafio que procurámos responder, com a seleção de artigos que integram este número: por um lado, discernir sobre o que há de específico no olhar sociológico de um objeto difícil de restringir; por outro lado, evidenciar os contributos que a reflexão e a prática a partir deste campo trazem em tempos de múltiplos desafios societais.

São muitos os termos e expressões que são usados para designar estes fenómenos sociais que estruturam as sociedades contemporâneas enquanto ação e organização da sociedade civil. Organizações não governamentais, organizações sem fins lucrativos, terceiro setor, economia social, economia solidária, economia popular e microempreendedorismo, empresas sociais, empreendedorismo social e coletivo, inovação social, setor voluntário, militantes, ativistas, movimentos sociais, participação cívica, etc. Os termos não são isentos de sentidos políticos e sociais e remetem para as inúmeras possibilidades para descrever e analisar o envolvimento dos indivíduos em sociedade, frequentemente de forma coletiva e mais ou menos organizada, com o intuito de produzir bens e serviços, responder a necessidades ou aspirações, intervir na representação dos seus membros ou da sociedade, em defesa de interesses comuns, ou tecer e fortalecer laços de pertença e de solidariedade.

Ao falarmos deste campo/objeto de estudo, nomeado por nós agora como “sociedade civil, economias alternativas, voluntariado”, assumimos a dificuldade

em encontrar uma expressão curta e abrangente, dado que o âmbito é, ele próprio, tributário de diferentes especialidades da sociologia, tal como a sociologia do trabalho, das organizações e das associações, a sociologia económica, a sociologia das desigualdades e da ação política, ou mesmo da sociologia da cultura, além de ser disputado com outras ciências sociais, sejam elas a economia e a gestão ou a ciência política.

O interesse da sociologia por este objeto de estudo não é novo. O trabalho de autores clássicos, como Max Weber, Émile Durkheim, Ferdinand Tönnies e Talcott Parsons, contribuiu para a construção da ideia de um espaço constituído por relações económicas específicas, solidariedade e comunidade, associativismo, e mesmo um sector específico. Todavia, à medida que o próprio campo se estrutura, alguns/as investigadores/as têm procurado identificar a especificidade do olhar sociológico (Barman, 2016; Bidet, 2010; DiMaggio & Anheier, 1990; Laville & Sainsaulieu, 1997; Sager, 2010), que muito resumidamente poderíamos descrever como um olhar relacional, plurifacetado, atento aos contextos espaço-temporais sociais, culturais, económicos e políticos dos atores e suas ações.

De facto a prática e a teoria nunca estiveram muito apartadas na análise deste objeto, tendo-se verificado um desenvolvimento concomitante entre iniciativas e organizações e o seu reconhecimento político e público e a investigação. Um momento alto deste encontro é o trabalho do Johns Hopkins Center for Civil Society Studies e, nomeadamente de Lester Salamon e de Helmut Anheier, que conduziram à criação do Manual das Nações Unidas para as Contas Satélites do Setor não Lucrativo (United Nations [UN], 2018). Um outro exemplo é o trabalho do CIRIEC – International Centre of Research and Information on the Public, Social and Cooperative Economy, que tem como lema ser um ponto de encontro entre cientistas e decisores, desempenhando um papel importante na delimitação da economia social na Europa e na interlocução com as instituições europeias.

Estes trabalhos têm evidenciado, não só o crescente reconhecimento público, mas também a importância, em número e centralidade, que se evidencia em tempos de crises. A pandemia COVID-19 foi um momento de visibilidade e mobilização, quer pela resposta às necessidades das pessoas e comunidades, quer pelos desafios que as organizações enfrentaram (Hespanha, 2020). Em nosso entender, a pandemia COVID-19 evidenciou uma das características mais marcantes das organizações e práticas, a da proximidade.

O número temático contém um conjunto de artigos científicos selecionados a partir da chamada lançada pela secção, em particular apelando a membros da secção e participantes no XI Congresso Português de Sociologia *Identidades ao rubro: diferenças, pertenças e populismos num mundo efervescente*, que teve lugar de 29 a 31 de

março de 2021. Acrescem ainda neste número o que designámos por fichas de estudo de caso, elaboradas na sequência do Seminário de Outono da Secção, subordinado à temática *Impactos da pandemia COVID-19 nas organizações de proximidade*, ocorrido a 20 de novembro de 2020.

Condensamos neste número estudos sociológicos com fundamentação teórica e baseados empiricamente nas práticas sociais atuais. As fichas estudo de caso dão conta daquilo que é a sociologia da prática profissional neste campo de intervenção. O objetivo das fichas foi disponibilizar informação sobre estas organizações em contexto de pandemia, quer para dar visibilidade à forma como as organizações têm respondido aos desafios que enfrentaram, quer para poderem servir como ferramentas pedagógicas, cumprindo igualmente uma função de clarificação da prática de intervenção profissional dos sociólogos.

O primeiro artigo, “O olhar sociológico sobre a sociedade civil, economias alternativas e o voluntariado”, assinado por Sílvia Ferreira, Cristina Parente e Raquel Rego, pretende fazer uma reflexão teórica sobre a especificidade do olhar sociológico deste campo complexo ancorada na revisão da literatura. No segundo artigo, intitulado “Decrescimento e cuidado nas práticas das iniciativas locais”, da autoria de Graça Rojão, reflete-se sobre 52 iniciativas locais alternativas portuguesas a partir de duas matrizes, a saber o decrescimento e a perspetiva feminista sobre o cuidado.

Um terceiro artigo, “Economias alternativas, ultraliberalismo e pandemia: mulheres na agroecologia no Brasil”, as autoras, Natália Santos Lobo, Liliam Telles e Isabelle Hillenkamp, partem de uma perspetiva feminista das economias alternativas para estudar o efeito da pandemia COVID-19 na trajetória da agroecologia no Brasil, com base em uma pesquisa conduzida em duas regiões.

Tânia Leão escreveu o quarto artigo, “Organização, trabalho e voluntariado nos festivais de cinema: análise de dois casos portugueses”. A autora apresenta dados empíricos de dois festivais de cinema, discutindo a relação entre trabalho e voluntariado.

O último artigo pertence a Mara Clemente. No artigo, “Na luta e em luta contra o tráfico: organizações de mulheres e feministas no campo português do combate ao tráfico”, a autora questiona o papel das organizações feministas no combate ao tráfico.

Este número temático contém um dossier, composto por fichas de estudo de caso, sobre os “Impactos da pandemia COVID-19 nas organizações de proximidade”, elaborado em colaboração com profissionais e investigadores/as. Estas organizações foram descritas e analisadas nos seus aspetos organizacionais (missão, objetivos, atividades, recursos, modelos de gestão e governança) e na forma como foram afetadas (e os seus públicos, trabalhadores e membros) e fizeram face à pandemia COVID-19.

São apresentadas três organizações distintas: *i)* O Abrigo, uma associação sem fins lucrativos (ficha de caso elaborada por Alexandra Ferreira da Silva, Graça Rojão e Sílvia Ferreira); *ii)* a CooLabora, uma cooperativa multisectorial (ficha de caso elaborada por Graça Rojão e Cristina Parente) e *iii)* a RDA69, associação criada por residentes numa zona urbana (ficha de caso elaborada por José Nuno Matos, Graça Rojão e Raquel Rego). Num balanço geral, podemos dizer que a pandemia acentuou o papel da reciprocidade e do cuidado nestas organizações e na sua relação com as comunidades, embora também tenha colocado o desafio da sua sustentabilidade. Resta saber o que vai perdurar estando ultrapassada a situação de crise pandémica: as práticas de reciprocidade, de partilha e de mutualização manter-se-ão, ou serão abafadas pela força de uma sociedade neoliberal, onde prevalecem valores individualistas e consumistas?

Notas

Por decisão pessoal, as autoras do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Barman, E. (2016). Varieties of Field Theory and the Sociology of the Non-profit Sector. *Sociology Compass*, 10(6), 442-458.
- Bidet, E. (2010). Social Economy. In H. K. Anheier, & S. Toepler (Eds.), *International Encyclopedia of Civil Society* (pp. 1405-1410). Springer.
- DiMaggio, P. J., & Anheier, H. K. (1990). The sociology of nonprofit organisations and sectors. *Annual Review of Sociology*, 16(1), 137-159.
- Hespanha, P. (2020). A vulnerabilidade das instituições sociais básicas e a resposta de primeira linha. In J. Reis (Org.), *Como Reorganizar um País Vulnerável?* (pp. 447-486). Conjuntura Atual.
- Laville, J.-L., & Sainsaulieu, R. (1997). *Sociologie de l'association. Des organisations à l'épreuve du changement social*. Desclée de Brouwer.
- Sager, R. (2010). Theories of Nonprofit Sector, Sociological. In H. K. Anheier, & S. Toepler (Eds.), *International Encyclopedia of Civil Society* (pp. 1537-1543). Springer.
- UN, United Nations. (2018). *Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work* (Studies in Methods). Department of Economic and Social Affairs/Statistics Division.



ARTIGOS
ARTICLES

O OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE A SOCIEDADE CIVIL, ECONOMIAS ALTERNATIVAS E O VOLUNTARIADO

THE SOCIOLOGICAL REGARD ON CIVIL SOCIETY, ALTERNATIVE ECONOMIES AND VOLUNTEERING

Sílvia Ferreira

FUNÇÕES: Concetualização, Investigação, Metodologia, Redação do rascunho original, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais. Av. Dias da Silva, 165, 3004-512 Coimbra, Portugal

E-mail: smdf@fe.uc.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5549-5168>

Cristina Parente

FUNÇÕES: Concetualização, Investigação, Metodologia, Redação do rascunho original, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: Departamento de Sociologia, Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Av. Panorâmica, s/n, 4150-574 Porto, Portugal

E-mail: cparente@letras.up.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7500-7050>

Raquel Rego

FUNÇÕES: Concetualização, Investigação, Metodologia, Redação do rascunho original, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa, Portugal

E-mail: raquel.rego@ics.ulisboa.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7342-8695>

Resumo: Através de uma revisão da literatura, este artigo procura sistematizar as especificidades da análise sociológica que trata da “sociedade civil, economias alternativas e o voluntariado”. Não se pretendeu ser exaustivo na abordagem proposta, mas ilustrar a diversidade dos contributos sociológicos dentro de um campo de investigação recente e em crescimento de há 3 décadas a esta parte. Importa assumir que se trata de um objeto multidisciplinar pelo que a especificidade da análise sociológica pode surgir dissolvida. É na fronteira com a economia, a gestão e a ciência política, passando por diversas outras disciplinas, que os sociólogos, académicos e profissionais, têm dado vários contributos para a afirmação do campo. Em Portugal, a investigação sociológica, apesar de escassa, tem contribuído para o desenvolvimento e a institucionalização, tardia, do próprio campo. Em remate conclusivo, salientamos que existe um legado sociológico específico para o conhecimento e intervenção neste campo e que, tal como sucede noutros domínios, ele denota a variabilidade teórica e empírica de diferentes tradições e contextos geográficos.

Palavras-chave: sociologia, terceiro sector, economia social e solidária, associativismo.

Abstract: Through a literature review, this article seeks to systematize the specificities of sociological analysis dealing with “civil society, alternative economies and volunteering”. It is not intended to be exhaustive in the proposed approach, but rather to illustrate the diversity of sociological contributions within a field of research that is recent and growing over the last three decades. It is important to assume that this is a multidisciplinary object and therefore the specificity of sociological analysis may appear dissolved. It is on the borderline with economics, management and political science, passing through various other disciplines, that sociologists, both academics and professionals, have made

various contributions to the affirmation of the field. In Portugal, sociological research, although scarce, has contributed to the development and (late) institutionalization of the field itself. In conclusion, we emphasize that there is a specific sociological legacy for knowledge and intervention in this field and that, as in other fields, it denotes the theoretical and empirical variability of different traditions and geographical contexts.

Keywords: sociology, third sector, social and solidarity economy, associationism.

Apresentação

A análise sociológica encontra-se institucionalizada há mais de um século embora as suas fronteiras permaneçam porosas. A complexidade dos fenómenos sociais e a sua multicausalidade e interdependência, bem como a combinação de metodologias e a sua triangulação, são marcos de um olhar sociológico que constitui a sua originalidade também nos limites das fronteiras disciplinares, seja da ciência política, da economia política e da gestão, seja da própria intervenção social.

A reflexão que propomos neste artigo procura sistematizar o que consideramos constituir a especificidade do enfoque da análise sociológica que trata da “sociedade civil, economias alternativas e o voluntariado”. Não se pretende exaustividade nas enumerações e discussões feitas mas a ilustração do pensamento sociológico dentro de um campo de investigação multidisciplinar em crescimento há cerca de três décadas a esta parte. Neste sentido, o sociólogo norte-americano, D. H. Smith iniciou, em 1970, a recolha de termos próximos, tendo desembocado num *Dictionary of Nonprofit Terms and Concepts* (Smith et al., 2006), com centenas deles; e, em outras geografias, o *Dicionário Internacional da Outra Economia* (Cattani et al., 2009) acrescentou mais de meia centena de termos relacionados.

A pluralidade de designações está marcada pelos contextos socioeconómicos e políticos dos investigadores e das realidades que estudam, das perspetivas disciplinares e teóricas e dos projetos políticos a que frequentemente se associam. Isto mesmo tem sido tema de preocupação dos investigadores deste campo, cientes do carácter socialmente construído e historicamente situado dos conceitos.

Temos noção de que a criação de um campo de investigação próprio, ainda que de fronteiras porosas, é muito posterior à existência das realidades que procura retratar. Os primeiros sociólogos preocuparam-se com a ação e as estruturas originárias na sociedade e inspiraram estudos posteriores. Weber inspira análises da sociologia económica, Parsons inspira a própria ideia de sector e função, Tönnies e Durkheim contribuem para as formulações sobre a solidariedade. Mas as propostas unificadas de um “sector” ou “campo” são mais recentes.

Nas páginas que se seguem, estruturamos o texto em quatro partes. Três destas correspondem genericamente a três formas de “entrada” para o olhar sobre este campo vasto e plurisemântico. Na primeira trabalhamos o “espaço” entre o Estado e a economia mercantil que se desenvolve em relação com o Estado-Providência e a sua crítica e crise, onde dominam termos como terceiro sector (TS), sector não lucrativo e algumas aceções do conceito de sociedade civil. Na segunda secção, ao trabalhar as economias alternativas, remetemos para uma abordagem de mercado que entende a economia como plural e integral. Uma economia que não fragmenta a vida em relações económicas e relações sociais, e que pretende recolocar as pessoas no centro da economia. Trabalhamos sobretudo a proposta da economia solidária como campo de análise e teorização que tem suscitado mais interesse no âmbito da sociologia.

Na terceira secção abordamos a ação voluntária e o associativismo, temas trabalhados na sociologia do voluntariado e na sociologia das associações, na sua relação com conceitos como os de comunidade, capital social e participação.

Finalmente, apontamos as abordagens da sociologia portuguesa, ainda dispersas e refletindo uma tardia maturação do campo científico, em consonância com a tardia e incompleta institucionalização do campo.

Sem ambição de exaustividade, procuramos, assim, fazer um esboço de caracterização dos olhares sociológicos sobre a “sociedade civil, economias alternativas e o voluntariado”.

Estado, sociedade civil e terceiro sector

O elemento comum dos diversos conceitos que emergem para descrever um TS, é a sua (re)invenção em contexto de transformações no papel do Estado no bem-estar social, emergindo discursiva e estrategicamente quer como alternativa quer como aliado, a partir dos anos 1970 (Ferreira, 2009).

A delimitação deste TS implicou um trabalho de definição que foi central para a sua afirmação (Alcock, 2010) e para a sua governação (Nickel & Eikenberry, 2016). O sector não lucrativo foi definido como sendo constituído por organizações formais, privadas, sem fins lucrativos, autogovernadas e voluntárias (Salamon & Anheier, 1992). A proposta mais saliente foi liderada por Lester Salamon, no âmbito do “Comparative Nonprofit Sector Project”¹. É neste projeto que surge a preferência pela utilização do conceito de sociedade civil, dando relevo às dimensões

1 Para esta afirmação contribuiu, também, a criação da ISTR – International Society for Third Sector Research.

política e cultural, a par das dimensões social e económica (Heinrich, 2005). A associação do setor não lucrativo, voluntário ou da filantropia ao conceito de sociedade civil proposta por autores do campo dos estudos do terceiro setor (por exemplo, Deakin, 2001), sobretudo por perspectivas que colocam a sociedade civil num terceiro espaço entre a esfera política e a esfera económica, contribui para a delimitação do conceito. Gramsci é, nesse sentido, uma importante referência analítica ao colocar em relação estas diferentes esferas, por exemplo, nas discussões sobre a relação entre Estado e terceiro setor e o papel hegemónico e/ou contra-hegemónico da sociedade civil (Katz, 2006).

A tradição da sociologia estrutural funcionalista de Parsons foi mobilizada para a própria ideia de “sector” e para informar abordagens sobre diferentes funções e papéis. Se para alguns autores as organizações do terceiro setor (OTS) ocupavam um lugar específico na sociedade, relacionado com as funções de integração e cultural (Donati, 1996; Van Til, 1988), para outros as OTS operam nas quatro funções, económica, cultural, política e construção de comunidade (Salamon et al., 2004).

A sociologia Luhmanniana inspira a ideia de que OTS estão acopladas a vários sistemas funcionais como o económico, o político e o da comunidade (Ferreira, 2014; Neumayr et al., 2010). O TS é percebido como resultado da diferenciação funcional (Will et al., 2018) ou como uma resposta à necessidade de estabelecer acoplamentos entre diferentes sistemas sob diferenciação e complexidade sociais (Donati, 1996).

Estas abordagens foram mobilizadas para descrever o TS como estando em tensão com o Estado. Como descreve Villadsen (2008), existe uma tendência para se procurarem diferenças em vez de semelhanças e o Estado como impondo a sua racionalidade ao TS. Esta distinção entre uma racionalidade instrumental e técnico-científica de Estado e a proximidade e intersubjetividade do TS estão presentes na tradição sociológica de Weber, Tönnies e Habermas.

As abordagens sociológicas têm estudado o modo como as OTS se posicionam em relação com outras organizações, atores e discursos. Com recurso à teoria bourdieusiana do campo, alguns autores estudam o posicionamento das OTS em campos que são arenas de luta entre diferentes agentes, desenvolvendo estratégias de distinção (Macmillan, 2013). A teoria dos campos de ação estratégica (Fligstein & McAdam, 2011) liga a investigação sobre TS à investigação sobre movimentos sociais, analisando a ação estratégica das OTS na construção de coligações e na partilha de significados para formação do campo (Lang & Mullins, 2020).

Na sociologia pragmática, em convergência com a economia das convenções, tem sido mobilizada a teoria dos ordens de valor, de Boltanski e Thevenot (2006), para compreender os valores e práticas de diferentes tipos de OTS, com particular

ênfase na ideia de que estas organizações confrontam-se com várias ordens de valor a partir das quais justificam as suas práticas em contextos específicos (Petzinger et al., 2021). Alguns autores percebem as OTS como realizando compromissos entre diferentes ordens em tensão (Enjolras, 2004).

A marca distintiva das abordagens sociológicas é a atenção ao contexto e às interações que dão origem às organizações que povoam o TS (DiMaggio & Anheier, 1990; Sager, 2010). É a partir destas perspetivas que se criticam as abordagens dos fracassos do Estado e do mercado, provenientes da economia neoclássica. Lester Salamon (1987) explica o Estado-Providência como resposta a fracassos da filantropia: insuficiência, particularismo, paternalismo e amorosismo. DiMaggio e Anheier (1990) explicaram o aumento do número de OTS com o desenvolvimento do Estado-Providência. Salamon e Anheier (1998) utilizaram a teoria da mobilização de recursos para explicar o TS em diferentes países, formulando uma teoria das origens sociais.

As abordagens institucionalistas são atualmente proeminentes nos estudos do TS a partir de diferentes disciplinas. O institucionalismo histórico enfatiza trajetórias dependentes da história das instituições onde as organizações estão imersas (Meyer et al., 2020), e o institucionalismo sociológico tem também em conta a dimensão cultural para explicar transformações nas OTS ou no seu contexto (Bromley & Meyer, 2017). No novo institucionalismo, uma importante linha de investigação foi desenvolvida em torno da ideia de campo organizacional, composto por organizações envolvidas na produção e distribuição de um bem ou serviço. DiMaggio e Powell (1983) referem-se à estruturação deste campo organizacional através de um aumento das interações entre organizações, à presença de estruturas organizacionais federativas, ao aumento da informação e ao desenvolvimento de uma consciência mútua. O conceito de isomorfismo institucional (DiMaggio & Powell, 1983), explica a semelhança entre organizações a partir das influências das instituições públicas, das outras organizações e das culturas profissionais.

Também, as abordagens ecológicas às organizações, incluindo as perspetivas evolucionistas, percebem as características das OTS a partir de efeitos do ambiente, surgindo como alternativa às abordagens que as percebem dependendo inteiramente de fatores intrínsecos gestionários (Helmig et al., 2010).

Existe também o olhar sobre os efeitos das OTS na sociedade. Anheier (2004) construiu um índice de sociedade civil, aplicado internacionalmente no âmbito da CIVICUS – Global alliance of civil society organisations and activists, na perspetiva de que uma sociedade civil com ações cidadãs fortes são boas para a democracia. Nas abordagens ao capital social, a existência de um TS forte é uma das condições para elevados níveis de capital social. O conceito de impacto social

concentra muitos estudos que procuram avaliar e medir os efeitos do TS na sociedade (Bassi & Vincenti, 2015). O olhar sociológico sobre este debate assinala a complexidade e dificuldade de avaliação e mensuração do impacto, como se conclui com no projeto “Third Sector Impact” (Enjolras & Sivesind, 2018). Estuda-se, também, o modo como as OTS lidam com as tensões relacionadas com a prestação de contas (Bode, 2010).

O mercado e a economia social e solidária

A economia social e solidária europeia remonta ao início do século XIX, sendo originária da tradição do cooperativismo operário e associativismo das classes populares que se organizaram para fazer face às vicissitudes da exploração causada pelo capitalismo industrial europeu.

Como resultado do crescimento económico da reconstrução da Europa do pós segunda Grande Guerra e da institucionalização do Estado Providência, a economia social (ES), institucionalizou-se. No âmbito dos estudos europeus, marcados pelo protagonismo das cooperativas, mutualidades e associações, a ES foi descrita como contendo dois subsectores, um não mercantil e outro mercantil, remetendo, respetivamente, para as organizações não lucrativas, frequentemente operando em proximidade com o Estado e para as organizações que operam no mercado sob forma cooperativa ou outras formas de organização produtiva democrática. Estes autores têm também desenvolvido um trabalho de quantificação importante para a afirmação e reconhecimento da ES (Centre international de recherches et d’information sur l’économie publique, sociale et coopérative [CIRIEC], 2000; Monzón & Chaves, 2017).

Ao institucionalizar-se, a ES perdeu força reivindicativa e de luta pela transformação social. A partir de meados dos anos 1970, a crise do modo de regulação capitalista favoreceu o surgimento do conceito de economia solidária que, em ruptura com a ES institucionalizada, se afirma como a matriz progressista e germen de um novo projeto societal.

Tem-se assistido à formulação de outros conceitos a partir de origens geográficas menos eurocêtricas como os de “economias alternativas”, “economias transformadoras” e de “outras economias”, sejam elas solidárias, feministas, populares, familiares, de subsistência, comunitária, cooperativa, etc. Em comum têm o seu afastamento face à racionalidade instrumental e ao individualismo utilitarista, característico do padrão clássico da economia de mercado. De entre estas modalidades, a que tem tido mais eco no âmbito da sociologia é a vertente da economia solidária, alvo de abordagens reflexivas seja da sociologia económica, seja da

sociologia do trabalho e das organizações — é a esta vertente que dedicaremos as próximas páginas, não sem a relacionar com o conceito originário de ES.

A tradição sociológica europeia sobre a ES é fortemente influenciada pelo institucionalismo, nomeadamente com o trabalho de economistas como José Luis Monzón Campos, Rafael Chaves Ávila, Jacques Defourny, e sociólogos como Jean-Louis Laville, Jordi Estivill, Patrick Delvelere, entre outros. É assim, também, que a partir do contexto europeu emerge o conceito de empresa social, motivada por transformações e características dos seus contextos institucionais (Borzaga & Defourny, 2001; Defourny & Nyssens, 2017).

O conceito de economia solidária procura autonomizar-se em relação aos conceitos de ES, economia popular e TS (Estivill, 2018), visando, por um lado, reter aquilo que tem de comum com a ES e, por outro, distinguir-se da ES e das suas organizações, quase sempre maiores, mais antigas e institucionalizadas (Defourny & Develtere, 2009), com forte isomorfismo institucional com o Estado e a economia mercantil.

Assumindo forte expressão na Europa francófona na década de 1990, a economia solidária encontra um itinerário relevante no sul da Europa e na América Latina onde descreve um conjunto de iniciativas económicas implementadas pelas e para as populações mais pobres e desempregadas. Roque Amaro (2009) rotula a primeira de “versão francófona” discutida e afirmada por autores belgas, canadianos e franceses, respetivamente Jacques Defourny, Louis Favereau e Jean-Louis Laville; a segunda designa de “versão ibero-americana” com expressão em língua portuguesa e espanhola, destacando como representantes Paul Singer e Genauto França Filho no Brasil, José Luis Coraggio na Argentina e Jordi Estivill na Calatunya-Espanha; acrescenta ainda a “versão da macaronésia” que integra Portugal (Açores e Madeira), Cabo Verde e Canárias.

Conceitualmente, a economia solidária conjuga-se na complementaridade entre dinâmicas mercantis (baseada na venda de bens e serviços no mercado), não mercantis de redistribuição (a partir das relações, protocolos, contratos com instituições estatais e para-públicas) e não monetária (onde dominam as relações comunitárias, familiares, de vizinhança baseadas na reciprocidade, entreajuda e dádiva). Uma complementaridade que se traduz simultaneamente numa integração entre as lógicas produtivas e reprodutivas (esta últimas sempre excluídas dos raciocínios económicos clássicos).

É, por isso, um campo amplo de iniciativas e práticas onde ganham forma modos alternativos de trabalho e de criação de rendimento, propondo um projeto político de sociedade, inspirado na emancipação das pessoas (ao invés da sua alienação), na atuação local e na pequena escala (ao invés da desterritorialização e

globalização), concretizado em mudanças concretas que permitem pensar em novos rumos para as sociedades com foco na sustentabilidade da vida, em condições de justiça ecosocial. Com uma orientação focada no nível micro, propõe um modo de vida que respeita os ritmos da natureza e das pessoas, onde os vínculos sociais de reciprocidade (mais ou menos formal, seja associativo, cooperativo, vizinhança ou comunitário) se sobrepõem ao interesse material e individual.

Como sintetiza Pedro Hespanha (2018), as âncoras das práticas de economia solidária radicam em 4 princípios diferentes da economia de mercado: *i)* gestão democrática ou a autogestão; *ii)* solidariedade entre iguais; *iii)* dimensão política; *iv)* dimensão ambiental.

As abordagens de que é alvo são subsidiárias particularmente da sociologia e da ciência política, sendo objeto de trabalho de académicos, muitas vezes, de autores também eles ativistas, de todos os lugares do mundo. Assumem um caráter descritivo, muito marcado pelo relato das experiências nacionais.

Os estudos revelam uma nítida preocupação em sistematizar as práticas, refletindo sobre 2 eixos temáticos principais: *i)* a descrição do que fazem, como fazem e com quem fazem, destacando os procedimentos operacionais, nomeadamente as estruturas organizacionais, as modalidades de gestão, dificuldades e entraves quer a nível micro das organizações de base, coletivos e grupos, quer ao nível macro das organizações representativas e formas de funcionamento regionais e nacionais; *ii)* a relação com o Estado onde figura seja a propositura de políticas e programas de fomento, seja a avaliação das políticas públicas nacionais e regionais/locais de apoio ao desenvolvimento da economia solidária. A título de exemplo cite-se no primeiro eixo os trabalhos de Hillenkamp (2016), Lucas dos Santos (2011) e Suriñach (2017) ou os trabalhos desenvolvidos no âmbito da designada tecnologia social, muito disseminada no Brasil quer pelo Fórum Brasileiro da Economia Solidária, quer pela extinta Secretaria Nacional da Economia Solidária. No segundo eixo, e de novo a título ilustrativo, são marcantes os trabalhos de Jean-Louis Laville em França, do Jordi Estivill na Catalunha, Paul Singer no Brasil.

Do ponto de vista teórico, a leitura da sociologia sobre as economias alternativas terá sido inaugurada pelas interpretações marxistas do século XIX, hoje tão visíveis nas abordagens institucionalistas. Karl Marx foi pioneiro a questionar a universalidade e a inevitabilidade do sistema capitalista, pressuposto assumido pelos economistas clássicos. Demonstrou através do materialismo histórico como ao longo do processo de evolução das sociedades se foram construindo diferentes tipos de relação de exploração. A relação de exploração designada de *assalariamento* não é natural, mas resulta de um processo socio-histórico construído por sujeitos com interesses e vontades.

O processo de descontextualização da economia capitalista e de dissociação dos fenómenos económicos da sociedade é mais recentemente reafirmado por Karl Polanyi (1957) que denuncia a confusão que se faz entre o mercado e a economia, questionando a legitimidade de se impor o mercado à sociedade, quando o mercado é apenas uma parte integrante das sociedades e uma forma, entre outras, de realização da vida material.

Em Marcel Mauss encontramos na perspetiva anti-utilitarista da dádiva cerimonial, um outro questionamento à teoria da ação racional da economia neoclássica: a obrigação de dar-receber-devolver remete para um princípio de reciprocidade operacionalizado em objetos sem qualquer valor material, mas apenas com o valor simbólico do laço social que estabelecem. Hoje as práticas de dádiva permanecem nas instâncias de socialização quer primária quer secundária, como mecanismos de reconhecimento e reforço dos laços sociais numa lógica de aliança e gratuidade.

Sociedade, voluntariado e associativismo

A atividade humana fora do contexto profissional e da esfera familiar é muitas vezes considerada como “voluntária”, estando por isso associada ao tempo de lazer. Mas outras nomeações do voluntariado são frequentes, como participação social, ação social, etc. Nestes casos, o envolvimento em sociedade, aproxima o voluntariado de atividades como “ativista” ou “militante”, sendo que nestes casos se assume um posicionamento ideológico. Isto quer dizer que, nem todo o voluntariado se deve apelar de ativismo ou militantismo, mas estas atividades são sempre qualificáveis como voluntárias. Falar de voluntariado pode, com efeito, remeter para uma multiplicidade de situações. Muitas vezes decorre em contexto organizacional e regulamentado juridicamente pelo que se apelida de “voluntariado formal”, mas outros atributos se lhe podem associar: voluntariado informal, voluntariado jovem, voluntariado internacional, voluntariado virtual, voluntariado empresarial, voluntariado comunitário, etc. O que parece dar unidade ao voluntariado é um conjunto de parâmetros, que diversos autores têm procurado estabilizar, mas que, diríamos, têm essencialmente em comum o facto de o voluntariado ser uma atividade exercida de livre vontade, sem retribuição e com um mínimo de continuidade.

A origem do interesse científico pelo voluntariado é muito antiga, havendo publicações científicas que remontam pelo menos a 1940 (Smith, 1994). O primeiro editor e fundador da ARNOVA – Association for Research on Nonprofit Organizations and Voluntary Action, David Horton Smith (ou D. H. Smith), sociólogo norte-americano, é um dos nomes incontornáveis no estudo do voluntariado e da

própria constituição do campo, incluindo um interesse pelo campo das associações de base, frequentemente menosprezadas nos estudos do TS.

O interesse dos sociólogos pelo voluntariado prende-se em grande parte com o impacto que essa atividade tem, não só no indivíduo e na organização ou grupo, mas na sociedade de um modo geral. A este propósito sobressai a obra do politólogo norte-americano Robert D. Putnam que, em *Making Democracy Work* (1994), faz a articulação entre o nível micro e macro-analítico, mostrando o impacto que o envolvimento associativo tem em toda a sociedade. Trata-se de um dos estudos mais relevantes sobre “capital social”, onde a aquisição de uma rede social, a promoção da confiança e valores dos cidadãos deriva especialmente das organizações ou grupos onde ocorrem atividades voluntárias. Nesta obra, o autor mostra que a horizontalidade das relações estabelecidas em contextos associativos gera maior cooperação e esta favorece o desenvolvimento, enquanto que relações mais hierárquicas tendem a dificultá-lo.

Uma outra linha de investigação em torno do voluntariado particularmente explorada centra-se nas causas ou motivações. Mais recentemente iniciou-se inclusivamente uma explicação para o voluntariado do ponto de vista de fatores fisiológicos (Bekkers et al., 2016). Se os determinantes do voluntariado são multivariados e as classificações proliferam, uma divisão entre o que poderíamos de forma simples designar por motivos altruístas e instrumentais tem alicerçado um número significativo de estudos. Neste quadro, encontram-se economistas, gestores e juristas a debruçarem-se também sobre o tema. Também neste âmbito se tem questionado se o voluntariado é forma de encobrimento de trabalho não pago. De resto, o projeto da Universidade Johns Hopkins (Anheier & Salamon, 1999), referido atrás, foi um dos primeiros a salientar o valor económico do voluntariado ao quantificar o número de voluntários e a sua equiparação em termos de emprego.

A análise das consequências individuais do voluntariado nas trajetórias individuais (Rego, 2007) tem também dado origem a linhas de investigação e parece ser o domínio onde a sociologia mais tem contribuído. A perspetiva de o voluntariado afetar a carreira, no sentido beckeriano, é antiga. Um dos estudos mais conhecidos na literatura anglo-saxónica coube ao sociólogo norte-americano Doug McAdam (1986), que se debruçou sobre o impacto da trágica experiência do Freedom Summer Project de 1964 na carreira ativista dos seus participantes.

Mas também a literatura de tradição francófona se tem debruçado sobre o tema. Alguns estudos sobre militantismo consideram de resto que o envolvimento voluntário dos indivíduos plasma mudanças maiores na sociedade. Neste sentido, o sociólogo francês Jacques Ion (1997), no final do século passado, falava de um envolvimento distanciado, a que chamou mesmo de *post-it*, característica que

se intensificou com as “associações virtuais”, promovidas na era digital (McNutt et al., 2018).

A terminologia de tradição francófona e anglo-saxónica levanta invariavelmente discussão. Para autores na linha da socióloga francesa Dan Ferland-Bechmann (1991), voluntariado não é um termo satisfatório nestes casos e também não se pode confundir militante com “benévolo” (usando uma tradução literal dos termos). Para estes autores, o *bénévole* reporta-nos a uma ação solidária e à participação a que todos os indivíduos em algum momento da sua vida, da esfera familiar à esfera política, levam a cabo, sendo completamente alheio a objetivos políticos tal como ao pagamento sob qualquer forma.

Se o estudo do voluntariado se liga estreitamente ao estudo das associações, é preciso estar alertado para a diferença linguística. As associações na tradição francófona têm um sentido restrito, pois, por definição, são de adesão voluntária e contam com voluntários. Neste âmbito, assume-se claramente uma perspetiva micro-analítica com incidência nos indivíduos e privilegia-se, sobretudo, o método qualitativo na investigação. Mais recentemente, a existência de grandes bases de dados internacionais, como por exemplo o *European Social Survey*, permitem conhecer mais em extensão os comportamentos em diversos países.

O interesse pelo estudo da participação nas associações sofreu vagas ao longo do tempo, pois, como dito antes, este objeto tem constituído também um projeto de sociedade, para citarmos os sociólogos franceses Laville e Sainsaulieu (1997). Saliente-se que uma primeira vaga de interesse pelo estudo das associações ocorre nos anos 1970, quando, por exemplo, o sociólogo suíço Albert Meister (1972) assina diversas obras do que chama sociologia das associações. O autor dedica-se plenamente ao seu estudo, por exemplo sistematizando as fases de evolução das associações e fazendo considerações sobre a tendência para a profissionalização.

Não havendo comunicação entre as duas tradições científicas, note-se que também D. H. Smith (2015) propõe uma sociologia das associações voluntárias e propõe a organização da diversidade associativa através de uma estrutura que integra: o âmbito geográfico das suas atividades, o grau de dependência relativamente ao trabalho remunerado, o grupo que beneficia com a sua atividade, o tipo de membro, o grau de formalização e de reconhecimento governamental, os seus objetivos, entre outros elementos.

Se o voluntariado e as associações interessam à sociologia, várias disciplinas se têm dedicado também ao seu estudo: desde franjas da ciência política, onde expressões como grupos de interesse ou de pressão são centrais, a franjas da psicologia social, que têm por exemplo investigado o dilema da ação coletiva e o fenómeno do *freerider*.

Institucionalização e investigação em Portugal

O reconhecimento e a institucionalização

Em Portugal, apesar da Constituição da República de 1976 integrar explicitamente o *setor social e cooperativo*, ao lado do Estado e do Mercado a estruturação de um TS verificou-se tardiamente dado o contexto de fragmentação das “famílias” que o compõem (Ferreira, 2015). Esta institucionalização deu-se a partir de 2009, por iniciativa governamental, com a criação da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), integrando o Estado e estruturas confederativas e estruturas federativas do cooperativismo (Confederação Cooperativa Portuguesa, Ccrl – CONFECOOP, Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal – CONFAGRI), das mutualidades (União das Mutualidades Portuguesas), das organizações com intervenção na ação social (Confederação nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS e União das Misericórdias Portuguesas) e das organizações de desenvolvimento local (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – ANIMAR). O Conselho Nacional para a Economia Social, criado em 2010, integra, além das estruturas federativas anteriores, a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) e o Centro Português de Fundações, além de outros.

Em 2013 foi aprovada, por unanimidade, a Lei de Bases da Economia Social, que fixou legalmente as fronteiras deste sector, seguindo o conceito europeu de ES, vinculando-a a formas legais e estatutos e, ainda, a um conjunto de princípios ES.

A Lei de Bases excluiu dois conceitos marcando, ainda hoje, os debates do campo, o de empresas sociais e o de economia solidária. A ausência do conceito de economia solidária não tem favorecido a sua validação político-institucional, nem fortalecido a afirmação identitária do movimento (Hespanha & Santos, 2016). Há, segundo Roque Amaro (2009), uma clara confrontação e desconfiança no reconhecimento da expressão de economia solidária. Este cenário não tem impedido a afirmação, por via de instituições representativas e de base e da própria academia². Prova disso é a RedPES – Rede Portuguesa de Economia Solidária, criada em 2015, e o recém criado (2022) Fórum das Cooperativas Integrais, um coletivo informal que agrega várias cooperativas interessadas na partilha e reflexão sobre organização e gestão alternativas.

2 Destaque o projeto editorial ACEESA – Associação do Centro de Estudo de Economia Solidária do Atlântico, liderado por Rogério Roque Amaro desde 2009.

A investigação

Os temas do associativismo, cooperativismo e ES foram objeto de atenção entre os percursores da sociologia em Portugal, influenciados pelo positivismo Comteano e o socialismo de Fourier e Owen. Mencionamos, seguindo de perto Estivill (2017a; 2017b) a este propósito, o trabalho de Costa Gooldopim que, em 1876, fez um estudo quantitativo e qualitativo da evolução do associativismo e ligou-o à questão social e à proteção social. Estivill (2017a, 2017b) situa as primeiras discussões teóricas sobre ES no âmbito de crítica à economia política dominante, com expressão em 1840, na Revista Litteraria do Porto. De um ponto de vista doutrinário e pragmático, António Sérgio é a figura que encabeça o projeto de difusão do cooperativismo a partir de 1933 quando regressa de França onde privou nomeadamente com Charles Gide (Garrido, 2016).

Os olhares da sociologia têm incluído a relação do TS com o Estado-Providência. Num modelo de bem-estar social típico da Europa do Sul, o TS centra-se na provisão de serviços sociais em parceria com o Estado, e depende fortemente do pagamento dos utilizadores desses serviços (Hespanha et al., 2000).

A abordagem do institucionalismo à ES/TS tem tido como enquadramento as instituições do Estado Providência, por exemplo, nos estudos sobre as empresas sociais desenvolvidos por várias sociólogas (Ferreira, 2021; Perista, 2001; Perista & Nogueira, 2002; Quintão et al., 2018). Outras temáticas trabalhadas são o seu papel na promoção do emprego (Paiva et al., 2015; Parente, 2012), nas políticas locais (Monteiro, 2014) e no desenvolvimento local (Melo & Carmo, 2008). Estes temas têm sido, também, discutidos sob o conceito de inovação social. Um dos seus usos remete para a capacidade inovadora das OTS para responder a novos e velhos problemas sociais (Vieira et al., 2017). Outros entendimentos associam os processos de inovação social ao desenvolvimento local (André & Reis, 2009; Diogo et al., 2010). A análise destes contributos reporta-nos para um outro tema atual que é o da avaliação e mensuração dos resultados dos projetos ou do impacto das organizações (Lopes, 2022).

A sociologia tem trazido uma perspetiva crítica às delimitações do campo, discutindo a presença de diferentes conceitos e os seus significados, debatendo as especificidades espáciotemporais e as próprias relações entre os diferentes conceitos (Vieira et al., 2017). Neste âmbito, questiona-se a pertinência de associar o conceito de inovação social ao investimento privado em organizações sociais (Parente et al., 2015).

Do âmbito da sociologia das organizações e do trabalho estuda-se a profissionalização (Marcos, 2017; Rego, 2007), profissões e práticas profissionais (Caria,

2013; Diogo, 2017) e da igualdade de género (Parente & Martinho, 2018), o trabalho em equipa e a liderança das mesmas (Pais & Parente, 2015).

Uma investigação sobre “Empreendedorismo Social em Portugal”, analisou as estruturas e dinâmicas do empreendedorismo social nas organizações da economia social (Parente, 2014). A perspetiva predominantemente coletivista do conceito de empreendedorismo social dos estudos sociológicos (Parente, 2014; Quintela, 2014) contrapõe-se à abordagem individualista do conceito, com enfoque nas lideranças individuais e na sustentabilidade económica adotada pela gestão e economia.

Em Portugal, a economia solidária “versão macaronésia”, vem-se afirmando desde meados dos anos de 1980, muito associada aos primeiros programas europeus de luta contra a pobreza, decorrentes da nossa adesão à então Comunidade Europeia (Amaro, 2009). A preocupação em demonstrar dinâmicas que colocam as pessoas no centro da vida das organizações e da economia tem sido refletida em biografias de microempreendedores (Hespanha, 2011; Portela, 2009).

Os desafios colocados pela economia solidária à teoria dos movimentos sociais (Esteves, 2014), à economia dos comuns e comunitárias (Serra & Allegretti, 2020), às economias feminista e dos cuidados e a sua aproximação aos movimentos decrescentista (Rojão, 2022) tem relevado a heurística do conceito do ponto de vista teórico e da sua aplicação ao campo das organizações de base, coletivos e iniciativas informais.

O seu equacionamento na relação com o desenvolvimento local (Domingues, 2021) em contexto de territórios de baixa densidade e rurais, as práticas das moedas sociais/locais (Coelho, 2019), bem como consumo e a produção responsável tem também sido objeto de atenção nomeadamente com a abordagem à agricultura de proximidade e aos circuitos curtos de produção (Hernandez, 2021; Moreira & Morell, 2020). O mapeamento das iniciativas da economia solidária (Guerreiro, 2013; Hespanha & Santos 2016) é uma abordagem que reúne estudos que procuram contrariar a invisibilidade do campo, integrando-se numa tendência geral de mapeamento.

Entre nós, o tema do voluntariado parece merecer, comparativamente com outros assuntos já cobertos neste artigo, uma atenção reduzida, muito embora haja, por exemplo, material que permita um balanço feito há alguns anos por Serapioni et al. (2013). Não raramente estes estudos aparecem enquadrados por iniciativas das próprias organizações, como sucede com a primeira caracterização do voluntariado social em Portugal (Delicado et al., 2002).

Quanto ao tema do associativismo, este permanece de forma dispersa, mas prolífica e, em geral, sem contacto com a anterior literatura. Os estudos têm focado o associativismo migrante, étnico, socioprofissional – incluindo dos próprios

sociólogos (Costa, 2018), de consumidores, estudantil, ambiental, de moradores, cultural, sindical e empresarial, etc. Uma linha particular do estudo do associativismo merece destaque, pela relação que estabelece entre associativismo e democracia (Viegas, 2014).

No que se refere a delimitações estatísticas, é de mencionar que as primeiras quantificações do TS em Portugal estiveram associadas a projetos internacionais (Chaves & Monzón, 2007; Franco et al., 2005; Monzón & Chaves, 2012). Mais recentemente, a Conta Satélite da Economia Social, tem permitido desenhar um retrato do sector a partir de indicadores económicos. O Inquérito ao Trabalho Voluntário, é publicado conjuntamente com a Conta Satélite (Instituto Nacional de Estatística [INE] & Cooperativa António Sérgio para a Economia Social [CASES], 2019). De destacar, o trabalho de Ana Carvalho (2010) sobre as bases de dados dos Quadros de Pessoal para caracterizar o sector não lucrativo.

Notas conclusivas

Se neste artigo o nosso intuito foi ensaiar uma reflexão sobre a especificidade do olhar da sociologia sobre um objeto complexo, sabendo do desafio que era circunscrevê-lo, podemos dizer que o esforço foi feito e, por isso, consideramos que o objetivo terá sido cumprido. Múltiplos sociólogos têm estudado práticas, atitudes, representações, discursos, padrões de comportamento, organizações, políticas e instituições do campo da “Sociedade civil, economias alternativas e o voluntariado”.

Dizer que existe uma especificidade do olhar sociológico, ou porventura, vários olhares, não invalida que estejamos em permanência perante uma dificuldade em delimitar o objeto. Importa, pois, assumir que se trata de um objeto multidisciplinar e onde a própria especificidade sociológica pode surgir dissolvida. Da gestão à ciência política, passando por diversas outras disciplinas, investigadores e profissionais têm dado outros contributos também. Este será um objeto/campo onde o conhecimento é motivado pelo “problema” ou “fenómeno social” e não por uma delimitação epistemológica formal.

Este artigo não pretendeu ser exaustivo, mas trazer para a literatura sociológica portuguesa uma consciencialização da delimitação de um campo de saber, tendo em conta os estudos sociológicos que, de forma dispersa, se têm vindo a desenvolver em universidades, centros de investigação e nas próprias organizações, tanto no estrangeiro como entre nós, há décadas. Não constituindo base suficiente para uma autonomização, permite reconhecer o papel que a sociologia também desempenha neste campo/objeto.

De forma sintética podemos concluir:

- o campo/objeto ao longo do tempo foi suscitando interesses variados por parte dos sociólogos, também entre nós;
- existe um corpo teórico e um campo empírico específico da sociologia para o conhecimento e intervenção neste campo/objeto;
- o campo/objeto é de difícil delimitação, mas isso não deve pôr em causa nem a sua existência nem a necessidade de o nomear, clarificar e aprofundar;
- o interesse científico e profissional tem oscilado em função dos regimes políticos e das conjunturas económicas;
- existe variabilidade teórica e empírica moldada, por tradições e contextos geográficos.

No final desta sistematização, ficamos também a saber as lacunas deste exercício e as áreas de investigação que não abordámos ou aprofundámos. Este é o caso, por exemplo, do exercício histórico no caso português. Ao privilegiarmos focar estudos mais recentes, ignorámos, sobretudo, os que foram feitos no pós-revolução democrática. Finalmente, temos consciência que ignorámos, por incapacidade de abarcar tudo, muitas teses de mestrado e algumas de doutoramento realizados nas diversas escolas de sociologia em Portugal e no estrangeiro, entre outras publicações.

Notas

Por decisão pessoal, as autoras do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Alcock, P. (2010). A strategic unity: Defining the third sector in the UK. *Voluntary Sector Review*, 1(1), 5-24.
- Amaro, R. (2009). A Economia Solidária da Macaronésia – Um Novo Conceito. *Revista de Economia Solidária*, (1), 11-28.
- André, I., & Reis, J. (2009). O circo chegou à cidade! Oportunidades de inovação sócio-territorial. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, (88), 79-94.
- Anheier, H. K. (2004). *Civil Society: Measurement, Evaluation, Policy*. Earthscan.
- Anheier, H. K., & Salamon, L. M. (1999). *Global civil society: Dimensions of the nonprofit sector*. Institute for Policy Studies, Johns Hopkins University.
- Bassi, A., & Vincenti, G. (2015). Toward a new metrics for the evaluation of the social added value of social enterprises. *CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa*, (83), 9-42.

- Bekkers, R., Konrath, S. H., & Smith, D. H. (2016). Physiological correlates of volunteering. In D. H. Smith, R. A. Stebbins, & J. Grotz (Eds.), *The Palgrave Handbook of Volunteering, Civic Participation, and Nonprofit Associations* (pp. 541-579). Springer.
- Bode, I. (2010). Results and Performance. In H. Anheier, S. Toepler, & R. A. List (Eds.), *International Encyclopedia of Civil Society* (pp. 1318-1323). Springer.
http://link.springer.com/content/pdf/10.1007/978-0-387-93996-4_104.pdf
- Boltanski, L., & Thévenot, L. (2006). *On justification: Economies of worth* (Vol. 27). Princeton University Press.
- Borzaga, C., & Defourny, J. (2001). *The emergence of social enterprise*. Routledge.
- Bromley, P., & Meyer, J. W. (2017). "They are all organizations": The cultural roots of blurring between the nonprofit, business, and government sectors. *Administration & Society*, 49(7), 939-966.
- Caria, T. H. (2013). O trabalho profissional burocrático: Modelo de análise da profissionalização do trabalho em serviço social no setor não lucrativo em Portugal. *Dados*, 56(4), 803-839.
- Carvalho, A. (2010). Quantifying the third sector in Portugal: An overview and evolution from 1997 to 2007. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 21(4), 588-610.
- Cattani, A. D., Laville, J.-L., Gaiger, L. I., & Hespanha, P. (Eds.). (2009). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Almedina/CES.
- Chaves, R., & Monzón, J. L. (2007). *The social economy in the European Union*. The European Economic and Social Committee.
- CIRIEC, Centre international de recherches et d'information sur l'économie publique, sociale et coopérative. (2000). *The enterprises and organizations of the third system in the European union*. CIRIEC.
- Coelho, S. L. (2019). Moedas locais: reflexões sobre três casos em Portugal. *Journal of Studies on Citizenship and Sustainability*, (4), 110-122.
- Costa, A. F. (2018). Sociólogos: Associativismo inclusivo *versus* fechamento corporativo. *SOCIOLOGIA ON LINE*, (18), 81-87.
- Deakin, N. (2001). *In Search of Civil Society*. Palgrave.
- Defourny, J., & Develtere, P. (2009). The Social Economy: The Worldwide Making of a Third Sector. In J. Defourny, P. Develtere, B. Fonteneau, & M. Nyssens (Eds.), *The worldwide making of the social economy. Innovations and changes* (pp. 15-38). Acco.
- Defourny, J., & Nyssens, M. (2017). Fundamentals for an International Typology of Social Enterprise Models. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 28(6), 2469-2497.
- Delicado, A., Almeida, A., & Ferrão, J. (2002). *Caracterização do voluntariado em Portugal*. ICS.
- DiMaggio, P. J., & Anheier, H. K. (1990). The sociology of nonprofit organizations and sectors. *Annual review of sociology*, 16(1), 137-159.

- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American sociological review*, 48(2), 147-160.
- Diogo, V. (2017). *Nas teias da intervenção: Trabalho social, formação pós-graduada e práticas profissionais na economia social* [Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto].
- Diogo, V., Marques, T. S., & Guerra, P. (2010). Social innovation dynamics: A territorial approach to 3rd sector initiatives in the north of Portugal. In P. Pinho, & V. Oliveira (Eds.), *Proceedings of CITTA 3rd Annual Conference on Planning Research: Bringing City Form Back Into Planning* (pp. 373-387). CITTA.
- Domingues, M. (2021). *A avaliação do desenvolvimento local segundo a perspetiva das entidades de Economia Social – Uma proposta da Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local* [Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior].
- Donati, P. (1996). *Sociologia del terzo Settore*. NIS.
- Enjolras, B. (2004). Formes institutionnelles, rationalité axiologique et conventions. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 75(4), 595-617.
- Enjolras, B., & Sivesind, K. H. (2018). The roles and impacts of the third sector in Europe. In *The Third Sector as a Renewable Resource for Europe* (pp. 95-124). Palgrave Macmillan, Cham.
- Esteves, A. M. (2014). New social movements and cooperative federations as promoters of effective worker ownership: lessons from Argentina and Brazil. *Revista de Economia Solidária*, 6(1), 73-131.
- Estivill, J. (2017a). Os primórdios da economia social em Portugal: Contributos de Ramón de la Sagra (I Parte). *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 33, 19-45.
- Estivill, J. (2017b). Os primórdios da economia social em Portugal: Contributos de Ramón de la Sagra (II Parte). *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 34, 11-26.
- Estivill, J. (2018). *Invitació a l'Economia Solidària. Una visió desde Catalunya*. Xarxa d' Economia Solidària. Pol.len Edicions SCCL.
- Ferrand-Bechmann, D. (1991). *Bénévolat et solidarité*. FeniXX.
- Ferreira, S. (2009). A invenção estratégica do terceiro sector como estrutura de observação mútua: Uma abordagem histórico-conceptual. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (84), 169-192.
- Ferreira, S. (2014). Sociological observations of the third sector through systems theory: An analytical proposal. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 25(6), 1671-1693.
- Ferreira, S. (2015). New Paths for Third-Sector Institutions in a Welfare State in Crisis: The Case of Portugal. *Nonprofit Policy Forum*, 6(2), 213-241.
- Ferreira, S. (Org.). (2021). *Trajelórias Institucionais e Modelos de Empresa Social em Portugal*. Centro de Estudos Sociais. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/96549>
- Fligstein, N., & McAdam, D. (2011). Toward a general theory of strategic action fields. *Sociological theory*, 29(1), 1-26.

- Franco, R., Sokolowski, S. W., Hairel, E. M. H., & Salamon, L. M. (2005). *The portuguese nonprofit sector in comparative perspective*. Universidade Católica Portuguesa/Johns Hopkins University.
- Garrido, A. (2016). *Cooperação e solidariedade: uma história da economia social*. Tinta da China.
- Guerreiro, M. (2013). *Contributo para o Mapeamento de Iniciativas de Economia Solidária na Área Metropolitana de Lisboa* [Dissertação de Mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa].
- Heinrich, V. F. (2005). Studying civil society across the world: Exploring the thorny issues of conceptualization and measurement. *Journal of Civil Society*, 1(3), 211-228.
- Helmig, B., Spraul, K., & Michalski, S. (2010). Organizational Forms and Development. In H. Anheier, S. Toepler, & R. A. List (Eds.), *International Encyclopedia of Civil Society* (pp. 1115-1121). Springer.
- Hespanha, P. (2011). A economia solidária de raiz popular: a fase adulta de uma metamorfose? In P. Hespanha, & A. M. Santos (Orgs.), *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas* (pp. 205-235). Almedina. CES.
- Hespanha, P. (2018, agosto). A economia solidária em Portugal: algumas questões e desafios. *Le Monde Diplomatique. Edição Portuguesa*, 142.
<https://pt.mondediplo.com/2018/08/a-economia-solidaria-em-portugal-algumas-questoes-e-desafios.html>
- Hespanha, P., Ferreira, A., Monteiro, A., Rodrigues, F., Nunes, H., Hespanha, M. J., Madeira, R., Hoven, R., & Portugal, S. (2000). *Entre o Estado e o Mercado: As Fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal*. Edições Quarteto.
- Hespanha, P., & Lucas dos Santos, L. (2016). O nome e a coisa. Sobre a invisibilidade e a ausência de reconhecimento institucional da Economia Solidária em Portugal. *Revista de Economia Solidária*, (9), 22-69.
- Hernández, E. (2021). *Os circuitos curtos de comercialização de bens agro-alimentares. Um caminho para a construção de relações próximas e solidárias entre produtores e consumidores* [Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra].
- Hillenkamp, I. (2016) ¿Innovar para sostenerse? Representaciones y prácticas de Economía Popular Solidaria en América Latina. In C. Puig (Coord.), *Economía Social y Solidaria: Conceptos, Prácticas y Políticas Públicas* (pp. 65-82). Universidad del País Vasco. Hegoa.
- INE, Instituto Nacional de Estatística, & CASES, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. (2019). *Conta Satélite da Economia Social 2016 / Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018*. INE. CASES.
- Ion, J. (1997). *La fin des militants*. L'Atelier.
- Katz, H. (2006). Gramsci, Hegemony, and Global Civil Society Networks. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 17(4), 333-348.
- Lang, R., & Mullins, D. (2020). Field emergence in civil society: A theoretical framework and its application to community-led housing organisations in England.

- VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 31(1), 184-200.
- Laville, J.-L., & Sainsaulieu, R. (1997). *Sociologie de l'association: Des organisations à l'épreuve du changement social*. Desclée de Brouwer.
- Lopes, M. (2022). Perfis de avaliação nas organizações do terceiro setor: Implicações diferenciadas na aprendizagem organizacional. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (99), 115-141.
- Lucas dos Santos, L. (2011). Os clubes de troca na economia solidária: por um modelo crítico e emancipatório de consumo. In P. Hespanha, & A. M. Santos (Orgs.), *Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas* (pp. 169-203). Almedina. CES.
- Macmillan, R. (2013). 'Distinction' in the third sector. *Voluntary Sector Review*, 4(1), 39-54.
- Marcos, V. (2017) Perfis de profissionalização: um contributo sociológico para a compreensão das ONGD portuguesas. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, (Número temático), 122-142.
- McAdam, D. (1986). Recruitment to high-risk activism: The case of freedom summer. *American Journal of Sociology*, 92(1), 64-90.
- McNutt, J., Guo, C., Goldkind, L., & An, S. (2018). Technology in nonprofit organizations and voluntary action. *Voluntaristics Review*, 3(1), 1-63.
- Meister, A. (1972). *Vers une sociologie des associations*. Les Editions Ouvrières.
- Melo, D., & Carmo, R. M. (2008, 9-12 de julho). *Social capital, the third sector, and local development: Which link is missing?* [Paper presentation]. 8th International Conference of International Society for Third-Sector Research (ISTR), Barcelona, Spain.
- Meyer, M., Moder, C., Neumayr, M., & Vandor, P. (2020). Civil society and its institutional context in CEE. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 31(4), 811-827.
- Monteiro, A. A. (2014). The Active Role of Community-Based Organizations in the Local Redefinition of National Policies. *Revista de Cercetare Si Interventie Sociala*, 46, 203-215.
- Monzón, J. L., & Chaves, R. (2017). *Recent evolutions of the Social Economy in the European Union*. European Economic and Social Committee, CIRIEC.
- Moreira, S., & Morell, M. F. (2020). Food Networks As Urban Commons: Case Study of a Portuguese "Prosumers" Group. *Ecological Economics*, 177, 106777.
- Neumayr, M., Meyer, M., & Schneider, U. (2010). In search of civiness: an empirical investigation of service delivery, public advocacy, and community building by civil society organisations. In T. Brandsen, P. Dekker, & A. Evers (Eds.), *Civiness in the Governance and Delivery of Social Services* (pp. 201-226). Nomos.
- Nickel, P. M., & Eikenberry, A. M. (2016). Knowing and governing: The mapping of the nonprofit and voluntary sector as statecraft. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 27(1), 392-408.
- Pais, C., & Parente, C. (2015). Representations of team work among organizations with a social entrepreneurship profile. A multiple case-study. *Team Performance Management*, 21(1/2), 65-84.

- Paiva, J., Pinto, L., Monteiro, A., & Augusto, N. (2015). *Empregabilidade na Economia Social: O papel das políticas ativas de emprego*. EAPN Portugal. Rede Europeia Anti-Pobreza.
- Parente, C. (2012). Qualified employment in the third sector in Portugal. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 23(1), 257-276.
- Parente, C. (Ed.) (2014). *Empreendedorismo social em Portugal*. Universidade do Porto – Faculdade de Letras. <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/77953>
- Parente, C., Marcos, V., & Quintão, C. (2015). Portugal Inovação Social: Anotação à Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-A/2014, de 16 de dezembro de 2014. *Cooperativismo e Economia Social*, (37), 397-405.
- Parente, C., & Martinho, A. L. (2018). The “Places and Non-places” Held by Women in Social Economy Organizations. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 29(6), 1274-1282.
- Perista, H. (2001). Co-operatives for rehabilitation of people with disabilities. In C. Borzaga, & J. Defourny (Eds.), *The Emergence of Social Enterprise* (pp. 192-202). Routledge.
- Perista, H., & Nogueira, S. (2002). National profiles of work integration social enterprises: Portugal. *EMES, European Research Network, Working Paper*, (02/09), 1-20.
- Petzinger, J., Jung, T., & Orr, K. (2021). ‘Uncertainty is the only certainty’: How pragmatic sociology provides a useful theoretical framework for researching the third sector during COVID-19. *Voluntary Sector Review*, 12(1), 137-142.
- Polanyi, K. (1957). *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Times*. Beacon Press.
- Portela, J. (2009). A economia ou é solidária ou é fracticida. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (84), 115-152.
- Putnam, R. D. (1994). *Making democracy work: Civic traditions in modern Italy*. Princeton University Press.
- Quintão, C., Martinho, A. L., & Gomes, M. (2018). As empresas sociais de inserção na promoção do emprego e inclusão social a partir de estudos de caso europeus. *Gestão e Sociedade*, 12(32), 2374-2391.
- Quintela, A. (2014). Valor societal do empreendedorismo social em Portugal. *Revista de Economia Solidária*, (8), 128-145
- Rego, R. (2007). *Dirigentes associativos envolvimento e profissionalização* [Tese de Doutoramento, Université de Sciences et Technologies de Lille – Lille 1].
- Rojão, G. (2022). *Decrescimento e Cuidado nas Iniciativas Locais Alternativas* [Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior].
- Sager, R. (2010). Theories of Nonprofit Sector, Sociological. In H. K. Anheier, S. Toepler, & R. A. List (Eds.), *International Encyclopedia of Civil Society* (pp. 1537-1543). Springer.
- Salamon, L. M. (1987). Of market failure, voluntary failure, and third-party government: Toward a theory of government-nonprofit relations in the modern welfare state. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 16(1/2), 29-49.

- Salamon, L. M., & Anheier, H. K. (1992). In search of the non-profit sector. I: The question of definitions. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 3(2), 125-151.
- Salamon, L. M., & Anheier, H. K. (1998). Social origins of civil society: Explaining the nonprofit sector cross-nationally. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 9(3), 213-248.
- Salamon, L. M., Sokolowski, S. W., & CNP, The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project. (2004). *Global civil society* (Vol. 2: Dimensions of the Nonprofit Sector). Kumarian.
- Serapioni, M., Ferreira, S., & Lima, T. M. (2013). *Voluntariado em Portugal. Contextos, atores e práticas*. Fundação Eugénio de Almeida.
- Serra, R., & Allegretti, G. (2020). Democracies in common places: stories from baldios and 'fire-ales' in Portugal. *Scienze del Territorio*, 8, 91-109.
- Smith, D. H. (1994). Determinants of voluntary association participation and volunteering: A literature review. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 23(3), 243.
- Smith, D. H. (2015). Voluntary associations, sociology of. In J. D. Wrigh (Ed.) *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences* (2nd ed., Vol. 25, pp. 252-260). Elsevier.
- Smith, D. H., Stebbins, R. A., & Dover, M. A. (2006). *A dictionary of nonprofit terms and concepts*. Indiana University Press.
- Suriñach, R. (2017). *Economías transformadoras de Barcelona*. Ajuntament de Barcelona.
- Van Til, J. (1988). *Mapping the third sector: Voluntarism in a changing social economy*. Foundation Center.
- Viegas, J. (2014). Associativismo, sociedade civil e democracia. *Revista Análise Associativa*, (1), 36-51.
- Vieira, N. dos S., Parente, C., & Barbosa, A. C. Q. (2017). "Terceiro setor", "economia social" e "economia solidária": Laboratório por excelência de inovação social. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, (Número temático), 99-102.
- Villadsen, K. (2008). Doing Without State and Civil Society as Universals: 'Dispositifs' of Care Beyond the Classic Sector Divide. *Journal of Civil Society*, 4(3), 171-191.
- Will, M. G., Roth, S., & Valentinov, V. (2018). From nonprofit diversity to organizational multifunctionality: A systems-theoretical proposal. *Administration & Society*, 50(7), 1015-1036.

Data de submissão: 27/10/2022 | **Data de aceitação:** 30/03/2023



DECRESCIMENTO E CUIDADO NAS PRÁTICAS DAS INICIATIVAS LOCAIS

DEGROWTH AND CARE IN THE PRACTICES OF LOCAL INITIATIVES

Graça Rojão

FUNÇÕES: Concetualização, Curadoria dos dados, Análise formal, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Validação, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição
AFILIAÇÃO: Universidade da Beira Interior, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e CooLabora – Intervenção Social, CRL. Rua Combatentes da Grande Guerra, 62, 6200-020 Covilhã, Portugal
E-mail: gracarojao@gmail.com graca.rojao@ubi.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8799-8912>

Resumo: Neste artigo refletimos sobre a presença do decrescimento e da perspetiva feminista sobre o cuidado nas Iniciativas Locais Alternativas desenvolvidas em Portugal continental. Estas duas perspetivas partem de matrizes emancipatórias e partilham preocupações com a manutenção da sustentabilidade da vida no Planeta, em condições de justiça social. Analisamos os dados coligidos através do trabalho de campo realizado junto de 52 iniciativas locais e, por fim, discutimos a pertinência do decrescimento e do cuidado no reforço do potencial emancipatório destas experiências locais.

Palavras-chave: decrescimento, cuidado, iniciativas locais.

Abstract: In this article we reflect on the presence of degrowth and the feminist perspective on care in Local Alternative Initiatives developed in mainland Portugal. These two perspectives depart from emancipatory matrices and share concerns with maintaining the sustainability of life on the Planet, in conditions of social justice. We analysed the data collected during the fieldwork phase with 52 local initiatives and, finally, we discussed the pertinence of degrowth and care in reinforcing the emancipatory potential of these local experiences.

Keywords: degrowth, care, local initiatives.

Introdução

A pertinência de uma reflexão sobre as Iniciativas Locais Alternativas (ILA) portuguesas à luz das propostas do decrescimento e da perspetiva feminista do cuidado advém do facto de ambas concederem centralidade às preocupações com a sustentabilidade da vida na Terra, em condições de justiça social. Este artigo baseia-se nos dados empíricos resultantes do trabalho de campo realizado entre 2019 e 2021 junto de 52 iniciativas locais, no âmbito da elaboração da tese de doutoramento sobre o decrescimento e cuidado nas ILA (Rojão, 2022) e analisa várias das principais dimensões consideradas nesse processo.

Adotamos como prisma de análise as propostas do decrescimento por concederem especial relevo às preocupações ecológicas e por tecerem uma crítica ao

crescimento económico definido como fim em si e não como meio. Partimos também da perspectiva feminista do cuidado, que desafia as relações de género e de produção prevaletentes ao problematizar as noções de economia, trabalho e (re)produção social.

Começamos por fazer o enquadramento teórico, partindo da crise sistémica que enfrentamos. Em seguida, delimitamos as conceções de decrescimento e de cuidado e fundamentamos a opção por uma abordagem focada nas iniciativas locais. Na secção seguinte damos conta das opções metodológicas e técnicas a que recorreremos. Posteriormente discutimos estas matrizes transformadoras no contexto das ILA e terminamos o artigo com uma reflexão conclusiva sobre o potencial emancipatório da articulação entre decrescimento e cuidado nas práticas das iniciativas locais.

Conceitos chave: decrescimento, cuidado e iniciativas locais

O carácter sistémico da crise que o mundo atravessa envolve problemas de índole diversa, mas claramente marcados pela interdependência. As questões ecológicas, cuja face mais visível está patente nas alterações climáticas, no esgotamento de recursos naturais e na perda de biodiversidade estão também associadas ao crescimento das desigualdades e das injustiças sociais, à persistência do patriarcado e ao desequilíbrio nas relações planetárias entre o Norte e o Sul globais (Santos & Meneses, 2009).

A transversalidade desta crise é sublinhada por Pablo Solón quando destaca que “a humanidade enfrenta não só uma crise ambiental, económica, social, política, institucional ou civilizatória. Todas estas crises são parte de um todo. É impossível resolver uma destas crises sem abordar as outras no seu conjunto” (Solón, 2017, p. 7). O reconhecimento do carácter sistémico desta crise marca de forma indelével algumas das propostas alternativas que visam desenhar caminhos para a sua superação e que, embora possam adotar perspectivas diversas, partilham uma visão de futuro que procura recuperar a fratura entre os seres humanos e a natureza. Entre essas propostas de pensamento crítico que situamos no campo das alternativas societais, destacamos aqui o decrescimento e a perspectiva feminista do cuidado, pela sua relação com o nosso contexto sociocultural e também pela relevância que assumem em três campos distintos: a academia, os movimentos sociais e as experiências locais.

Decrescimento

O decrescimento radica nas preocupações ligadas à finitude dos recursos e na necessidade de redução da produção e do consumo. As suas raízes estão também na procura de alternativas ao desenvolvimento dito sustentável, pela constatação de que ele não consegue impedir o agravamento dos problemas ambientais e das desigualdades sociais, já que se mantém preso a uma orientação económica regida pelas lógicas do crescimento económico contínuo, pelo extrativismo e pelo consumismo.

A sociedade crescentista desloca os custos ecológicos e sociais que este modelo comporta para os países do Sul global e para as gerações futuras, como ilustra o consumo de matérias-primas que levaram milhares de anos a ser criadas e que hoje são consumidas a um ritmo vertiginoso. O mesmo acontece com a produção de resíduos, cuja dimensão e velocidade são incompatíveis com o tempo necessário à sua regeneração pelos ecossistemas. Uma parte da humanidade está hoje a delapidar velozmente um património que levou milhões de anos a construir, assinala Serge Latouche (2012), um dos pensadores fundacionais deste debate, concluindo que:

o crescimento atual só é rentável na condição de fazer recair o seu peso e o seu preço sobre a natureza, as gerações futuras, a saúde dos consumidores, as condições de trabalho dos assalariados e, ainda mais, sobre os países do Sul. (Latouche 2012, pp. 47-48)

Existe, portanto, uma clara incompatibilidade entre o decrescimento e as propostas que partem da possibilidade de existir um crescimento sustentável (Burkhart et al., 2020).

Embora o decrescimento conceda especial atenção ao elevadíssimo volume de produção e consumo que são característicos das sociedades ocidentais, ele vai além dos limites impostos pela finitude de recursos e do combate ao consumismo, pois questiona a própria ideia de felicidade, que acabou por ser capturada pelas próprias pressões consumistas e utilitaristas. O decrescimento não se confina, portanto, a produzir e consumir menos ou de forma mais ecológica. Ele aponta para uma sociedade com um metabolismo distinto, só possível através da alteração da nossa vida individual e coletiva, o que vai mais além que um mero acerto do passo entre o consumo e os limites ecológicos do planeta (Kallis, 2011). O decrescimento é incompatível com os princípios do capitalismo e, portanto, a sua proposta só poderá ser concretizável num quadro pós-capitalista (Latouche, 2012; Löwy, 2013).

O decrescimento propõe uma mudança nos modos de produção, distribuição e consumo de forma a reduzir o impacto da ação antropogénica sobre os ecossistemas, mas dá também especial atenção às questões imateriais ligadas à vida humana e

não-humana. Entre as suas propostas assume especial centralidade a redistribuição da riqueza, quer entre o Norte e o Sul global, quer dentro de cada país. Destaca-se ainda a defesa da frugalidade como estilo de vida, sob o *slogan* “viver melhor com menos”, a defesa da transição para uma sociedade mais convivial e democrática e o reforço da autonomia económica local.

Para autores como Serge Latouche (2010) a ideia de decrescimento surgiu como um *slogan* político capaz de convocar um imaginário alternativo à sociedade crescentista e veio progressivamente a constituir-se como movimento social ou mosaico de movimentos (Burkhart et al., 2020). A designação, ainda que polémica, não é facilmente capturável, pois trata-se de uma “palavra míssil”, expressão de Paul Ariès (2005) que aponta o seu forte poder de interpelação e a sua capacidade de focar o debate em torno do questionamento da ideia crescimento económico, propalada de forma acrítica. O seu objetivo não é, claro está, negar a relevância de qualquer crescimento, mas sim desmantelar a ideologia crescentista que estabelece o crescimento como um fim e não como um meio. O decrescimento aponta na direção de um futuro desejado, onde o cuidado, a convivialidade, a partilha, a frugalidade ou os recursos comuns são “significados básicos de como essa sociedade pode ser” (Kallis et al., 2016, p. 24).

Cuidados

A economia feminista aportou um contributo especialmente significativo na problematização das relações de género e no questionamento do sistema capitalista patriarcal. Silvia Piris assinala que este é dos movimentos sociais mais atacados por questionar as relações de poder entre homens e mulheres, tornando mais visíveis as desigualdades e os privilégios, bem como a tessitura socioeconómica e política que os permite manter (Piris, 2015).

A reflexão da economia feminista, enquanto perspetiva crítica face à economia neoclássica, é aqui particularmente pertinente pela sua proposta de redefinição dos conceitos de economia, de trabalho e de (re)produção social (Ezquerria, 2011), o que abre espaço para uma conceptualização mais lata de cada um deles e reforça a visibilidade do cuidado. A economia é aqui vista como campo de provisão, integrando as atividades não mercantis fundamentais à sustentação da vida. Ao questionar a dicotomia entre produção e reprodução, a economia feminista mostra a indissociabilidade de ambas e a secundarização da reprodução social já que a produção surge frequentemente associada à “economia real”, presumindo-se que tudo o resto tem um lugar acessório.

O cuidado assume um papel central na nossa vida e não se restringe a estados passageiros, como situações de doença ou a fases específicas do ciclo da vida. O cuidado está na interdependência e na vulnerabilidade próprias da condição

humana, pois ninguém é absolutamente autônomo. Tem, portanto, uma função especialmente central na manutenção das condições de sustentabilidade da vida, motivo pelo qual deveria ser socialmente valorizado e tratado como responsabilidade social primordial a assumir coletivamente. Porém, o peso e a responsabilidade relativos ao esforço que os cuidados implicam não estão distribuídos pela diversidade de agentes que os poderiam assegurar, nomeadamente dentro das famílias, por homens e mulheres, o que é agravado pelo aumento da população com necessidades de cuidados mais intensas, devido ao envelhecimento populacional e à retração do Estado Social, cujo espaço tem progressivamente vindo a ser assumido pelo mercado, reduzindo-se assim as possibilidades de acesso, já que este é condicionado pelo nível de rendimento (Pérez Orozco, 2010).

Ao destacarmos a relevância do cuidado e ao assumirmos a necessidade da sua des-familiarização¹, isto é, ao recusarmos que a responsabilidade da sua provisão esteja confinada ao espaço doméstico, como se fosse exclusiva deste, questionamos também a desigualdade na distribuição do trabalho de cuidado, que recai maioritariamente sobre as mulheres. Socializar os cuidados é assumir a necessidade de uma co-responsabilização coletiva e o dever de todas e todos na sua provisão (Sanchís, 2020).

Maria Atienza et al. (2019) sublinham que temos a dupla condição de seres interdependentes, porque a nossa vida não poderia dispensar o cuidado das outras pessoas e também de seres ecod dependentes, já que as nossas necessidades basilares, como a respiração ou a alimentação são dependentes da natureza. A perspetiva feminista do cuidado destaca a necessidade de reconhecimento da vulnerabilidade inerente à condição humana por parte do sistema socioeconómico, o qual se deveria focar na preservação da diversidade da vida na Terra e assegurar que esforço necessário à sustentação da vida fosse repartido de forma equitativa. Neste sentido, a noção de cuidados integra outras dimensões, sejam materiais ou imateriais, e é mais vasta que uma visão estritamente vinculada à esfera doméstica ou a situações de dependência inerentes a fases da vida específicas, já que diz também respeito ao cuidado ambiental e ao cuidado comunitário (Prieto, 2015).

Iniciativas locais alternativas

As propostas de transformação social podem constituir teorias académicas ou ideias políticas, podem também animar movimentos sociais ou iniciativas concretas de

1 Recorremos à expressão “des-familiarização” e não “des-domesticação”, ainda que esta última seja frequentemente utilizada na literatura sobre esta problemática, para evitar o risco dos equívocos que uma leitura como “docilização” ou “adestramento” comportariam.

experimentação e demonstração de outros modos de organização da vida, comportando visões de possíveis futuros alternativos. As ILA configuram espaços de experimentação e de desenvolvimento de ideias, muitas vezes numa lógica laboratorial, que mostram como o campo de possibilidades de organização da vida social é lato. Materializam aquilo que Erik Olin Wright (2011) designa por utopias reais. Estas experiências, de modo geral, vivem num ambiente socioeconómico marcado por valores distintos dos seus, onde predominam lógicas de dominação patriarcal, a obsessão pelo crescimento económico e uma cultura mercantilista, o que espoleta relações tensas com o seu contexto.

O prisma que aqui adotamos é de abertura face aquilo que está a emergir, ao “ainda-não”. Procuramos conhecer estas iniciativas e o modo como se organizam, sem pretendermos encontrar uma suposta perfeição ou adequação a modelos pré-desenhados. Adotamos um posicionamento de abertura, que visa conhecer o seu potencial emancipatório, sem estar preso às métricas próprias de uma perspetiva neoliberal e sem um foco exclusivo nos limites ou fragilidades que estas experiências também revelam.

O campo das iniciativas locais alternativas é amplo e de difícil categorização. Por um lado, comporta uma grande diversidade de tipologias, por outro, existe uma sobreposição de designações face a experiências cujo conteúdo por vezes é coincidente. Sánchez Hernández (2019, p. 34) refere: “fala-se de economias diferentes, comunitárias, transformadoras, pós-capitalistas, autónomas, morais, colaborativas, solidárias, de transição ou dos cuidados, mas também de inovação social e de práticas económicas alternativas”.

Adotamos aqui o conceito de ILA construído no âmbito do trabalho de doutoramento sobre este tema, a que já aludimos (Rojão, 2022) e que as circunscreve a:

ações coletivas, formalizadas ou não, enraizadas em territórios concretos, que ensaiam soluções organizativas alicerçadas em princípios e valores não capitalistas. Podem ter um carácter mais multisetorial ou centrar-se em questões específicas, como a preservação ambiental, a justiça social ou a qualidade dos processos democráticos e participativos, entre outras. (Rojão, 2022, p. 177)

Seguindo o mesmo trabalho de investigação, definimos *iniciativa* como:

uma ação coletiva organizada (o que exclui as ações individuais ou as iniciativas coletivas espontâneas), com alguma estabilidade temporal (não correspondendo, portanto, a uma ação única ou isolada), independentemente de estar ou não formalizada, isto é, de possuir um estatuto jurídico específico, que desencadeia atividades organizadas em função de um ou mais objetivos comuns. (Rojão, 2022, p. 178)

O segundo termo da designação que usamos é *locais*, o que remete para intervenções territorialmente ancoradas, capazes de desencadear processos de mudança nos territórios em que se inscrevem e de criar soluções adaptadas ao contexto, escapando, portanto, à pressão globalizadora das respostas universais. Nesta perspectiva, o potencial transformador das ILA advém também da sua capacidade de reconhecer a singularidade de cada local e de privilegiar a proximidade, sem cair numa posição localista (Hillenkamp et al., 2014).

O terceiro termo da designação, a ideia de *alternatividade*, é claramente um conceito relacional. A partir de Sánchez Hernández e Gluckler (2019) delimitamos as alternativas àquilo que se afasta do *mainstream* convencional e que reúne os três aspetos que os autores consideram essenciais na configuração da alternatividade: os objetivos que perseguem, os seus fins e o respetivo modelo organizativo. Concluímos que as ILA analisadas se movem por objetivos que as singularizam, já que a sua ação não tem como ponto fulcral a busca do lucro e a acumulação, como acontece nas organizações capitalistas. Identificamos ainda finalidades distintas, já que o seu foco está na satisfação de necessidades humanas de cariz coletivo. Considerar uma determinada ILA alternativa implica atendermos ao contexto geográfico em que esta se inscreve, nomeadamente às suas características socioeconómicas, culturais e institucionais. Propostas que podem configurar uma alternativa num determinado local, noutros poderão não o ser, daí que não possamos pensar as alternativas fora do seu contexto (Sánchez Hernández, 2017).

Metodologia do trabalho empírico

Este artigo, como já referimos, parte de alguns dos dados empíricos que serviram de suporte à elaboração da tese de doutoramento *Decrescimento e Cuidado nas Iniciativas Locais Alternativas* (Rojão, 2022). O trabalho de campo seguiu uma metodologia qualitativa, dada a natureza do objeto e adotou uma abordagem por aproximações sucessivas, tendo em vista a compreensão mais profunda da ação das ILA. Começámos por um questionário às iniciativas, seguiram-se grupos de discussão regionais, entrevistas e por fim grupos focais. Recorremos à combinação de métodos e técnicas sem quaisquer propósitos de descoberta de uma suposta “verdade absoluta”, mas porque ela tem potencial para captarmos as várias dimensões das ILA. Estas aproximações tornaram possível a construção de uma representação progressivamente mais próxima da realidade.

No trabalho de campo aplicámos um questionário *online* sobre as práticas de decrescimento e de cuidado nas ILA, que obteve 52 respostas e serviu de base à caracterização do universo de iniciativas e das respetivas práticas. A partir deste questionário selecionámos um grupo de iniciativas, com base nos

seguintes critérios: *i*) práticas de decrescimento e cuidado presentes na ILA e respetiva intensidade; *ii*) relevância dessas práticas; *iii*) representatividade das temáticas de intervenção; e *iv*) representatividade regional. A aplicação destes critérios reduziu o universo de estudo de 52 para 11 iniciativas. Procedemos então à realização de uma entrevista semi-estruturada a pessoas com responsabilidades na condução das iniciativas, que foram realizadas através da plataforma Zoom, uma vez que decorreram no ano 2020, com enormes restrições ao trabalho presencial devido à pandemia COVID-19. Por fim, realizámos *focus groups* presenciais com iniciativas que haviam já sido entrevistadas, pela relevância que assume nesta investigação aceder a perspetivas mais coletivas e resultantes da interação entre membros. Devido aos condicionalismos criados pela pandemia nesse período (verão e outono de 2020), das 11 iniciativas entrevistadas previamente apenas 7 aceitaram realizar o *focus group*, cujo formato era obrigatoriamente presencial. Elaborámos posteriormente uma grelha sinóptica que organiza por categorias a informação recolhida em cada entrevista individual e em cada *focus group*. Por fim, analisámos os dados recolhidos através do trabalho empírico e confrontámo-los com a nossa matriz teórica. Por necessidade de síntese, não detalhamos neste artigo tais fases, que se encontram amplamente documentadas na referida tese em que nos baseámos.

Discussão

Começamos por apresentar sucintamente as ILA, a partir das 52 respostas ao questionário online. Constatámos um equilíbrio na representação de ambos os sexos nas respostas, já que 48% das pessoas respondentes eram mulheres e 52% homens. A resposta ao questionário foi maioritariamente assegurada por membros com responsabilidades na gestão da iniciativa. Em 84% das situações, a pessoa respondente estava ligada aos órgãos de direção ou à coordenação da ILA. Em 10% das situações, a resposta foi assegurada por membros participantes e em 4% das situações por membros da equipa técnica ou de outros órgãos sociais, que não a direção (2%).

Estas iniciativas estão distribuídas por todo o território continental português, ainda que se concentrem especialmente nas duas cidades com maior dimensão, já que em Lisboa temos a resposta de 6 iniciativas e no Porto de 7. Atendendo à distribuição das ILA respondentes pelas regiões-plano, 11 delas situam-se no Norte de Portugal, 14 na região Centro, 9 no Alentejo e 17 na região de Lisboa e Vale do Tejo. No Algarve tivemos apenas uma resposta.

Há uma notória diversidade de territórios de intervenção nestas 52 iniciativas e algum equilíbrio entre as ILA que trabalham exclusivamente em áreas

urbanas ou periurbanas (38% do total) e em territórios rurais (35%). Há ainda 27% de iniciativas cuja intervenção ocorre em contextos diversos, não identificáveis como predominantemente rurais, urbanos ou periurbanos.

A diversidade é também uma das características que encontramos em termos de dimensão populacional dos territórios onde estas iniciativas se inscrevem. Existe uma predominância de territórios com 15 mil habitantes ou menos, que representam 44% do total.

O número de pessoas que participam nestas ILA é significativo. Entre os e as participantes consideramos trabalhadores/as e voluntários/as. Segundo os dados obtidos através do questionário, podemos estimar que em 2019 as ILA inquiridas tenham envolvido cerca de 4 mil pessoas, maioritariamente mulheres (66%). As iniciativas que envolvem até 30 pessoas têm um peso significativo, já que representam 71% do total. Em seguida surgem as ILA com 70 pessoas, que representam 19% do total. Com um volume de participantes entre 100 e 500 temos 8% das iniciativas e, por fim, temos uma iniciativa que sozinha envolve cerca de 1830 pessoas.

Estas iniciativas perseguem objetivos intrinsecamente vinculados à busca da transformação social. Materializam ações de índole diversa, que podemos agregar segundo as temáticas de intervenção priorizadas, tal como é evidenciado na Figura 1. A definição de categorias revela alguma complexidade já que são iniciativas diversas, com uma atuação em áreas cujos limites são pouco vincados, ao que acresce o facto de a maioria das iniciativas intervir em mais do que uma temática. O questionário evidenciou que as ILA que adotam como foco principal as problemáticas ecológicas representam 17,3% do total. Seguem-se, com 15,4%, as ILA com uma intervenção mais específica nas temáticas agroecológicas. Se as somarmos, verificamos que 32,75% das ILA respondentes têm preocupações desta natureza. As iniciativas cuja intervenção é multissetorial, representam 9,6% do total e envolvem dimensões como o abastecimento de produtos agrícolas de base local, a realização de atividades ligadas à fruição cultural, etc. Segue-se, em termos de peso, as iniciativas focadas na cultura que totalizam 11,5% do total de respostas ao questionário e as centradas na educação e formação, também com 11,5% do total. As ILA cuja atividade se relaciona especialmente com questões da vida cívica representam 9,6% do total e aquelas que se focam na criação de espaços de convivialidade, bem como as associações de desenvolvimento local correspondem a 5,8% das respostas. Há ainda iniciativas que dificilmente poderemos ligar a uma temática específica e que colocámos na categoria “outras” como é o caso das finanças éticas, das iniciativas ligadas à espiritualidade, etc.

A Tabela 1 apresenta uma caracterização sintética das 11 iniciativas entrevistadas, partindo das 6 categorias de análise às iniciativas de economia social e

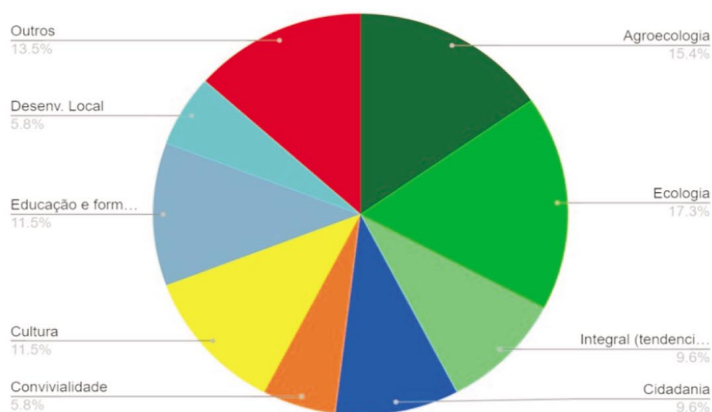


Figura 1 Tipologia de intervenção das 52 iniciativas inquiridas

Nota: gráfico retirado de Rojão, 2022, p. 213.

solidária propostas por Hespanha e Lucas dos Santos (2016) que são: agente, objetivo, Estado, mercado, democracia e gestão, tendo nós acrescentado ainda território e número de pessoas envolvidas. Evidencia o predomínio da associação, enquanto figura jurídica mais frequente entre as iniciativas. Mostra também que estas ILA, embora visem atingir objetivos distintos, partilham um ideário similar, com preocupações ligadas, por exemplo, à sustentabilidade ecológica, à reciprocidade e à solidariedade. É notória uma preocupação com a articulação entre a reflexão sobre as ideias que a ILA propõe e a demonstração efetiva da sua possibilidade, através de ações concretas. Há uma procura de independência face ao Estado, ainda que em muitos casos este possa estar presente através da cedência de terrenos e edifícios ou mesmo por via de programas de financiamento a que as ILA concorrem. Existe uma relação com o mercado, mas esta não é orientada pela busca do lucro. Do ponto de vista da gestão, a tabela mostra uma forte preocupação com a democraticidade interna e modelos de funcionamento baseados na horizontalidade.

A partir dos dados do trabalho de campo procurámos identificar o papel do decrescimento e do cuidado nas visões e nas práticas das ILA, tendo como referência um conjunto de dimensões que previamente estabelecemos com base na revisão da literatura.

Para o decrescimento, a partir do trabalho a que já aludimos (Rojão, 2022), foram definidas 5 dimensões: *i*) redução da produção e do consumo, tendo em vista

Tabela 1 Caracterização das ILA entrevistadas. Adaptado de Hespanha e Lucas dos Santos (2016, p. 41)

Entrevistado/as	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
Agente	Projeto autónomo inserido numa associação	Associação fortemente apoiada em duas pessoas	Associação com estatuto de IPSS	Associação fortemente apoiada em duas pessoas	Cooperativa	Associação	Associação	Associação	Cooperativa apoiada numa instituição	Associação	Associação
Objetivo	Trocas solidárias de tempo com base em relações de reciprocidade	Cruzamento de linguagens artísticas. Ativismo	Estilos de vida alternativos	Comunidade socio-terapêutica para jovens e adultos com capacidades especiais	Animação rural	Economia local: agricultura, comercialização e serviços	Organização comunitária	Convivialidade	Economia local	Arte e Relação entre a criação artística coletiva e o desenvolvimento comunitário	Horta urbana
Estado	Independente face ao Estado	Independente face ao Estado	Independente face ao Estado	Independente face ao Estado	Independente face ao Estado	Independente face ao Estado	Independente face ao Estado	Independente face ao Estado	Independente face ao Estado	Independente face ao Estado	Independente face ao Estado
Mercado	Troca-se tempo por tempo, em reciprocidade	Prolonga a vida útil de bens através das trocas e upcycling; atividades gratuitas e grupo de consumo solidário	Restaurante vegano não determinado e pelo mercado (abastecimento com produtos locais, biológicos, etc.)	Valorização das capacidades dos "companheiros" (loja produzidos nas oficinas) e produção para autoconsumo	Questão de impactos locais da financeirização do mundo	Loja de produtos locais para o público e abastecimento de cantinas; solução cooperativa de produtores locais	Questão de princípios do mercado com cantina de gratuidade, solidariedade, acesso por gratuitas e sob donativo livre ou recomendado	Questão de critérios do mercado; trocas entre membros; atividades gratuitas e sob donativo livre	Solução viável para participação no mercado de pequenos produtores	Questionamento de interesses imobiliários através da expressão artística	Questionamento dos critérios do mercado; criação de autonomia face às necessidades de consumo (oficinas de reparação, etc.)
Democracia	Favorece a participação ativa através dos núcleos locais	Processos de decisão partilhados pelo coletivo "Anarquia funcional"	Processos de decisão horizontal e por consenso Autogestão	Mecanismos de decisão através de círculos e consento de colaboradores	Direção da associação	Mecanismos de decisão horizontal e por consenso Autogestão	Mecanismos de decisão horizontal e por consenso Autogestão	Mecanismos de decisão horizontal e por consenso Autogestão	Democracia económica (pequenos produtores agrícolas e artesanais)	Teatro do oprimido; alocação política de indivíduos e comunidades	Mecanismos de decisão horizontal e por consenso Autogestão
Gestão	Pela coordenação	Pelo coletivo	Pelo coletivo	Pelo círculo de gestão	Pela direção	Pelo coletivo	Pelo coletivo	Pelo coletivo	Pela direção	Pelo coletivo	Pelo coletivo
Território	Urbano Região de Lisboa	Urbano Região Centro	Urbano, região do Porto	Rural Região Centro	Rural Alentejo	Rural Alentejo	Urbano Região de Lisboa	Urbano Região de Lisboa	Rural Região Centro	Urbano Região do Porto	Urbano Região do Porto
Pessoas envolvidas	Cerca de 1800 pessoas	Até 10 pessoas	Até 10 pessoas	Cerca de 150 pessoas	Até 10 pessoas	Cerca de 100 pessoas	Cerca de 25 pessoas	Cerca de 30 pessoas	Cerca de 30 pessoas	Cerca de 10 pessoas	Até 100 pessoas

Nota: quadro retirado de Rojão, 2022, pp. 253-254.

uma sociedade com outro metabolismo; *ii*) descolonização do imaginário que associa consumo, reconhecimento social e bem-estar; *iii*) criação de maior autonomia local; *iv*) redistribuição da riqueza e do rendimento; e *v*) transição para uma sociedade mais convivial, participativa e democrática. As seis dimensões estabelecidas para o cuidado foram: *i*) visibilização das relações de poder entre homens e mulheres e dos papéis de género que lhes são tradicionalmente atribuídos; *ii*) atenção ao impacto da pertença a múltiplas categorias sociais na inclusão/exclusão de pessoas; *iii*) problematização da atribuição de valor às atividades, de acordo com a sua natureza considerada produtiva ou reprodutiva; *iv*) promoção de práticas favorecedoras da conciliação entre a vida pessoal, familiar, laboral e cívica; *v*) responsabilização pelos cuidados, tendo em conta a sustentabilidade da vida humana e não humana; e *vi*) promoção dos cuidados mútuos enquanto elemento de sociabilidade” (Rojão, 2022).

Na análise das respostas ao questionário constatamos uma presença muito significativa do decrescimento, já que este foi assinalado por 98% das ILA. As dimensões que surgem de forma mais expressiva dizem respeito ao contributo para criar uma sociedade mais convivial e participativa, identificada por 89% das ILA. Em seguida, ambas com um peso nas respostas de 83%, estão as preocupações com o impacto ambiental da atividade humana e a busca de uma maior autonomia local. Seguem-se, com 77%, a recusa do imaginário consumista e, por fim, mas com uma presença ainda significativa, já que foi assinalada por 67% das iniciativas, surge a preocupação com a redistribuição da riqueza.

No que diz respeito à identificação de aspetos da intervenção das ILA que podemos associar ao cuidado, foi notória uma presença menos intensa destas dimensões face à registada para o decrescimento, tendo mesmo 11,5% das iniciativas indicado não ter qualquer atividade relacionada com o cuidado. Os cuidados mútuos, enquanto mecanismo de sociabilidade, foram a dimensão mais assinalada, com um peso de 65%; segue-se a igual valorização de atividades relativas ao trabalho produtivo e ao trabalho dito reprodutivo, que está presente em 64% das iniciativas. Mais de metade, isto é, 54% das ILA referem ter preocupações sobre o impacto na inclusão ou exclusão pela pertença a múltiplas categorias sociais. Com um valor inferior a 50% surgem as preocupações com a visibilização das desigualdades de poder entre homens e mulheres (48%) e ainda a preocupação com mecanismos promotores da conciliação entre a vida pessoal, familiar, laboral, cívica, assinalada por 44% das ILA inquiridas. Com uma expressão de apenas 35% está a dimensão relativa à responsabilidade pelos cuidados a nível pessoal, coletivo e social.

Na Figura 2 identificamos as dimensões relativas ao decrescimento (a verde) e ao cuidado (a laranja) e ordenamo-las de acordo com a relevância da sua presença

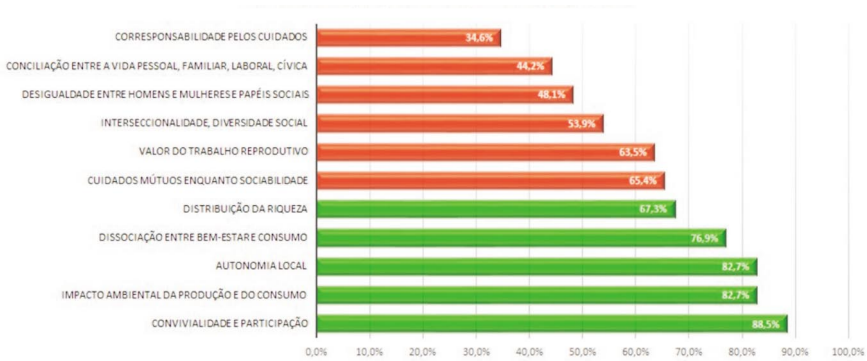


Figura 2 Intensidade da presença de cada dimensão de decrescimento (a verde) e de cuidado (a laranja) nas 52 ILA inquiridas

Nota: figura retirada de Rojão, 2022, p. 225.

nas iniciativas. Destaca-se uma presença muito menos intensa de qualquer das dimensões ligadas cuidado, quando comparada com a intensidade das dimensões associadas ao decrescimento.

Cruzando os dados do questionário, das entrevistas individuais e dos *focus groups* constatamos a existência de um alinhamento significativo entre as propostas do decrescimento e as preocupações das ILA, ainda que o termo não esteja amplamente difundido. Um entrevistado refere:

O essencial da questão não é tornar o sistema um pouco mais verde, um pouco mais ecológico, mas é mudar radicalmente de sistema. Mudar de um sistema extrativista para um sistema de equilíbrio com os ecossistemas naturais; mudar de um relacionamento que percebe as pessoas como mão de obra para um sistema com maior justiça social. (Entrevista 3, retirado de Rojão, 2022, p. 287)

Os dados mostram também o relevo que nestas iniciativas assumem as dimensões relacionadas com a convivialidade, a participação e a democracia. O trabalho de campo mostrou que as ILA concedem especial atenção à criação de espaços capazes de favorecer o convívio e a aprendizagem coletiva, o que que em algumas corresponde mesmo ao seu objetivo central. A título de exemplo, numa das iniciativas entrevistadas é referido:

Nas atividades que vamos desenvolvendo como almoços comunitários, geralmente não estabelecemos um preço, apelamos a uma dádiva consciente das pessoas, como nos concertos que muitas vezes se desenvolvem aqui (...) pequenos teatros,

assembleias, passagem de filmes, coisas assim, na zona ao ar livre, lá no alto. (Entrevista 11, retirado de Rojão, 2022, pp. 292-293)

A preocupação com processos decisórios participativos e horizontais é muito significativa neste universo de iniciativas. Estes processos podem assumir graus de estruturação diversos, mas em comum partilham o objetivo de contrariar as lógicas hierarquizadas, como está patente nesta descrição:

Temos o grupo de trabalho da direção, mas as coisas que dizem respeito ao comum ou comunitário são levadas a conselho de colaboradores. Então, o que este grupo e os diferentes grupos de trabalho fazem é mastigar a fundo os assuntos, trabalhar os temas, levar as propostas já analisadas, refletidas e apresentar as várias possibilidades, as várias propostas a este conselho de colaboradores que é composto por todas as pessoas que aqui trabalham e que aqui vivem. (Entrevista 4, retirado de Rojão, 2022, p. 262)

As preocupações com o impacto ecológico da produção e do consumo de bens e a procura de estilos de vida que facilitem a relação com a natureza estão muito presentes no universo de pessoas ligadas às iniciativas locais. Num dos *focus groups* é afirmado o seguinte:

Eu acho que isto é perfeitamente racional. Se uma pessoa ouvir os cientistas, eles estão fartos de dizer o que é que vem aí do ponto de vista ambiental. Eu não acho que isto seja uma coisa ideológica. Isto é racionalismo, é uma questão de sobrevivência, realidade pura e dura, pragmatismo total. (*Focus group 7*, retirado de Rojão, 2022, p. 327)

No que diz respeito aos processos que reforçam a autonomia local, uma ideia muito relevante no decrescimento, as ILA analisadas concedem uma atenção especialmente significativa às atividades económicas ligadas à alimentação de proximidade e com menor impacto ambiental, como revela este exemplo:

A loja tem princípios decrescentistas, ou seja, dá-se prioridade aos produtos locais, só se vendem produtos que não sejam locais se forem bens essenciais, pouco transformados. Tenta-se usar o menos de embalagens possível, os vegetais não estão embalados, tenta-se usar o mínimo de plástico possível, não só na loja como em geral. (Entrevista 6, retirado de Rojão, 2022, p. 289)

Há uma perspetiva crítica face ao uso da tecnologia, alinhada com as propostas do decrescimento, que também se cruza com a ideia de autonomia, como, por exemplo as frequentes oficinas *do it yourself* – DIY. Refere um entrevistado:

deve haver uma maior consciência das pessoas da sua capacidade de se tornarem mais autônomas, menos dependentes dos processos do mercado e também do recurso consciente ao uso das tecnologias. (...) nós realizamos algumas atividades como *Install Parties* de distribuição de *software* livre. Todos os equipamentos que temos (...) são reciclados e instalados com *software* livre. (Entrevista 11, retirado de Rojão, 2022, p. 292)

Quando analisamos a dimensão relativa à descolonização do imaginário, na aceção de Serge Latouche (2012) que questiona a equiparação entre consumo e bem-estar, as iniciativas mostraram que esta é uma questão presente de forma transversal.

As preocupações com a redistribuição da riqueza estão visíveis nas ILA. Há ações destinadas a sensibilizar para esta questão, mas há também atividades que visam a redução do consumo de recursos ou que facilitam o acesso a bens, sem os mercantilizar. Destacam-se as práticas relacionadas com mecanismos de troca, a ajuda mútua nas reparações e o acesso gratuito a atividades. Muitas ILA evidenciaram preocupações face à centralidade que hoje o trabalho remunerado assume na vida de cada pessoa, uma ideia bastante presente nas correntes decrescentistas e na economia feminista, que alertam para todas as atividades fundamentais à vida, mas que fazem parte do trabalho não-remunerado. Num *focus group* foi adiantada a seguinte ideia:

Não nos identificamos com o modelo convencional de desenvolvimento empresarial ou de emprego. Nenhum de nós seria feliz se tivesse um trabalho do tipo 9h às 17h, robótico. Acho que isso é uma das coisas que nos une em termos de ideologia, mas cada um está aqui por razões diferentes. (*Focus group* 2, retirado de Rojão, 2022, p. 323)

Concluimos que no universo das ILA há maior diversidade de posicionamentos e de práticas no que diz respeito a dimensões que associamos às propostas das correntes feministas ligadas ao cuidado que aquela que encontramos face às dimensões associadas ao decrescimento. Ao contrário das preocupações ecológicas, o cuidado parece estar menos presente e surgiram com alguma frequência posições que o restringem à esfera privada, dando primazia à premência da crise ecológica ou a outros ideais emancipatórios, sem atender à conexão entre as várias dimensões da crise sistémica.

Mesmo neste universo de iniciativas que se posicionam como alternativas ao sistema dominante, há uma naturalização dos papéis de género e um escasso reconhecimento das desigualdades estruturais que marcam as relações de poder entre homens e mulheres. Algumas ILA referem ter uma organização marcada pela horizontalidade, o que, em seu entender, retira pertinência a uma análise das relações de género. No entanto, embora a organização interna baseada na horizontalidade

consiga atenuar muitas hierarquias, há relações de poder implícitas que se podem manter, nomeadamente as relações de poder patriarcais. Existe um consenso social que naturaliza aquilo que supostamente são papéis sociais adequados a homens e a mulheres e que os associa a vocações, sensibilidades especiais ou aptidões inatas próprias de um género ou de outro.

Os cuidados mútuos e a sociabilidade são as dimensões relativas ao cuidado mais presentes nas ILA analisadas. Se, por um lado, os aspetos que dizem respeito ao relacionamento interpessoal dentro das iniciativas foram frequentemente reportados como uma dificuldade quotidiana, a vertente relacional é também uma das suas principais realizações, fundamental para criar comunidade, como surge nesta afirmação:

o facto de este grupo ter uma história já com quase 10 anos, desde as suas primeiras assembleias populares à horta e agora estar aqui, criou aqui uma solidez (...) o pensamento em diálogo não é igual ao pensamento em monólogo. (Entrevista 5, retirado de Rojão, 2022, p. 337)

A criação de espaços de convivialidade é, como já referimos, muito presente nas iniciativas aqui analisadas. Essa preocupação materializa-se em atividades diversas, sejam as de carácter mais festivo, ligadas à música e às danças, por exemplo, ou outras, como o trabalho coletivo em torno de uma horta urbana, caminhadas, etc. A dimensão de corresponsabilidade pelos cuidados também está presente nestas ILA, ainda que sem uma problematização das desigualdades de género que a atravessam. Concretiza-se através da produção de bens e serviços destinados aos respetivos membros, por exemplo, refeições coletivas, festas, cinema, desporto, etc. cujo acesso pode ser gratuito ou com base num donativo livre. Este aspeto é especialmente relevante se tivermos em conta que o cuidado tem vindo a ser progressivamente organizado sob princípios mercantis, que fazem depender a possibilidade de acesso da capacidade aquisitiva das pessoas.

Constatámos que as ILA valorizam de forma significativa o trabalho não pago, especialmente no que diz respeito aos cuidados mútuos, onde foi evidente um consenso mais significativo, o que está em consonância com os objetivos destas iniciativas pois concedem especial relevo à criação de espaços conviviais, a oportunidades de aprendizagem entre pares e à desmercadorização do acesso a bens e serviços. Foi visível que as ILA incorporam noções de economia e de trabalho alinhadas com as propostas da economia feminista crítica: “Eu acho que (...) se valoriza igualmente todos os tempos e, portanto, o tempo de produzir de facto não é valorizado em relação a outros tipos de tempo. Isto permite que se concretize a igualdade na prática” (Entrevista 1, retirado de Rojão, 2022, p. 294).

No que diz respeito à integração de uma perspectiva interseccional, foi possível constatar que na maioria da ILA, embora esteja presente uma reflexão sobre as desigualdades cumulativas e sobre o modo como diferentes categorias se podem concatenar na discriminação, deixam frequentemente o género fora dos fatores de discriminação, afastando-se do conceito de interseccionalidade proposto por Kimberlé Crenshaw (1990) que procura desnaturalizar as diversas hierarquias e eixos de opressão, atendendo a categorias como género, raça e classe e às simbioses que elas podem estabelecer entre si. Nas iniciativas constatámos uma grande diversidade entre os membros envolvidos, em termos de países ou continentes de origem e ainda o acolhimento positivo de uma certa originalidade individual, uma diversidade que as iniciativas reconhecem como enriquecedora.

Ao analisarmos os dados que dizem respeito às preocupações relativas à conciliação entre a vida pessoal, profissional, familiar e cívica, constatamos duas situações distintas. Nas ILA mais alicerçadas no voluntariado dos seus e das suas participantes, que geralmente possuem um trabalho remunerado exterior à iniciativa, a participação pode implicar dificuldades significativas de conciliação entre a vida cívica, pessoal e familiar. Porém, o reverso também acontece, sobretudo quando os membros têm um vínculo laboral à iniciativa, já que foram reportados mecanismos de facilitação da conciliação muito relevantes como, por exemplo, numa ILA que reduz o horário laboral em 50%, sem perdas remuneratórias, para casais com crianças até aos 3 anos de idade, desde que residentes na iniciativa, para que pelo menos um deles se possa ocupar da criança.

A disponibilidade e o trabalho voluntário dos membros estão frequentemente condicionados pela sua participação no mercado de trabalho formal. É notório em muitas ILA que as escolhas individuais relativas à eventual participação ou não no mercado de trabalho formal são condicionadas por fatores socioeconómicos, nomeadamente pelo acesso a fontes de rendimento independentes do mercado de trabalho. Se para algumas pessoas a possibilidade de ter uma vida mais frugal é uma opção, para outras é uma condição já que o acesso ao trabalho remunerado pode ser fundamental para satisfação de necessidades básicas.

Destacamos ainda que em algumas ILA o cuidado e o decrescimento são entendidos como indissociáveis, um mais centrado na dimensão relacional entre humanos e o outro na relação com a restante vida natural.

Conclusões

As iniciativas locais são animadas por horizontes utópicos distintos e a leitura das suas propostas de transformação social tem de ser feita atendendo ao contexto em que se inscrevem e à realidade que visam superar. Nas entrevistas foi bastante visível um posicionamento muito crítico face ao capitalismo e aos seus valores ligados à procura do lucro. A ação das ILA é animada por uma visão pós-capitalista e, porque segue valores distintos, enfrenta tensões permanentes. É nas brechas do sistema que a experimentação social promovida pelas ILA procura florescer. São patentes fricções entre os modelos de funcionamento interno horizontais, democráticos, centrados na resposta a necessidades e as exigências burocráticas, predominantemente homogeneizadoras, nomeadamente dos regulamentos ou de programas financiadores destinados a apoiar esse trabalho.

O facto de as ILA estarem inseridas num contexto social cujos valores predominantes são opostos aos seus obriga a negociações contínuas, gerando um processo tenso para manter a coerência interna. Um exemplo dessas tensões e negociações ocorre, por exemplo, nos espaços de restauração coletiva destas iniciativas, frequentemente abastecidas apenas por produtos de proximidade, preferencialmente de agricultura biológica, o que se pode traduzir num acréscimo de custos. Em momentos em que há dificuldade financeiras mais significativas, como ocorreu durante a pandemia COVID-19, podem ser procuradas outras estratégias, nomeadamente o recurso a produtos mais baratos, ainda que oriundos da agroindústria. No trabalho de campo foram relatadas várias tensões e conflitos entre o ideário que anima as iniciativas e a necessidade de lidarem quotidianamente com um contexto adverso. Os processos de negociação nas zonas de fronteira são difíceis porque obrigam a cedências mútuas, que podem até configurar recuos estratégicos, para garantir a própria sobrevivência dos coletivos.

Os posicionamentos face à transformação social inscrevem-se num *continuum* que oscila entre a mitigação dos efeitos nefastos do capitalismo, a oposição ou a superação. Estes diferentes impulsos podem conviver na mesma iniciativa, ainda que tenham racionalidades distintas, numa hibridação que faz com que as ILA possam incorporar também lógicas próprias da economia capitalista. O trabalho de campo permitiu constatar que a maioria das iniciativas que responderam ao inquérito e que quase todas as iniciativas entrevistadas assumem ter um posicionamento predominantemente anticapitalista. Porém, a sua ação inscreve-se num eixo que pode oscilar entre uma posição mais radical ou assumir algumas contemporizações, que de um ponto de vista tático permitem assegurar a sobrevivência dos processos. Porém, em algumas organizações, a contemporização pode antes

traduzir-se numa adesão ao sistema, visando-se apenas resolver alguns dos seus males, num realismo pragmático que não busca transformar a sociedade e que dispensa utopias orientadas para a justiça social.

Erik Olin Wright (2019) destaca a necessidade de articulação entre estratégias intersticiais, isto é, entre experiências locais que materializam relações económicas não capitalistas e que brotam nas fissuras do sistema, com estratégias centradas na alteração da regulação, isto é, *top-down*. A combinação de ambas e a articulação entre o papel transformador da ILA e as pressões para a criação de políticas capazes de abrir caminho ao pós-crescimento podem desencadear um ambiente mais favorável para que estas iniciativas que hoje vivem em contra-corrente possam florescer, nomeadamente pela alteração de quadros regulamentares que as espartilham e sufocam.

Será necessário contrariar a tendência para uma atuação relativamente atomizada já que uma maior articulação entre iniciativas contribuirá para reforçar a aprendizagem entre pares e para potenciar a própria ideia de transformação social que as ILA visam alcançar.

A nossa análise foi realizada a partir do prisma do decrescimento e da perspectiva feminista do cuidado, que têm como chão comum o reconhecimento da dupla condição humana de ecodependência face à natureza e de interdependência, já que ninguém pode sobreviver em absoluta autonomia. O universo das ILA é diverso e incorpora práticas muito relevantes que podemos ligar quer ao decrescimento quer ao cuidado. Foi perceptível o contributo destas noções nos processos de transformação social e a sua relevância face a preocupações que hoje são cruciais: a justiça, nomeadamente tendo em conta as categorias relativas ao género, classe e raça; a democracia e a subjugação da economia à decisão política; e a ecologia, já que ela diz respeito a desafios prementes de que faz parte a possibilidade da nossa vida na Terra, nas condições em que a conhecemos.

A perspectiva feminista do cuidado concede especial relevância à questão da sustentabilidade da vida, em condições de justiça social e a perspectiva decrescentista sublinha a necessidade de vivermos de acordo com os limites do planeta, para que a vida continue a ser possível. A presença destas duas noções nas ILA não é simétrica, pois as ideias ligadas ao decrescimento estão bastante mais enraizadas e gozam de maior reconhecimento que as ideias que associamos à perspectiva feminista do cuidado. As organizações têm frequentemente dificuldade em reconhecer e remover práticas patriarcais pois estas, por estarem naturalizadas são muito menos visíveis. Uma maior articulação entre as propostas decrescentistas e feministas pode ter um papel relevante na ampliação do potencial transformador destas ILA já que a dominação da natureza e a subalternização das mulheres partilham a

mesma raiz: a tentativa de subordinar a vida aos interesses mercantis do capitalismo e à sua busca do lucro, seja pela transformação da natureza em recurso, seja pela apropriação do trabalho não pago ou mal pago das mulheres.

Uma agenda de transformação social que tenha em conta estas duas dimensões terá de contrariar a centralidade que a economia mercantil hoje detém, revalorizar a economia dita reprodutiva e promover uma redistribuição do esforço relativo à provisão de cuidados, cujo peso hoje recai sobretudo nas famílias e, dentro destas, nas mulheres. Isso comportará também uma transformação do trabalho pago, para que a ideia de colocar no centro a sustentabilidade da vida se efetive através da partilhado do esforço de cuidados pelo todo social (Ezquerria, 2018), seja na esfera doméstica, seja pela provisão pública, mercantil ou comunitária. Ao invés de procurarmos democratizar o modelo masculino de provedor universal, propomos uma outra hierarquia de valores em torno da ideia de “pessoa cuidadora universal” (Fraser, 2015).

Face à pressão e à urgência de ação que hoje os problemas ecológicos clamam, importa assegurar que a agenda feminista do cuidado não seja remetida para um plano secundário, pois “uma transformação radical da sociedade, para além do paradigma do crescimento, só pode ser alcançada abordando o crescimento capitalista e suas profundas raízes patriarcais em conjunto” (Saave-Harnack et al., 2019, p. 30).

Notas

Por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Ariès, P. (2005). *Décroissance ou barbarie*. Éditions Golias.
- Atienza, M., Canela, D., Carrero, G., Ortiz, P., Piñeiro, C., & Salsón, S. (2019). *Guía de análisis de prácticas de corresponsabilidad en la economía social y solidaria*. Mares.
- Burkhart, C., Schmelzer, M., & Treu, N. (Eds.) (2020). *Degrowth in movement(s): Exploring pathways for transformation*. Zero Books.
- Crenshaw, K. (1990). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stan. L. Rev.*, 43(6), 1241-1299.
- Ezquerria, S. (2011). Crisis de los cuidados y crisis sistémica: la reproducción como pilar de la economía llamada real. *Investigaciones feministas*, 2, 175-194.
- Ezquerria, S. (2018). De la Economía feminista a la democratización de los cuidados. *Viento sur*, (156), 39-47.

- Fraser, N. (2015). *Fortunas del feminismo*. Traficantes de Sueños.
- Hespanha, P., & Lucas dos Santos, L. (2016). O nome e a coisa. Sobre a invisibilidade e a ausência de reconhecimento institucional da Economia Solidária em Portugal. *Revista de Economia Solidária*, (9), 22-69.
- Hillenkamp, I., Guérin, I., & Verschuur, C. (2014). Economie solidaire et théories féministes: pistes pour une convergence nécessaire. *Revista de Economia Solidária*, (7), 4-43.
- Kallis, G. (2011). In defence of degrowth. *Ecological Economics*, 70(5), 873-880. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2010.12.007>
- Kallis, G., Demaria F., & D'Alisa, G. (2016). Decrescimento. In G. D'Alisa, F. Demaria, & G. Kallis (Coords.), *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo* (pp. 24-42). Tomo Editorial.
- Latouche, S. (2010). Degrowth. *Journal of cleaner production*, 18(6), 519-522. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2010.02.003>
- Latouche, S. (2012). *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*. Edições 70.
- Löwy, M. (2013). Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Caderno CRH*, 26(67), 79-86. <https://doi.org/10.1590/s0103-49792013000100006>
- Pérez Orozco, A. (2010). Diagnóstico de la crisis y respuestas desde la economía feminista. *Revista de Economía Crítica*, 1(9), 131-144.
- Paris, S. (2015). *Emancipación sin feminismo? Transitar de la marginalidad a la centralidad del feminismo en las organizaciones mixtas*. Manu Robles – Aranziz Instituta.
- Prieto, L. P., & Domínguez-Serrano, M. (2015). Una reformulación feminista del Decrecimiento y el Buen Vivir. Contribuciones para la sostenibilidad de la vida humana y no humana. *Revista de Economía Crítica*, (19), 34-57.
- Rojão, G. (2022). *Decrescimento e Cuidado nas Iniciativas Locais Alternativas* [Tese de Doutorado, Universidade da Beira Interior].
- Saave-Harnack, A., Dengler, C., & Muraca, B. (2019). Feminisms and degrowth – Alliance or foundational relation. *Global Dialogue*, 9(1), 29-30.
- Sánchez Hernández, J. L. (2017). *Las prácticas económicas alternativas en perspectiva geográfica*. Universidad de Salamanca.
- Sánchez Hernández, J. L. (Coord.) (2019). *Espacios Y Prácticas Económicas Alternativas en las Ciudades Españolas*. Thomson Reuters Aranzadi.
- Sánchez Hernández, J. L., & Gluckler, J. (2019). Alternative economic practices in Spanish cities: from grassroots movements to urban policies? An institutional perspective. *European Planning Studies*, 27(12), 2450-2469.
- Sanchís, N. (2020). Ampliando la concepción de cuidado: ¿privilegio de pocxs o bien común?. In N. Sanchís (Coord.), *El cuidado comunitario en tiempos de pandemia... y más allá* (pp. 9-21). Asociación Lola Mora. <http://asociacionlolamora.org.ar/wp-content/uploads/2020/07/El-cuidado-comunitario-Publicacio%CC%81n-virtual.pdf>
- Santos, B. S., & Meneses, M. P. (Org.) (2009). *Epistemologias do sul*. Almedina.

- Solón, P. (2017). Introducción. In P. Solón (Coord.), *Alternativas sistémicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização* (pp. 7-12). Edición Focus on the Global South, Attac France y Fundación Solón.
- Wright, E. O. (2011). Utopias Reais para uma sociologia global. *Diálogo Global*, 1(5), 3-4.
- Wright, E. O. (2019). *Como ser anticapitalista no século XXI?* Boitempo Editorial.

Data de submissão: 15/04/2022 | **Data de aceitação:** 13/10/2022



ECONOMIAS ALTERNATIVAS, ULTRALIBERALISMO E PANDEMIA

Mulheres na Agroecologia no Brasil

ALTERNATIVE ECONOMIES, ULTRALIBERALISM AND PANDEMIC

Women in Agroecology in Brazil

Natália Santos Lobo

FUNÇÕES: Concetualização, Curadoria dos dados, Análise Formal, Investigação, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Programa de Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Av. Presidente Vargas, 417 – Centro, CEP 20071-003, Rio de Janeiro – RJ, Brasil

E-mail: natasantoslobo@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4805-5946>

Lilium Telles

FUNÇÕES: Concetualização, Curadoria dos dados, Análise Formal, Investigação, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, CEP 36576-230, Brasil

E-mail: liliumtelles@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0488-9532>

Isabelle Hillenkamp

FUNÇÕES: Concetualização, Curadoria dos dados, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento, Centro de Estudos em Ciências Sociais sobre os Mundos Africanos, Americanos e Asiáticos (IRD-CESSMA). CEP 75205, França

E-mail: isabelle.hillenkamp@ird.fr | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1287-3971>

Resumo: A orientação ultraliberal e autoritária dos governos brasileiros desde 2016 implicaram o desmonte das políticas públicas de apoio às economias alternativas e colocaram suas e seus sujeitos num cenário de crise, aprofundado com a pandemia de COVID-19. Este artigo visa contribuir, desde uma perspectiva feminista, para a reflexão sobre o significado desse momento na trajetória da agroecologia, como parte das economias alternativas no Brasil. Baseia-se numa pesquisa com organizações de agricultoras agroecológicas conduzida em 2020 em duas regiões do país, por meio de entrevistas realizadas presencial e virtualmente. Propõe um marco conceitual das economias alternativas, articulando democracia, espaços públicos, solidariedade, pluralidade econômica e gênero. Evidencia os efeitos conflitantes do protagonismo feminino na agroecologia, entre construção de mercados solidários, aumento da produção e ganho de autonomia, por um lado, e reprodução da divisão sexual do trabalho e sobrecarga de trabalho, por outro.

Palavras-chave: agroecologia, gênero, COVID-19, Brasil.

Abstract: The ultraliberal and authoritarian orientation of Brazilian governments since 2016 have implied the dismantling of public policies to support alternative economies and have placed their subjects in a crisis scenario, deepened by the COVID-19 pandemic. This article aims to contribute, from a feminist perspective, to the reflection on the meaning of this moment in the trajectory of agroecology as

part of alternative economies in Brazil. It is based on a survey of agroecological women farmers' organizations conducted in 2020 in two regions of the country, through interviews carried out face-to-face and virtually. It proposes a conceptual framework of alternative economies, articulating democracy, public spaces, solidarity, economic plurality and gender. It highlights the conflicting effects of women's role in agroecology, between building solidarity markets, increasing production and gaining autonomy, on the one hand, and reproducing the sexual division of labour and work overload, on the other.

Keywords: agroecology, gender, COVID-19, Brazil.

Introdução

O Brasil ficou conhecido internacionalmente pela sua longa trajetória de construção de economias alternativas ao capitalismo. Nesta trajetória, as práticas econômicas alternativas, que se estruturaram com as denominações de economia solidária e agroecologia, se deram de mãos dadas com a construção de movimentos sociais e, depois, de políticas públicas, notadamente nos governos do Partido do Trabalhadores (presidente Luiz Inácio Lula da Silva e presidenta Dilma Rousseff, 2003-2016). As políticas de economia solidária apostaram não só em desenvolver ações e programas, mas em contribuir para a formação política dos trabalhadores, que formariam um polo na correlação de forças da luta contra o próprio sistema capitalista, crescendo nas "brechas" deste sistema (Singer, 1999). O movimento agroecológico do Brasil também é conhecido pela construção ativa de técnicas agrícolas favorecendo a autonomia produtiva e financeira, pela construção de redes de trocas não monetárias e mercados solidários, bem como de sujeitos políticos e políticas públicas. A capacidade de articulação destas redes e atores fez com que a agroecologia se tornasse uma agenda de Estado, notadamente como recorte das políticas para a agricultura familiar (Niederle et al., 2019).

Estas economias alternativas e estes movimentos foram construídos historicamente com a contribuição decisiva de mulheres que, apesar de participarem das organizações econômicas e políticas, não foram reconhecidas nestas em pé de igualdade com os homens. Tal fato está estreitamente ligado à divisão tradicional dos papéis de gênero que relega as mulheres ao âmbito privado onde, devido à sua atribuição social para o trabalho de cuidado, desempenham um papel essencial nas economias alternativas ao mesmo tempo em que são geralmente excluídas da esfera pública da política. Contra esta divisão dos espaços, surgiram grupos auto-organizados exclusivamente por mulheres no interior dos movimentos, que pataram a necessidade de visibilizar e valorizar a contribuição econômica de mulheres e de democratizar todas as formas de relação baseadas na subordinação.

Ou seja, colocaram e colocam no cenário não só a questão da classe — já tradicionalmente tratada pelo conjunto dos movimentos sociais — mas também as questões de gênero e raça (Butto Zarzar, 2017; Hillenkamp & Nobre, 2021).

Em contraste com este ciclo político, a atual conjuntura no Brasil é de desmonte das políticas públicas de apoio às economias alternativas, colocando suas e seus sujeitos em um novo cenário. O golpe de Estado parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff em 2016 teve como objetivo a reorientação da política do governo federal (então do presidente Michel Temer (2016-2018) e, depois, do presidente Jair Bolsonaro) para um programa econômico ultraliberal conhecido como “Ponte para o Futuro”. Esse programa se concretizou com as reformas de flexibilização das leis trabalhistas e da previdência, além da aprovação de uma emenda na Constituição brasileira¹ que instaura uma limitação de gastos e investimentos públicos por vinte anos (Krein et al., 2018). No campo das políticas de economia solidária e de agroecologia, o desmonte levou à extinção de entidades públicas — notadamente a Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Estas mudanças levaram a intensos protestos por parte da sociedade civil, denunciando um projeto antidemocrático de reconcentração da riqueza no Brasil. De fato, as medidas foram aprovadas graças a uma maioria conservadora no Congresso e no Senado e ao autoritarismo do governo Temer, que não precisou de se preocupar com a sua reeleição e popularidade. Com a chegada ao poder de Jair Bolsonaro, em 2019, a conexão entre o projeto ultraliberal e o autoritarismo político tornou-se ainda mais óbvia, através do discurso de uma necessária retomada econômica autoritária do país e da aliança, no governo, entre economistas, militares e evangélicos favoráveis ao projeto ultraliberal (Feltran, 2020). A partir de 2020, a pandemia de COVID-19 teve um efeito de acelerador dessa tendência, ultraliberal e autoritária, com o presidente Bolsonaro repetindo sistematicamente que a sua prioridade seria salvar “a economia”, referindo-se à economia baseada na hegemonia do mercado, e recusando qualquer forma de debate público sobre sua gestão da pandemia.

Contudo, a nova política federal desde o Golpe de Estado e até o momento atual da pandemia tem-se materializado na reconcentração da renda: entre 2015 e 2019, o índice de Gini de distribuição de rendimento subiu de 0,523 para 0,543, um dos mais altos a nível internacional e, entre 2019 e 2020, a parcela da riqueza detida pelos 1% mais ricos aumentou de 46,9% para 49,6% (Crédit Suisse, 2021). Por outro lado, em 2020, o consumo das famílias sofreu uma queda histórica de -4,5% (Instituto Brasileiro de

1 Emenda Constitucional n.º 95/2016 (2016).

Geografia e Estatística [IBGE], 2022), empurrando milhões de brasileiros para a pobreza. As mulheres, que ocupam empregos mais precários e que são socialmente responsáveis pelos cuidados, foram particularmente impactadas pela pandemia. Uma pesquisa realizada com mais de 2000 mulheres em abril e maio de 2020, revelou que 40% delas tiveram sua renda seriamente afetada, número que sobe para 55% entre as mulheres negras. Além disso, 50% das mulheres – no geral – e 62% das mulheres rurais passaram a cuidar de alguém, por conta da crise da COVID-19 (Bianconi et al, 2020).

Esta situação de aumento de trabalho não remunerado, queda de renda e aumento das desigualdades resultou em uma ampla coalizão para a aprovação, no Congresso, de um auxílio emergencial, contra o bloqueio inicial pelo presidente Bolsonaro. Esta medida redistributiva teve um impacto temporário, mas massivo e de grande visibilidade, beneficiando até 68 milhões de brasileiros em 2020. Para além da ação do Estado, inúmeras iniciativas solidárias da sociedade civil trouxeram respostas pouco visíveis, mas de grande importância, aos problemas da desigualdade e da pobreza. No segmento da agroecologia, iniciativas lideradas, muitas vezes, por mulheres produziram alimentos diversificados e criaram ou ampliaram mercados solidários, a partir de espaços de diálogo com os consumidores. Seu desempenho foi possível graças à mobilização das redes existentes de movimentos sociais e, em certos casos, à redistribuição de recursos por parte de políticas locais. Ao mesmo tempo, essas mulheres não deixaram de garantir o trabalho de cuidado e a produção de alimentos para autoconsumo, sem que isso fosse valorizado pela sociedade.

Este artigo visa contribuir, desde uma perspectiva feminista, para a visibilidade dessas iniciativas e, desta forma, para a reflexão sobre o significado do atual momento político na longa trajetória das economias alternativas no Brasil. Baseia-se numa pesquisa com organizações de mulheres agricultoras agroecológicas conduzida, em 2020, em duas regiões do país. A primeira parte do texto apresenta as condições da nossa pesquisa e os territórios onde se localizam as organizações das agricultoras. A segunda parte especifica o nosso marco conceitual de economias alternativas, articulando democracia, espaços públicos, solidariedade, pluralidade econômica e relações de gênero. Sobre esta base, a terceira parte analisa a construção de mercados solidários durante a pandemia, destacando a importância de espaços públicos de proximidade e da articulação com a ação pública a nível local, como condição da pluralidade e da cidadania econômica. Finalmente, a quarta parte se debruça sobre os efeitos conflitantes do protagonismo feminino nessas iniciativas, entre ganho de autonomia e valorização do trabalho das mulheres, por um lado, e inércia da divisão sexual do trabalho e risco de exploração do trabalho, por outro.

Metodologia e territórios da pesquisa

A pesquisa foi realizada em dois territórios da região sudeste do Brasil: a Zona da Mata, estado de Minas Gerais (MG) e o Vale do Ribeira, estado de São Paulo (SP). Foi baseada em entrevistas semi-estruturadas junto de mulheres agricultoras participantes de organizações de agroecologia, tais como grupos locais, associações, cooperativas e redes. Os temas abordados durante as entrevistas foram: a forma como a pandemia transformou a vida das mulheres e das suas famílias nas esferas da saúde, econômica, agrícola e doméstica e a divisão sexual e geracional do trabalho remunerado e não remunerado dentro das famílias; a contribuição dessas mulheres para a resiliência da agricultura familiar, nos âmbitos da produção, do autoconsumo e da comercialização; e as leituras críticas dessas mulheres sobre a situação desencadeada pela pandemia em diferentes níveis.

A pesquisa se deu através de uma parceria entre pesquisadoras e pesquisadores do IRD (Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento), da França, da Universidade Federal de Viçosa (Brasil) e técnicas das ONGs brasileiras CTA-ZM (Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata) e SOF (Sempreviva Organização Feminista). O CTA-ZM e a SOF são organizações de referência para os movimentos agroecológico e feministas no Brasil e têm uma trajetória de atuação com as agricultoras desses territórios. A partir desta posição e das relações de confiança tecidas com as agricultoras ao longo do tempo, foi possível ter acesso ao campo, inclusive de forma remota, num período inviável para a realização de deslocamentos, dada a pandemia. Nossa abordagem de pesquisa, com base no diálogo entre universidade, ONGs e movimentos sociais, faz parte de uma “ecologia dos saberes” (Sousa Santos, 2009), tanto científicos quanto não científicos, imprescindível para acessar e revelar as alternativas econômicas presentes nas práticas das mulheres agricultoras. No nível epistemológico, esta abordagem faz parte de uma concepção de conhecimento situado, que não requer a construção de uma suposta neutralidade axiológica do pesquisador, mas sim a objetivação dos efeitos da sua posição e o questionamento da mesma (Haraway, 1995).

A pesquisa no Vale do Ribeira teve início em junho de 2020 e as entrevistas foram realizadas inicialmente por telefone (ou por mensagens de áudio de WhatsApp, no caso de sinal telefônico insuficiente). A partir de setembro, a SOF retomou o trabalho presencial no Vale do Ribeira, em períodos curtos de campo, o que nos permitiu qualificar a coleta de dados. Em novembro de 2020, foi realizada uma fase complementar da pesquisa, onde investigamos como se configuraram as relações de gênero intrafamiliar durante a pandemia, com entrevistas *in loco* e a distância. No total, 16 agricultoras foram entrevistadas na primeira fase e 17 na segunda, em 9 comunidades do

município de Barra do Turvo/SP. Na Zona da Mata, a coleta de dados foi realizada entre agosto e outubro de 2020 e envolveu 19 agricultoras em 8 municípios do território (7 entrevistas presenciais e 12 a distância). Em geral, as agricultoras envolvidas na pesquisa representaram diferentes contextos locais, grupos etários, tempos de envolvimento e protagonismo nas decisões sobre o trabalho na agroecologia (produção e comercialização) e posições de liderança.

O Vale do Ribeira é uma região que concentra grandes empreendimentos do setor do agronegócio. O município de Barra do Turvo, onde a pesquisa aconteceu, se situa a aproximadamente cinco horas de carro da cidade de São Paulo e duas horas de Curitiba e de Registro/SP (um município importante para a região). A presença histórica de comunidades quilombolas² e de áreas de preservação ambiental do bioma Mata Atlântica, favoreceram o desenvolvimento da agroecologia no município, inicialmente por meio de projetos que promovem agroflorestas com apoio de outras organizações (Steenbock et al., 2013). A partir de 2010, a SOF passou a desenvolver um trabalho com mulheres rurais no Vale do Ribeira e, desde 2015, com maior enfoque na agroecologia. Como fruto desse processo foi constituída a RAMA (Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras) com cerca de 70 agricultoras, que tem como objetivos desenvolver a agroecologia e a autonomia das mulheres, e que foi o foco da nossa pesquisa.

A Zona da Mata de Minas Gerais foi reconhecida como Polo Agroecológico em 2018 por uma lei estadual, em função de sua trajetória na construção da agroecologia desde a década de 1980, sendo o CTA/ZM um ator central neste processo. Por outro lado, a exploração mineral de bauxita para a produção de alumínio avançou nessa região a partir dos anos 2000, fazendo emergir conflitos socioambientais que ameaçam o desenvolvimento da agroecologia (Magno & Milanez, 2022). Também há, no território, muitas comunidades quilombolas já reconhecidas e outras em processo de autorreconhecimento.

A pesquisa nos oito municípios na Zona da Mata se distribuiu em diferentes porções do território com características socioeconômicas e ambientais próprias, que influenciam o tipo de práticas econômicas. Mesclam-se a produção do café arábica, como uma importante *commodity*, produzido em sistema de monocultivo comercial em pequenas propriedades e a produção diversificada da agricultura familiar, baseada, sobretudo, no cultivo de arroz, milho, feijão e na criação de gado de leite.

2 Comunidades quilombolas são grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e com ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, conforme Decreto n.º 4.887/2003 (2003).

Práticas econômicas democráticas: marco conceitual

Nosso entendimento das economias alternativas ao capitalismo ultraliberal autoritário está centrado no critério de práticas econômicas democráticas. É parte, em sentido amplo, do debate sobre a economia solidária, concebida como “qualquer atividade econômica que priorize o interesse coletivo e a solidariedade sobre a busca do lucro, e que *depende de espaços de deliberação para democratizar a economia*” (Guérin et al., 2019, p. 108, grifo acrescentado).

Através de seu conceito de espaço público como arena de interação discursiva, Jürgen Habermas (1991) lançou as bases para uma abordagem da prática democrática baseada na deliberação a partir da comunicação. Embora a abordagem de Habermas não tenha sido focada em economias alternativas, ela é valiosa para entender estas economias, na medida que estende a teoria democrática do aparelho do Estado à interação dos cidadãos uns com os outros e com o Estado. Os espaços públicos são os espaços onde decisões democráticas sobre todas as práticas, inclusive as econômicas, podem ser construídas através da formação de uma opinião racional e crítica que vem da comunicação e da deliberação. Enquanto o poder econômico baseado no sistema capitalista se procura eximir do debate público, as organizações econômicas alternativas incorporam, precisamente, espaços públicos dentro delas (Laville & Gaiger, 2009).

Os espaços públicos, obviamente, são plurais e cruzados por múltiplas desigualdades. No entanto, a deliberação democrática requer um nível mínimo de igualdade socioeconômica e de acesso à palavra. A ausência desta igualdade está particularmente atrelada aos papéis de gênero, que atribuem a participação nos assuntos públicos aos homens e a responsabilidade pela esfera privada às mulheres. Isto pode exigir a criação de espaços separados (não mistos) (Fraser, 1990), como ilustrado pela auto-organização de mulheres camponesas e trabalhadoras rurais no Brasil. Por outro lado, se a multiplicação de microespaços públicos é, às vezes, necessária para o exercício democrático em condições de igualdade, a capacidade de conexão (alianças políticas) entre esses públicos também é indispensável para o seu alcance democrático geral (Dewey & Rogers, 2012).

Os espaços públicos de economias alternativas são espaços de proximidade, no sentido de espaços de confronto de indivíduos concretos e de socialização (Eme, 2006), seja através de relações presenciais ou de comunicação a distância. Esta proximidade é a condição para que um questionamento crítico do modelo econômico dominante e um senso comum sobre as alternativas possam surgir das experiências vividas, particularmente nos espaços dos oprimidos, ou seja, nos “contrapúblicos subalternos” no sentido de Nancy Fraser (1990). Tais espaços se caracterizam

pela elaboração de contradiscursos que, no caso das economias alternativas, podem abranger não só as relações de trabalho, mas também a própria noção de trabalho, que muitas vezes é negada às mulheres quando esse trabalho não é remunerado, como no caso da produção agrícola para autoconsumo e das trocas não monetárias.

Assim, os contradiscursos das economias alternativas criticam a hegemonia do mercado de concorrência nas narrativas dominantes sobre economia. Contrapõem tais narrativas com uma compreensão plural da economia, que inclui os princípios de reciprocidade, redistribuição e autossuficiência (*householding*), além da concorrência, como teorizado por Karl Polanyi (2000). Esta economia plural inclui mercados solidários, articulando, em formas às vezes tensas, o princípio de concorrência com os de reciprocidade e de redistribuição, bem como práticas econômicas não mercantis e não monetárias, obedecendo aos princípios de autossuficiência, reciprocidade e redistribuição. A construção de mercados solidários baseia-se em espaços públicos de proximidade, onde a natureza, os preços e as modalidades concretas de intercâmbio econômico (transporte, lugares, horários de venda, etc.) são debatidos e definidos conjuntamente por produtores e consumidores (França Filho, 2002). As práticas econômicas não mercantis e não monetárias, por outro lado, envolvem particularmente as mulheres, devido à responsabilidade pelo trabalho doméstico, comunitário e de cuidado que lhes é socialmente atribuída. Este tipo de prática é muitas vezes baseado na solidariedade entre as mulheres, sem a qual não poderia existir, mas não constitui necessariamente uma democratização da economia. Pelo contrário, quando não são visibilizadas, valorizadas e partilhadas, essas práticas reproduzem a dominação masculina e a divisão injusta do trabalho entre mulheres e homens (Guérin et al., 2009).

Cidadania econômica com base em mercados solidários

Ao longo do ano de 2020, uma série de iniciativas inovadoras na relação com os mercados, com forte envolvimento das mulheres agricultoras, foram desenvolvidas em ambas as regiões onde realizamos a nossa pesquisa. De fato, com o início da pandemia, as pessoas ampliaram a procura de alimentos saudáveis e diversificados. O fechamento do comércio varejista, em resultado das medidas de distanciamento social, também contribuiu para o aumento na demanda por produtos agroecológicos.

Na Zona da Mata de Minas Gerais, as alternativas de mercado envolveram sete municípios participantes na pesquisa, onde já havia uma diversidade de experiências de acesso aos mercados pela agricultura familiar. No município de

Simonésia, uma iniciativa foi protagonizada por jovens mulheres que têm inserção na Cooperativa local da Agricultura Familiar Solidária e articularam um sistema de vendas por WhatsApp. Essa iniciativa tinha como objetivo a criação de uma Agricultura Sustentada pela Comunidade (CSA) – um modelo de autofinanciamento da produção, baseado na relação direta e solidária entre quem produz e quem consome os alimentos. Uma das agricultoras que entregou os seus produtos através dessa iniciativa destaca que, além do aumento no volume de produtos fornecidos, passou a entregar plantas medicinais e frutas típicas da época, que até então não haviam sido demandadas pelos consumidores.

No Vale do Ribeira, as agricultoras da RAMA tiveram que reorganizar drasticamente a sua comercialização em feiras para limitar o risco de contaminação, em diálogo com o público consumidor. Algumas agricultoras ficaram responsáveis pela comercialização dos produtos das demais, envolvendo um aumento do seu tempo de trabalho. Assim, novos acordos foram feitos dentro da RAMA para destinar uma compensação financeira (10% do preço da venda) a estas agricultoras. No entanto, essa relativa autonomia para reorganizar os canais de comercialização direta enfrentou desafios, como a ausência de apoio do poder público municipal e de políticas redistributivas, a necessidade de uma grande quantidade de trabalho ativista para a sua realização e a própria autogestão, que se tornou mais complexa dada a ausência de espaços de encontro e reuniões presenciais.

Antes da pandemia, as mulheres da RAMA comercializavam os seus produtos, entre outros canais, para sete Grupos de Consumo Responsável que se organizavam em rede na capital paulista. A partir do mês de abril de 2020, alguns grupos de consumo se engajaram em campanhas de solidariedade para doar alimentos para comunidades periféricas, indígenas, escolas e outros grupos vulneráveis. Ainda, sete novos grupos passaram a integrar a rede, o que resultou no aumento expressivo das entregas e, em poucos meses, o valor de vendas chegou a triplicar. O recorde de vendas ocorreu em agosto de 2020, com a comercialização de mais de R\$26.000 em produtos pela RAMA, distribuídos entre 51 mulheres, equivalente a cerca de 85 euros por pessoa. Foram cerca de 250 produtos diferentes, entre alimentos *in natura*, processados, fitoterápicos, mudas, artesanatos, carnes e laticínios.

O preço de venda praticado pelas agricultoras é construído no diálogo com os grupos de consumo e está baseado num forte compromisso social de garantir um preço justo e estável para consumidores e agricultoras, constituindo-se como expressão da relação de solidariedade. Por este motivo, é menor do que os preços dos mercados convencionais, aos quais os consumidores têm acesso e, por outro lado, remunera as agricultoras melhor do que os mercados de compras públicas. A redistribuição de recursos públicos, na forma de um caminhão disponibilizado pelo

governo municipal de Barra do Turvo, onde a RAMA está estabelecida, contribuiu para a construção do preço ao reduzir o custo de transporte. A relação de solidariedade também se expressou na estabilidade dos preços, mantida pela RAMA ao longo da pandemia, enquanto os produtos básicos como arroz e feijão, tiveram um aumento de mais de 60% no valor praticado em mercados convencionais em 2020³.

Na Zona da Mata mineira, a Campanha Periferia Viva, uma campanha nacional criada no contexto da pandemia de COVID-19 por diversos movimentos populares do campo e da cidade, foi estratégica para o desenvolvimento de mercados solidários e continua sendo realizada desde então. O principal objetivo é promover ações coletivas de solidariedade à população em vulnerabilidade social. Na região, a campanha tem sido articulada pelo CTA/ZM e outros movimentos sociais populares e abrange seis municípios, nos quais são arrecadados recursos públicos e privados para a compra de alimentos agroecológicos da agricultura familiar, além de produtos naturais de higiene.

Os critérios de compra e de redistribuição são definidos pelos movimentos e há uma priorização da aquisição de produtos de mulheres, comunidades quilombolas e assentamentos rurais. Apenas em 2021, até o mês de setembro, foram arrecadados cerca de R\$35.000,00 (equivalente a 6 mil euros), convertidos em 8,5 toneladas de alimentos e produtos da agricultura familiar doados a famílias em situação de vulnerabilidade.

Para as agricultoras de Viçosa, especialmente para aquelas em processo de autorreconhecimento como comunidade quilombola que não possuem a documentação da terra, foi fundamental terem comercializado os produtos para a Campanha Periferia Viva. No início da pandemia, antes dessa campanha, algumas famílias chegaram a receber cestas básicas do poder público municipal, enquanto parte de sua produção estava sendo perdida ou ficava refém da venda para atravessadores (intermediários comerciais), cujos preços eram baixíssimos. Ao instituir um mercado alternativo, a campanha permitiu a inclusão socioeconômica dessas famílias enquanto produtoras.

Outra iniciativa importante realizada em Minas Gerais foi a mobilização de organizações, movimentos sociais, partidos políticos e instituições públicas, como a Universidade Federal de Viçosa, para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos, uma modalidade de compra institucional prevista em lei, entre outubro e novembro de 2020. Com recursos públicos dos mandatos parlamentares de quatro deputados federais e uma ação em rede envolvendo 17 municípios no estado de Minas Gerais — dos quais 12 se localizam na Zona da Mata — foram

3 Segundo o Índice de Preços ao Consumidor (IPC).

distribuídas aproximadamente 34 toneladas de alimentos para cerca de 4.500 famílias em vulnerabilidade social e 800 kg de sementes crioulas para famílias agricultoras. Para a realização dessa ação, foram destinados mais de 260 mil reais para a compra de alimentos e sementes, gerando renda a 210 famílias agricultoras envolvidas em 22 organizações (cooperativas, associações e grupos informais), que ofereceram 56 variedades de alimentos diferentes, entre eles frutas, verduras, legumes e produtos beneficiados.

Essas experiências evidenciam a importância da prática econômica democrática na construção social dos mercados por meio de redes de solidariedade assentes no princípio de reciprocidade e construídas em diferentes níveis. A articulação de diferentes atores, com base em relações de confiança e solidariedade em espaços públicos de proximidade, possibilitou não apenas estabilizarem, mas expandirem a demanda e o volume de produtos fornecidos a preços justos, em um momento em que os outros mercados tiveram um desempenho negativo. Estes mercados alternativos tiveram um papel decisivo para a resiliência das agricultoras e de suas famílias face à desarticulação de canais de comercialização e à incapacidade do Estado de garantir políticas de abastecimento alimentar durante a pandemia.

A redistribuição de recursos públicos de emendas parlamentares (através do Programa de Aquisição de Alimentos) e dos governos locais foi disputada a partir dos espaços da sociedade civil, que demonstraram a sua capacidade de criar respostas democráticas ao aprofundamento da exclusão socioeconômica e da pobreza, causados pela pandemia. Estas respostas são democráticas tanto pela inclusão socioeconômica de populações vulneráveis, quanto pelos modos de decisão, baseados na troca de argumentos sobre as necessidades da vida e a forma de atendê-las (produtos, preços, logística). Vinculando alimentação e saúde, a produção agroecológica e diversificada pelas mulheres agricultoras teve um papel destacado nessas respostas. De modo geral, a preocupação das mulheres com a reprodução da vida, resultante dos papéis femininos socialmente construídos, explica o seu protagonismo nessas iniciativas.

Relações de gênero na agricultura familiar, autonomia e divisão sexual do trabalho na pandemia

O protagonismo das mulheres na construção de mercados alternativos e as mudanças causadas pela pandemia na dinâmica de produção e da vida cotidiana de forma geral, deixam um cenário em aberto para a renegociação das relações de gênero a partir do nível familiar. Nossa pesquisa junto com a RAMA, onde aprofundamos a análise da produção das mulheres e das relações de gênero intrafamiliar

durante a pandemia, mostrou que o protagonismo das mulheres na construção de mercados solidários concedeu-lhes maior autonomia nas decisões relativas à venda e à produção na unidade familiar. Quando o assunto foi a autoridade sobre as decisões em relação ao conteúdo, à quantidade e à forma de produzir, elas afirmaram que tomaram a maior parte das decisões sozinhas ou negociando com o resto da família, evitando a imposição de decisões pelos homens.

Devido ao aumento das vendas nos mercados solidários, mas também das necessidades de consumo próprio das famílias, as mulheres da RAMA aumentaram consideravelmente as suas áreas de produção durante a pandemia. Entre as 17 agricultoras pesquisadas, estimamos que as roças e hortas onde são produzidas uma diversidade de hortaliças, raízes e leguminosas, tiveram um crescimento de 150% de área entre março e outubro de 2020. Em geral, o crescimento se deu também nos outros tipos de produção (como pomares, roças de arroz, plantas medicinais, criação animal, pastos e produção artesanal), ainda que de forma menos substancial, como consta na Tabela 1, elaborada por Hillenkamp e Lobo (2021).

No entanto, o que foi valorizado no interior das famílias, principalmente por parte dos maridos, foi apenas a geração de renda monetária possibilitada pelo aumento da comercialização organizada pelas mulheres. A produção para o autoconsumo, que equivale a uma fonte de renda — não monetária — expressiva na agricultura familiar, seguiu sendo pouco valorizada. Apenas as mulheres reconhecem este trabalho, feito majoritariamente por elas mesmas. Ou seja, a participação das mulheres nas redes agroecológicas fez com que elas fossem mais reconhecidas, mas não na totalidade do seu trabalho. Enquanto a maior entrada no mercado — trabalho remunerado e socialmente valorizado — foi vista com bons olhos pelos homens, o trabalho de reprodução da vida — voltado para o princípio de autossuficiência e não remunerado — seguiu, como antes, invisível.

Ao fim, tanto na Zona da Mata quanto no Vale do Ribeira, o volume total de trabalhos feitos pelas agricultoras aumentou sem que houvesse a sua renegociação dentro da família. Devido, principalmente, à perda ou redução da carga horária dos empregos remunerados dos homens (efeito da pandemia), eles se mostraram mais disponíveis para realizar trabalho agrícola e de manutenção da unidade produtiva, cuja necessidade aumentou junto com a produção. Houve também homens que decidiram “investir” na produção agroecológica face à redução dos preços pagos pelos produtos “carro-chefe” que eles produziam, como o leite de búfala, que passou a ser mal pago pelas empresas da região que realizam coleta, armazenamento e venda de leite, como impacto da crise econômica. No entanto, eles seguiram fazendo apenas aquele trabalho que já era compreendido como “serviço de homem”, como a instalação de cercas e o trabalho de capinar as áreas de produção.

Tabela 1 Aumento nas áreas de produção, março a novembro 2020

Área de produção	Roça	Horta	Frutas	Alimentos processados	Plantas Medicinais	Criação de animais	Roça de arroz	Outra
Número total de aumentos*	16	14	8	7	5	4	1	5
Dentre os quais, número de novas áreas	0	2	4	2	0	3	1	1
Média das mudanças percentuais**	160%	150%	200%	150%	200%	50%	-	80%

*Entre 17 agricultoras entrevistadas.

** Esta média é calculada nos casos de aumento da área de produção excluindo os casos de novas áreas (o aumento seria infinito). Estes percentuais foram arredondados para a dezena mais próxima, para levar em conta a margem de erro existente em sua estimativa.

Enquanto isso, as mulheres continuaram responsáveis por boa parte do trabalho agrícola e de todo o trabalho doméstico e de cuidados.

Em um nível geracional, a suspensão das aulas devido à pandemia fez com que alguns jovens se envolvessem mais nos trabalhos em casa e na unidade produtiva. No entanto, as nossas entrevistas com mulheres da RAMA mostraram que este aumento do trabalho interno de jovens também continuou respeitando a divisão sexual do trabalho, sendo que os meninos passaram a fazer mais trabalho agrícola e as meninas passaram a dividir mais o trabalho doméstico e de cuidado com as mães. Assim, percebemos uma ligeira mudança na divisão geracional, mas não na divisão sexual do trabalho. Num contexto de migração, a reprodução dos papéis de gênero pela nova geração faz com que os meninos desenvolvam conhecimentos que possibilitam a sua inserção no setor agrícola, enquanto as meninas não. No geral, as meninas saem do seu município de origem logo após o término do ensino médio, quando não antes, para trabalhar como domésticas, cuidadoras, ou em outros empregos precarizados (Hillenkamp & Lobo, 2019).

Além do trabalho físico, a divisão sexual do trabalho também se manifestou em relação à carga mental assumida pelas mulheres. A preocupação em relação à saúde da família e à responsabilidade de acompanhar os filhos nas demandas escolares foram elementos que apareceram em diversas falas.

Como resultado desses processos, mesmo que as mulheres tenham ganhado protagonismo e maior autonomia em relação à produção e comercialização, isso vem acompanhado de sobrecarga e reforço das relações desiguais de gênero. Assim, ainda que a organização em redes agroecológicas aumente a autonomia das mulheres, a reprodução da divisão sexual do trabalho adverte contra qualquer

conclusão prematura sobre o empoderamento das mulheres agricultoras no contexto da pandemia.

Conclusão

O cenário ultraliberal e autoritário hostil às economias alternativas do governo Bolsonaro, agravado pela crise da COVID-19, não causou o fim das economias alternativas no Brasil, mas provocou desenvolvimentos contrastantes. Nossas pesquisas com redes de mulheres na agroecologia do Vale do Ribeira e da Zona da Mata mostram, em primeiro lugar, uma rearticulação a nível local, sob o efeito de vários fatores: quase ausência do Estado federal na execução de políticas de gestão da pandemia; limitação dos movimentos sociais para se articularem a nível nacional e construírem propostas para o enfrentamento da crise; e a limitação geral de deslocamentos por conta da COVID-19.

Em nível local, os resultados de nossos estudos de campo mostram, de forma convergente, a importância do princípio da reciprocidade entre produtores e consumidores na construção de mercados, graças às relações de confiança desenvolvidas, em geral, muito antes da pandemia e possuindo grande capilaridade nas regiões estudadas. A intensificação do uso das tecnologias digitais também tem sido essencial para a continuação das práticas econômicas democráticas, recriando espaços públicos virtuais de proximidade sem, no entanto, eliminar o risco de conflitos e de enfraquecimento das redes por causa da pandemia. Além disso, a mobilização de diferentes tipos de recursos públicos ao nível local consolidou o funcionamento desses mercados, mas não compensou a falta de políticas federais, que pudessem ter permitido uma resposta coordenada e abrangente da agroecologia e da agricultura familiar à crise alimentar causada pela pandemia. A reconstrução das políticas federais de economia solidária, de agroecologia e de agricultura familiar continua sendo uma prioridade para a retomada da democratização da economia no Brasil, juntamente com a reconexão dos contrapúblicos das economias alternativas, para disputar os princípios econômicos que orientam o projeto de reconstrução do Estado brasileiro.

Por outro lado, os nossos estudos de campo ilustram que as relações de gênero, assim como de raça ou etnia, continuam sendo questões pouco reconhecidas nas economias alternativas, e a investigação a nível local é um pré-requisito metodológico para lhes dar visibilidade. Na dimensão de gênero, a valorização da esfera das práticas não mercantis e do trabalho não remunerado, imprescindíveis para a reprodução da vida, deve ser uma prioridade para as economias alternativas. Porém, a principal resposta política e da sociedade face à atual crise da reprodução

social consistiu em aplaudir as mulheres que garantem este árduo trabalho sem, no entanto, propor uma divisão justa no âmbito familiar e da sociedade.

Outra saída, encampada pelo movimento feminista, afirma a necessidade de democratizar e desmercantilizar a economia para mudar esta divisão. Uma renegociação mais robusta, para além das negociações individuais no âmbito da família, depende da mobilização das mulheres enquanto sujeito político coletivo, de uma atuação das ONGs e do movimento feminista conjuntamente. De maneira complementar, a academia desempenha um papel importante ao visibilizar as desigualdades de gênero e a interseccionalidade de classe, gênero, raça/etnia, etc., disputando a representação dominante de alternativas econômicas e provocando-as para um aprofundamento da democratização.

Notas

Por decisão pessoal, as autoras do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Bianconi, G., Ferrari, M., Leão, N., Moreno, R., Santos, T., & Zelic, H., (2020). *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. Gênero e Número & SOF. Consultado em 20 de janeiro de 2022, de https://mulheresnapanemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf
- Butto Zarzar, A. L. (2017). *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. ATTENA – Repositório Digital da UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25468>
- Crédit Suisse. (2021). *Global Wealth Report 2021*. Crédit Suisse. <https://www.credit-suisse.com/media/assets/corporate/docs/about-us/research/publications/global-wealth-report-2021-en.pdf>
- Decreto n.º 4.887/2003, de 20 de novembro, da Presidência da República, Casa Civil. (2003). Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art.º 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*.
- Dewey, J., & Rogers, M. L. (2012). *The public and its problems: An essay in political inquiry*. Penn State Press.
- Eme, B. (2006). Public spaces. In J.-L. Laville, & A. D. Cattani (Eds.), *Dictionnaire de l'autre économie* (1ª ed., pp. 358-366). Gallimard.

- Emenda Constitucional n.º 95/2016, de 15 de dezembro, da Presidência da República, Casa Civil. (2016). Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Feltran, G. (2020). "The revolution we are living". *HAU Journal of Ethnographic Theory*, 10(1), 12-20.
- França Filho, G. C. (2002). Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*, 12(1), 9-19.
- Fraser, N. (1990). Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, (25/26), 56-80.
- Guérin, I., Hillenkamp, I., & Verschuur, C. (2019). L'économie solidaire sous le prisme du genre: une analyse critique et possibiliste. *Revue française de socio-économie*, 22(1), 105-122.
- Habermas, J. (1991). *The structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society*. MIT Press.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41.
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>
- Hillenkamp, I., & Lobo, N. (2019). *Mulheres jovens do campo traçando caminhos: aprendizados de uma "pesquisação"*. SOF Sempreviva Organização Feminista.
<https://www.sof.org.br/mulheres-jovens-do-campo-tracando-caminhos-aprendizados-de-uma-pesquisacao>
- Hillenkamp, I., & Lobo, N. (2021). Resiliência de agricultoras agroecológicas organizadas em rede: a experiência da RAMA face à pandemia da Covid-19. In M. Nobri (Org.), *Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia* (pp. 22-48). SOF Sempreviva Organização Feminista.
- Hillenkamp, I., & Nobre, M. (2021). Agroecology and Feminism in Vale Do Ribeira (Brazil): Towards More Sustainable Forms of Reproducing Life. In C. Verschuur, I. Guérin, & I. Hillenkamp (Eds.), *Social Reproduction, Solidarity Economy, Feminisms and Democracy* (pp. 211-236). Springer International Publishing.
http://dx.doi.org/10.1007/978-3-030-71531-1_10
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). Sistema de Contas Nacionais: Brasil 2020. *Contas Nacionais*, 89. IBGE.
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101970_informativo.pdf
- Krein, J. D., Gimenez, D. M., & Santos, A. L. (Orgs.) (2018). *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil* (1ª ed.). Curt Nimuendajú.
- Laville, J.-L., & Gaiger, L. I. (2009). Economia solidária. In A. D. Cattani, J.-L. Laville, L. I. Gaiger, & P. Hespanha (Org.), *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp. 162-169). Almedina.
- Magno, L. & Milanez, B. (2022). Zona da Mata mineira como fronteira de expansão da mineração: conflitos ambientais e produção de (nova) regionalidade. In R. M. Neto, W. B. Batella, & B. Milanez (Eds.), *Dinâmicas Geográficas na Zona da Mata Mineira* (1ª ed., pp. 247-275). CRV.

- Niederle, P. A., Sabourin, E., Job Schmitt, C., De Avila, M. L., Petersen, P., & Santos de Assis, W. (2019). A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. *Redes*, 24(1), 270-291. <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v24i1.13035>
- Polanyi, K. (2000). *A grande transformação: as origens de nossa época* (2ª ed.). Campus.
- Singer, P. (1999). *Uma utopia militante. Repensando o socialismo*. (2ª ed.). Editora Vozes.
- Sousa Santos, B. (2009). Más Allá Del Pensamiento Abismal: De Las Líneas Globales a Une Ecología De Saberes. In L. Tapia Mealla (Coord.), *Pluralismo Epistemológico* (pp. 31-66). Plural, CIDES-UMSA.
- Steenbock, W., Costa e Silva, L., Ozelame da Silva, R., Rodrigues, A. S., Perez-Cassarino, J., & Fonini, R. (2013). *Agrofloresta, ecologia e sociedade*. Kairós.

Data de submissão: 28/02/2022 | **Data de aceitação:** 10/10/2022



ORGANIZAÇÃO, TRABALHO E VOLUNTARIADO NOS FESTIVAIS DE CINEMA

Análise de dois casos portugueses

ORGANIZATION, WORK, AND VOLUNTEERING AT FILM FESTIVALS

Analysis of two Portuguese cases

Tânia Leão

FUNÇÕES: Concetualização, Curadoria dos dados, Análise formal, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Redação do rascunho original, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: Departamento de Sociologia, Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Rua do Campo Alegre, 1055, 4150-181 Porto, Portugal

E-mail: tsilva@letras.up.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1670-075X>

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão sobre as componentes organizacional, do trabalho e do voluntariado nos festivais de cinema, dimensões analíticas que permanecem subalternizadas na pesquisa científica. A partir dos resultados de uma investigação sociológica sobre os públicos do Curtas Vila do Conde e do IndieLisboa, realizada entre 2009 e 2012, onde se empregou uma metodologia mista (aplicação de inquéritos por questionário, entrevistas, observação participante, registos etnográficos e de imagem), e de uma pesquisa etnográfica efetuada entre 2014 e meados de 2020, o artigo centra-se sobre a estrutura e a organização dos festivais, a situação de emprego que aí tem lugar, a precariedade das condições laborais e a importância do voluntariado. A informação recolhida sugere que os festivais tendem a ser estruturas “voláteis” que se organizam em torno de relações de trabalho precárias e do voluntariado. Conclui-se que, apesar de os festivais de cinema funcionarem a partir de um modelo institucional que privilegia as associações sem fins lucrativos, tendem a existir várias similitudes entre a forma de organizar o trabalho nestas estruturas e os modelos em vigor nas indústrias culturais e criativas.

Palavras-chave: festivais de cinema, trabalho precário, voluntariado, organizações sem fins lucrativos.

Abstract: This article proposes a reflection on the organisational, work and volunteering components in film festivals, analytical dimensions remaining less covered by scientific research. It presents a sociological research on the audiences of Curtas Vila do Conde and IndieLisboa, first, carried out between 2009 and 2012, using a mixed methodology (surveys, interviews, participant observation, ethnographic and image records), second, between 2014 and mid-2020 using an ethnographic research. The article focuses on the structure and organisation of festivals, the employment situation, the precariousness of labour conditions and the relevance of volunteering. The results suggest that festivals tend to be “volatile” structures organised around precarious labour conditions and volunteering. The main conclusion is that, although film festivals operate on the basis of an institutional model favouring non-profit-making associations, there is a trend finding similarities between the way in which work is organised and the models in force in the cultural and creative industries.

Keywords: film festivals, precarious work, volunteering, non-profit organisations.

Introdução

Este artigo pretende discutir a organização, o trabalho e o voluntariado a partir de dois festivais de cinema portugueses. O artigo baseia-se em dados empíricos recolhidos num percurso de investigação que se desenrolou em duas etapas. Num primeiro momento, entre 2009 e 2013, procedeu-se ao estudo comparativo dos públicos dos festivais IndieLisboa e Curtas Vila do Conde. Aí, recorreu-se a uma metodologia mista, que compreendeu técnicas quantitativas e qualitativas, e fez-se um primeiro levantamento da informação relativa ao tema aqui em análise. O segundo momento, decorrido entre 2014 e meados de 2020, partiu dos dados anteriores e apoiou-se numa abordagem etnográfica realizada durante a colaboração pontual com um conjunto de festivais de cinema¹. Nessa fase, investigaram-se dimensões mais subjetivas da organização, do trabalho e do voluntariado.

O objetivo do artigo é trazer a debate uma perspetiva que tem sido relativamente subalternizada nas pesquisas nacionais e internacionais sobre festivais de cinema. Interessou-nos, por exemplo, que os estudos disponíveis se tenham vindo a centrar muito mais na constatação da importância de alguns festivais de cinema na (re)organização do cinema mundial — no seu papel na evolução da cultura fílmica mundial, na função de *gatekeeping* (triagem, categorização e classificação da produção mundial de cinema) (de Valck, 2016a; Elsaesser, 2005) e de *tastemaking* (definição de gostos cinematográficos específicos) (de Valck, 2014, 2016a) — e bastante menos nos aspetos relacionados com o seu funcionamento.

Em 2011, Skadi Loist (2011), autora prolífica dos *film festival studies*, escrevia um artigo, para a revista *Screen*, onde alertava para a ausência de pesquisas que abordassem a condição precária dos festivais de cinema: a fragilidade destas estruturas, a informalidade e precariedade do trabalho, os vínculos laborais atípicos ou a excessiva dependência de estagiários e de voluntários. Este artigo procura responder, dentro das suas limitações, ao repto lançado por Loist. Nele reflete-se sobre se é possível identificar, nos festivais analisados, características semelhantes ou aproximadas às descritas pela autora. Ambiciona-se, ainda, examinar em que medida a ligação das entidades promotoras dos festivais ao Terceiro Setor influencia a sua organização, num período em que se acentuam os processos de profissionalização e institucionalização dos festivais. E situam-se os dados e a discussão nas dinâmicas próprias das indústrias culturais e criativas, e nas tendências conhecidas do trabalho cultural contemporâneo.

1 Foram eles o Porto/Post/Doc, Curtas Vila do Conde, Caminhos do Cinema Português e Porto Femme.

O argumento do artigo é desenvolvido ao longo de três momentos. Inicia-se com uma breve revisão da literatura sobre o lugar ocupado pelas análises organizacional, do trabalho, das condições laborais e do voluntariado na pesquisa sobre festivais de cinema, nacional e internacional. Segue-se uma apresentação da metodologia que foi utilizada nas duas etapas de pesquisa que sustenta o artigo. Por fim, apresentam-se e discutem-se os resultados obtidos, respeitando as duas etapas de trabalho no terreno identificadas.

Perspetivas sobre organização, trabalho e voluntariado nos festivais de cinema

A análise da componente organizacional dos festivais de cinema tem merecido pouca atenção por parte da academia. O que parece paradoxal, já que, pelas suas características, são contextos favoráveis à pesquisa organizacional. São várias as dimensões passíveis de análise: por exemplo, como gerem diversos grupos de interesses (cineastas, programadores, produtores, distribuidores, jornalistas, públicos, etc.), como administram recursos financeiros escassos, as estratégias que desenvolvem para lidar com a incerteza, ou como gerem recursos humanos muito heterogêneos (trabalhadores permanentes, intermitentes ou parciais, assalariados e voluntários) (Rüling & Strandgaard Pedersen, 2010).

Segundo Rhyne (2009, p. 9), os circuitos de festivais seriam alimentados por uma “discreta e nova indústria cultural”, dinamizada pelos vários *stakeholders* atrás mencionados. Essa nova indústria cultural teria como característica principal ser dominada pelo Terceiro Setor, mais concretamente por parcerias público-privadas. Uma estratégia que teria por fim harmonizar os interesses, por vezes conflituantes, das várias partes interessadas, colocando-os sob a égide do Estado e do mercado.

Se é verdade que os festivais de cinema podem assumir contornos bastante diversificados, a viragem neoliberal e a tendência para a privatização, atomização dos indivíduos e enaltecimento do mercado, tiveram um efeito nessas estruturas. Wong (2011), por exemplo, analisou a introdução da racionalidade empresarial nos festivais de cinema, expressa na proliferação de mercados e nos incentivos à indústria (apoios à produção, à distribuição ou à captação de investimento). Por sua vez, Cheung (2009) estudou a empresarialização do Festival Internacional de Hong Kong após décadas de gestão pública. E concluiu que a alteração no peso dos dois principais *stakeholders* do festival (a indústria cinematográfica e o governo local) transformou por completo a missão do certame — que terá deixado de ser um veículo de distribuição de cinema alternativo, para passar a ser um evento “populista, orientado para a indústria do cinema e para o mercado” (Cheung, p. 99).

Embora raros, alguns autores desenvolveram análises que trouxeram alguma luz sobre o modo de operar destas organizações. Foi o caso de Taillibert (2009), que, ao investigar os festivais de cinema e audiovisual em França, discorreu sobre a sua economia (questões de financiamento, orçamento e rentabilidade) e sobre como os certames gerem contingentes muito diversos de trabalhadores, na sua maioria com vínculos laborais precários, além de voluntários. Ou Fischer (2013), que elaborou um quadro conceptual em que propôs que os festivais fossem analisados como sistemas abertos e complexos, enquadrando teoricamente as suas diferentes operações e os principais fatores responsáveis pelo seu (in)sucesso. E, ao passo que Rüling e Pedersen (2010) argumentavam que uma abordagem organizacional aos festivais exigiria ultrapassar a tendência, verificada nos *film festival studies*, para a realização de estudos de caso, Fischer (2013) defendia que a inteligibilidade das micro-operações que acontecem nos festivais seria beneficiada por um conhecimento aprofundado de cada organização.

Na literatura internacional, apesar da escassez de estudos sobre as condições concretas em que se desenvolve o trabalho nos festivais de cinema, têm surgido alguns contributos instigantes, que partem, quase sempre, de abordagens etnográficas e/ou assentes na prática.

Mitchell (2017), no âmbito de uma pesquisa etnográfica levada a cabo no Festival Internacional de Cinema de Toronto, desenvolveu o conceito de “trabalho glamoroso”, que seria uma forma específica de comunicar estes eventos assente “na ideia de que o funcionamento subjacente ao festival é obscurecido a favor de uma imagem atraente e de uma experiência extraordinária para os participantes” (Mitchell, 2017, pp. 215-216). A autora argumenta que a pesquisa científica sobre festivais de cinema tem dado pouca ou nenhuma atenção a aspetos que, apesar de menos atrativos, são determinantes para o seu bom funcionamento. Quando o recorte analítico remete para a dimensão organizacional, o destaque tende a ser dado aos representantes dos festivais (a direção geral, a direção artística ou os programadores) e, muito raramente, a outros elementos tão ou mais essenciais à organização de uma operação tão complexa (como os profissionais, estagiários ou voluntários responsáveis pela gestão de cópias, pelo acolhimento a convidados, pelo marketing ou comunicação, pela assessoria de imprensa, os projecionistas ou os frentes de sala, entre outros).

Loist (2011) e Czach (2016), ambas com experiência de colaboração com festivais de cinema, não hesitaram em equiparar as condições de trabalho nos festivais às identificadas nos estudos sobre o trabalho nas indústrias culturais e criativas. Czach (2016), por exemplo, argumentou que uma maneira útil de compreender o trabalho de programação seria através de um conceito, o de “trabalho afetivo”, em

que a imagem de prazer, de desejabilidade e de “emprego de sonho” associada ao ato de programar, serviria para invisibilizar outros aspetos, menos positivos, como a precariedade, as baixas remunerações ou o desgaste físico e emocional.

Já a persistente ausência do voluntariado nos estudos sobre festivais de cinema foi salientada por Dickson (2019), que defendeu que a natureza do voluntariado realizado nestas organizações — *episódico* e não contínuo — tem levado a que estes elementos não sejam equacionados como potenciais *stakeholders* dos festivais. Como tal, não só são excluídos das pesquisas, como os festivais se abstêm de pensar e pôr em prática modelos mais profissionais e estratégicos de gestão de voluntariado, que possam beneficiar ambos.

De resto, existe um determinado segmento de festivais de cinema, como os que têm uma clara agenda política, que têm no trabalho voluntário a sua essência (Loist, 2011). Colta (2019), por exemplo, introduziu o conceito de “trabalho emocional” para descrever o esforço envolvido na organização e programação voluntária de festivais sobre direitos humanos. Segundo a autora, além da necessidade de lidar com a precariedade material, há o desgaste intangível, que passa pela necessidade de visionar horas de imagens sensíveis e chocantes, e lidar com a responsabilidade de produzir uma programação responsável do ponto de vista ético. Por sua vez, Chada (2021) analisou o voluntariado em festivais LGBTQIA+ na Suécia, identificando uma dupla precariedade: a precariedade do trabalho, intensivo e desafiante, e a das identidades das pessoas que se voluntariam como forma exercer o que designa de “micro-ativismo”. Para os casos em estudo, rejeitou as conceções tradicionais de voluntariado “puro” e “altruísta”, observando que os voluntários são guiados por motivações específicas: o desejo de diversão, de desenvolvimento profissional, e o acesso e inclusão na comunidade LGBTQIA+ que se reúne nestes eventos.

Em suma, em anos mais recentes, verificou-se haver um número crescente de investigadores/as que têm procurado incluir a dimensão organizacional e do trabalho nas suas pesquisas sobre festivais de cinema. O recurso à pesquisa etnográfica e assente na prática tem sido determinante para divisar modelos organizativos, e para identificar as motivações, comportamentos e atitudes de trabalhadores e voluntários que exercem a sua atividade nestas estruturas. Todavia, continuam a faltar análises extensivas que permitam definir com clareza e quantificar as diversas condições perante o trabalho e o tipo de condições laborais que se estabelecem nestes contextos, para lá de constatações generalizadas sobre a precariedade e informalidade, à semelhança do que em Portugal se fez, recentemente, no estudo sobre os profissionais “independentes” da cultura de Neves et al. (2021a, 2021b) (que permite questionar os próprios limites do conceito de trabalho *independente*). Por

outro lado, seria vantajoso descortinar a tensão existente entre trabalho assalariado e trabalho voluntário nos festivais, uma vez que os estudos existentes apontam para a existência de fronteiras dúbias entre ambos, que nem sempre são pacíficas e que são objeto de permanente negociação e de lutas internas.

Metodologia

Este artigo resulta de duas etapas de pesquisa, sequenciais, sobre o mesmo objeto — festivais de cinema portugueses — mas com enfoques e abordagens distintas. A primeira etapa, mais sistemática, correspondeu a uma investigação de doutoramento desenvolvida no âmbito de dois festivais de cinema portugueses, o Curtas Vila do Conde e o IndieLisboa², cujo trabalho de campo decorreu entre 2009 e 2013 (Leão, 2019). Nessa pesquisa, pretendeu-se estudar os públicos dos festivais e os seus modos de relação com os eventos, isto é, as diferentes modalidades de participação e os vínculos distintos com os festivais. A metodologia articulou técnicas extensivas (inquérito por questionário) com técnicas qualitativas (entrevistas semiestruturadas a elementos da organização e dos públicos, e etnografia com recurso à observação participante, registo em diário de campo e registo fotográfico). Assim, entre 2009 e 2012, o Curtas e o Indie foram alvo de três visitas cada: uma primeira visita exploratória e de familiarização com ambos os festivais; uma segunda para aplicar um inquérito por questionário aos públicos; e uma terceira para realizar entrevistas aos públicos e investir, com mais disponibilidade, na participação nas atividades dos festivais. As questões organizacionais foram afloradas em entrevistas com a direção dos festivais e com voluntários, nos contactos com a produção dos festivais e nos registos etnográficos.

Após as três visitas mais regulares, e à medida que se começou a resolver a questão que lhes serviu de ponto de partida — decifrar as múltiplas identidades dos públicos daqueles festivais e respetivas motivações — deu-se início à segunda etapa deste estudo, onde outras interrogações sobre o mesmo objeto ganharam protagonismo: o festival de cinema como “formato” específico (Leão, 2017), a sua estrutura, organização, as relações de poder, as modalidades de recrutamento, as situações de emprego, o voluntariado.

Nos anos seguintes, optou-se por aprofundar o conhecimento sobre estes pontos a partir da colaboração direta com festivais de cinema. O objetivo era poder usufruir de um *acesso* mais facilitado aos bastidores e assim contornar as barreiras que um/a *outsider* — e até mesmo um/a *insider*, como fizeram notar Burgess e

2 Doravante referidos como “Curtas” e “Indie”.

Kredell (2016) — encontra ao tentar aceder a aspetos mais específicos relacionados com a organização dos festivais (como, justamente, o financiamento, os modos de organizar o trabalho, ou as relações e posições de poder). Nesta etapa, a abordagem metodológica foi exclusivamente etnográfica. A observação participante foi acompanhada pelo registo sistemático dessas observações e pela reflexão sobre a experiência subjetiva de trabalho nos festivais de cinema. Entre 2014 e 2019, desempenharam-se várias funções no Porto/Post/Doc: Film & Media Festival (s.d.) — de todas as experiências, a mais longa e heterogénea. No festival de documentário português, participou-se em comités de seleção de filmes, auxiliou-se na escrita de sinopses sobre filmes para catálogos e redes sociais, colaborou-se com o Serviço Educativo, acompanharam-se jurados, apresentaram-se filmes, moderaram-se debates com os públicos nos pós-sessões (os chamados Q&A's) e auxiliou-se na organização de atividades paralelas às sessões. Por sua vez, entre 2017 e 2020, e nos festivais Curtas Vila do Conde International Film Festival (s.d.a), Caminhos do Cinema Português (s.d.) e Porto Femme — International Film Festival (s.d.), participou-se, pontualmente, em comités de seleção, atividades de júri e painéis de discussão académica. Estas atividades foram realizadas quase sempre em regime de voluntariado — o que também permitiu refletir sobre a condição de voluntário/a nestes contextos. Tal incursão proporcionou que se lidasse de perto com determinadas áreas da organização e se conhecessem as condições objetivas do trabalho a elas associado. Aprofundaram-se elementos como o tipo de trabalho envolvido na seleção/programação de filmes, na criação de conteúdos escritos, na avaliação e premiação de obras, nas atividades de formação de públicos e nas atividades de extensão (nomeadamente, de ligação à academia). Apreciaram-se as modalidades de recrutamento de trabalhadores e voluntários e clarificaram-se aspetos relacionados com questões logísticas e de organização, com as relações e hierarquias de poder, com o estabelecimento e manutenção de redes de profissionais, com as cadências ou temporalidades do trabalho, com as trajetórias e motivações de trabalhadores/as e voluntários/as.

Curtas Vila do Conde e IndieLisboa, duas referências no panorama português

O Curtas e o Indie são, indiscutivelmente, festivais de grande prestígio no contexto português. A importância de ambos pode medir-se, por exemplo, no reconhecimento institucional de que usufruem. A sua notoriedade deve-se ao papel que têm tido no incentivo à produção e disseminação do cinema português e na divulgação de cinema de autor, dessa forma contribuindo para o desenvolvimento do cinema e

da cultura cinematográfica nacionais. É fruto, também, da significativa teia de ligações que os certames foram estabelecendo com os circuitos internacionais de festivais de cinema e com a indústria cinematográfica global. Ao mesmo tempo, um e outro têm êxito junto de públicos profissionais e não-profissionais, reunindo massas importantes de frequentadores. Estes fatores, entre outros, justificam a continuidade do apoio do Instituto do Cinema e do Audiovisual português, quase sempre pela verba máxima (Instituto do Cinema e do Audiovisual [ICA], s.d.).

Entre as duas iniciativas existem pontos de contato e de contraste, características que modelam as suas estruturas e que influem o modo como se organizam. De seguida, especificam-se alguns desses fatores.

Entidades promotoras

O estatuto jurídico das entidades que promovem o Curtas e o Indie festivais é, respetivamente, o de cooperativa cultural e associação cultural sem fins lucrativos – à semelhança do que se verifica com uma parte substancial dos eventos cinematográficos em Portugal (Barbosa, 2015). Como fez notar Barbosa, ao mapear e caracterizar a exibição não comercial de cinema em Portugal, é comum o processo de institucionalização dos festivais ser progressivo: comecem por ser estruturas, compostas por grupos de pessoas ou até pessoas singulares, que dinamizam sessões de exibição de cinema num registo de informalidade; e, mais tarde, mediante os resultados obtidos e a clarificação das linhas de ação, optarem por constituir-se juridicamente numa associação ou cooperativa cultural.

O caso do Curtas foi exatamente esse. Quando se estreou, em 1993, funcionou a partir de uma associação juvenil, com um elevado nível de informalidade. Segundo a direção, durante alguns anos, o Curtas existiu num certo “vazio legal”, coincidente com a débil profissionalização deste tipo de estruturas de exibição de cinema (em especial, nesse período). E assim se manteve até 1997, ano em que foi fundada a Curtas Metragens – Cooperativa de Produção Cultural CRL, a partir da qual tem sido, desde então, organizado o festival. Já o IndieLisboa, iniciativa mais recente, de 2004, é, desde o seu início, promovido por uma associação cultural. Começou por ser, entre o ano da sua criação e 2013, desenvolvido pela Zero em Comportamento – Associação Cultural, passando a ser organizado, até aos dias de hoje, pela IndieLisboa – Associação Cultural.

Dimensão

A dimensão dos festivais é um dos principais elementos de distinção entre as duas estruturas. O tamanho de um evento desta natureza é determinado por fatores

como o número de filmes exibidos, o número de visitantes em cada edição e o orçamento disponível (de Valck, 2016b). Segundo esses critérios, o Curtas é um festival de *média* dimensão, que acontece num município periférico da Área Metropolitana do Porto, o que interfere diretamente no número de participantes e no financiamento que é capaz de coligar. Por seu turno, o Indie, nascido na viragem do século, é o típico festival da nova geração: de *grande* dimensão, estabelecido na capital lisboeta, com outro acesso a infraestruturas de acolhimento para as suas atividades, uma afluência de públicos expressiva e fontes de financiamento mais heterogêneas à sua disposição.

Programação

Como aspeto comum, salienta-se que nenhum dos festivais se posicionou como um evento generalista (que exhibe todo o tipo de filmes), preferindo investir em géneros específicos. Outra similitude prende-se com o facto de ter havido, a este nível, uma progressão. O Curtas é um festival mais especializado e de nicho, que começou por se focar num formato específico. Hoje, propõe-se divulgar cinema contemporâneo arrojado e experimental. Mantém as curtas-metragens como atração principal, mas tem evoluído no sentido de se afirmar como um festival ligado à experimentação, que testa as ligações do cinema a outras formas de expressão artística. Ao longo dos anos, granjeou estatuto e reconhecimento em circuitos mais especializados. Já o Indie, embora tenha agarrado inicialmente a ideia de exhibir cinema independente ou de autor, depressa considerou, segundo a direção, o rótulo “limitativo” em termos de programação e propôs-se exhibir filmes de todos os géneros (desde que não apontem ao circuito comercial). É, portanto, mais generalista que especializado, e mantém relações privilegiadas com alguns dos grandes festivais de “categoria A”.

Alcance

Segundo os parâmetros de diferenciação definidos por de Valck, ambos os festivais têm um “alcance internacional”. Além de se dirigirem a públicos e profissionais nacionais, ambicionam captar o interesse internacional e integrar-se num circuito mais vasto. Na perspetiva da organização do trabalho, a internacionalização deste tipo de eventos pressupõe serviços adicionais, como, por exemplo: a legendagem dos filmes numa ou em várias línguas de grande alcance, a assessoria de imprensa, a coordenação de convidados, a organização de visionamentos privados para profissionais da indústria, elementos do júri e imprensa, a dinamização de conferências e *workshops*, o incentivo do *networking*, ou a dinamização de eventos de encontro

social (de Valck, 2016b), todas elas características que podemos identificar nestas iniciativas.

Financiamento

Durante o trabalho de campo, a questão do financiamento revelou-se, juntamente com a das remunerações das equipas dos festivais, bastante sensível. Por não terem fins lucrativos, estas entidades podem usufruir, como sucede, do apoio do Estado e de instâncias do poder local. Mas o conjunto do seu orçamento resulta de uma combinação de fontes de financiamento, a saber: receitas próprias (bilheteiras, inscrições de filmes), subvenções públicas (e.g. apoios estatais, municipais, fundos europeus como o programa MEDIA) e financiamento privado. Existem, ainda, as contribuições em bens e serviços, que permitem aliviar custos associados às operações dos festivais.

A organização do Curtas, menos capaz de atrair apoios privados (por ser um festival de nicho situado numa região periurbana), declarou que o total da montagem financeira do festival situava-se entre os 300 mil e os 400 mil euros anuais. No caso do Indie, e apesar de sucessivas tentativas, não foi possível aceder aos valores exatos que compunham a respetiva montagem financeira. Porém, foi-nos dito pela direção do festival, em entrevista, que o mesmo teria, há já várias edições, um orçamento “a rondar o milhão de euros”: cerca de metade desse valor em numerário e, a outra metade, em serviços (as chamadas “valorações”, como permutas publicitárias, custos reduzidos em hotéis, etc.). Num e noutro caso, estima-se que os valores possam ser superiores e que o orçamento atual seja diferente, embora não tenhamos os dados que o permitam afirmar. Note-se, porém, que os montantes declarados são bastante restritivos, se ponderarmos os custos associados a uma operação complexa como é a montagem de um festival de cinema (Loist, 2011).

Institucionalização e profissionalização

Tanto o Curtas como o Indie apresentam uma trajetória marcada por uma progressiva institucionalização, evidenciada pelo reconhecimento das instituições públicas, mediáticas e pela sua validação nos circuitos cinematográficos em que se inscrevem. Simultaneamente, evoluíram no sentido de uma profissionalização crescente.

A ligação à indústria é muito vincada (cada vez mais) num e noutro caso, salvo a proporção e o foco específico de cada festival. Do Curtas nasceu a Agência da Curta Metragem, em 1999 e, do Indie, a Portugal Film — Agência Internacional de Cinema Português, em 2013, ambas presentes nos principais mercados dos filmes e

empenhadas na promoção do cinema nacional. De resto, as atividades especificamente vocacionadas para os profissionais da indústria floresceram nos últimos anos. O Curtas concebeu o “Curtas Pro”, com iniciativas como debates, encontros e apresentações de filmes em fase de pós-produção (Curtas Vila do Conde International Film Festival, s.d.b). O Indie criou a secção “Industry”, responsável por dinamizar as “Lisbon Screenings” (sessões privadas para a indústria internacional), por gerir um Fundo de Apoio ao Cinema (que apoia filmes nacionais numa fase de pós-produção) e que, em 2023, vai promover o “IndieLab” (um *workshop* de desenvolvimento de projetos) e um Fórum para co-produções internacionais (IndieLisboa Festival Internacional de Cinema, s.d.). Este festival chegou ainda a desenvolver, entre 2018 e 2021, o “Plot”, um laboratório de desenvolvimento de guiões (FilmFreeway, s.d.). Contudo, apesar destes avanços, que se poderiam julgar ocasionadores de algum conforto, a batalha por financiamento (e pela manutenção da reputação entretanto granjeada) é feita a cada edição.

Notas sobre a organização nos festivais de cinema analisados

Estruturas dos festivais

O organograma dos festivais em análise está espelhado nas fichas das equipas que estes disponibilizam nos seus *websites* ou nos catálogos anuais. É possível destacar, num e noutro caso, esferas centrais, a saber: a direção; a programação; a produção; o *sponsoring* ou financiamento; a administração e gestão financeira; a comunicação; a assessoria de imprensa; a gestão de cópias; o acolhimento de profissionais e convidados; o serviço educativo; as atividades destinadas à indústria (designadas de *industry*); outras atividades paralelas (festas, extensões, etc.); e a dimensão técnica.

No Indie, não só a equipa é mais numerosa como há, em algumas situações, mais do que um elemento associado a uma área (caso da gestão de cópias e do serviço educativo). O nível de especialização na atribuição de responsabilidades parece ser mais elevado e há atividades-chave que são relevadas (o comité de seleção, por exemplo, com os seus atuais 24 elementos). Por seu turno, no Curtas, observa-se que uma equipa menor tem como efeito a sobreposição de papéis (*e.g.* a mesma pessoa articula a coordenação da programação, das competições e da indústria; algo semelhante sucede com a assessoria de imprensa, a comunicação e as redes sociais), o que indicia uma menor especialização e requisitos de polivalência, flexibilidade e de acumulação de responsabilidades.

O tipo de estrutura discernida nestes festivais é em tudo semelhante à presente nos organogramas identificados num estudo extensivo sobre festivais de cinema

e audiovisual em França (Taillibert, 2009), o que pode indiciar a tendência para a uniformização destes organismos, decorrente do seu processo de profissionalização. O que introduz variações são, como se referiu, os recursos humanos e financeiros disponíveis para alocar a cada domínio, pelo que avaliar as estruturas destes festivais permite entrever os efeitos do maior ou menor vigor orçamental na sua organização — algo que, naturalmente, não deve ser dissociado da sua missão, dimensão e alcance.

Temporalidades e recursos

Uma das consequências dos constrangimentos orçamentais sentidos pelos festivais observados é a escassez de recursos humanos. Fazer flutuar a mão-de-obra envolvida na sua organização é, como reconheceram outros autores (Fischer, 2013; Loist, 2011; Taillibert, 2009), uma das estratégias utilizadas para contornar esta adversidade. Estes festivais, à semelhança de outros, articulam uma equipa *permanente*, em funções durante todo o ano, com uma equipa *sazonal* — à medida que se aproxima a data do festival, as duas equipas vão coincidindo e os recursos humanos afetos à organização aumentam bastante. Este é o método de organização comum; o que varia, de acordo com a solidez dos certames e a sua função económica, é a *proporção* de trabalhadores assalariados, estagiários e voluntários, como observou Taillibert para o contexto francês (2009).

No caso do Curtas e do Indie, constatou-se que, no seguimento da sua profissionalização e consolidação institucional, os festivais sentiram a necessidade de estabilizar equipas para crescer de forma mais sustentada. A estratégia passou por investir em atividades realizadas para lá do espaço-tempo circunscrito dos festivais. Fizeram nascer outras entidades (complementares aos festivais, mas que os prolongam), investiram em curadorias e programações avulsas, organizaram extensões dos festivais, apostaram em iniciativas vocacionadas para a indústria, entre outras ações, por forma a poderem concorrer a financiamentos diferenciados e, desse modo, manter equipas permanentes mais extensas. Esta é, como notou Fischer (2013) uma forma de evitar o elevado *turnover* associado ao trabalho sazonal e de conter a perda de pessoas altamente qualificadas. E foi o que observou, no Curtas, com a criação da Agência da Curta Metragem, da Solar — Galeria de Arte Cinemática ou do projeto educativo Animar. E, no IndieLisboa, com a autonomização do IndieJúnior (a “secção” do festival passou a ser organizada no Porto, sob a designação IndieJúnior *Allianz*) ou da *Portugal Film* — Agência Internacional de Cinema Português.

Não obstante estes esforços, um traço persistente dos festivais analisados é o facto de neles haver um mínimo de trabalhadores remunerados e uma esmagadora

maioria de mão-de-obra não paga, composta por estagiários e, sobretudo, voluntários. Dos poucos trabalhadores assalariados, alguns são-no a tempo inteiro, outros, a tempo parcial. A celebração de vínculos contratuais é rara, sendo o mais comum a prestação de serviços. Reportando-nos ao período da pesquisa no terreno, verificou-se que o *Curtas Vila do Conde* dependia muito mais do trabalho amador e voluntário para áreas-chave do festival, como a direção ou a programação, do que o Indie. A equipa *permanente* do evento nortenho era constituída por 11 pessoas. Mais próximo de julho, mês do festival, iniciava funções a equipa *sazonal* e, durante o certame, coexistiam entre 60 a 70 elementos — entre chefias intermédias e vários técnicos, mas também estagiários e voluntários. Para a pesada *tarefa de seleção dos filmes em competição*, a organização convidava várias pessoas externas à estrutura — mais de uma dezena — que eram integradas nos diversos Comitês de Seleção existentes. Tais elementos faziam-no a título voluntário, sendo, posteriormente, gratificados com passes para o festival. Em alguns casos, a sua participação prolongava-se na escrita de conteúdos sobre os filmes para o catálogo do festival. Hoje, segundo informação disponível na página oficial do festival, o *staff* permanente será de apenas 12 pessoas, mas as colaborações externas “mais de 50” e os voluntários “cerca de 100” — o que denota um crescimento muito acentuado desta estrutura, assente, principalmente, no trabalho sazonal e no voluntariado.

Já o orçamento mais robusto do IndieLisboa, aliado ao facto de o evento decorrer na capital, facilitou, desde a sua génese, o acesso a recursos humanos especializados. A equipa *permanente* do festival lisboeta, no período em que se desenvolveu o trabalho de campo, era mais extensa do que a do Curtas. As *tarefas de programação e de seleção de filmes* eram repartidas por alguns destes integrantes permanentes. Contrariamente ao Curtas, existia apenas um ou outro convidado, exterior à equipa, para desenvolver esta função (não tendo sido possível descortinar se remunerado ou em regime de voluntariado) — situação muito diferente do atual extenso comité de seleção. À medida que se aproximava o mês da realização do festival, maio, a organização era apoiada pela equipa externa, *sazonal*, além de um conjunto importante de estagiários (cerca de 20) e por ainda mais voluntários (em torno dos 80). Durante o festival, a equipa completa ascendia às 150 pessoas. Atualmente, o número de *voluntários* por edição do IndieLisboa rondará, segundo informação constante na página oficial do festival, as 120 pessoas, o que representa um incremento muito significativo deste contingente desde a avaliação anterior.

Em suma, nos festivais analisados parece haver uma tensão entre a institucionalização, profissionalização e a abertura ao mercado exigidas a estas entidades, vinculadas ao Terceiro Setor — a “racionalidade empresarial” a que se referia Wong (2011) — e a persistência (e, até, exponenciação) de modelos organizativos

caracterizados pela precariedade, pela informalidade e por uma crescente dependência do voluntariado.

Caraterísticas do trabalho, remuneração e tipos de recompensas

Apresentadas as estratégias de organização do trabalho nestes dois festivais, sintetizam-se, de seguida, as principais caraterísticas que, na nossa pesquisa e prática, pudemos identificar no trabalho, remunerado e voluntário, desempenhado nos festivais de cinema que informaram este artigo. Constatou-se que as especificidades observadas são, em muitos aspetos, consentâneas com a literatura disponível que discute o trabalho desenvolvido nas indústrias culturais e criativas, como sugeriam Loist (2011) ou (Czach, 2016) a respeito de festivais de cinema internacionais.

A invisibilidade do trabalho

A organização de um festival de cinema, em particular quando este tem alguma dimensão, envolve um esforço considerável. Porém, as especificidades das funções realizadas e as dificuldades que resultam de ter de gerir recursos humanos insuficientes (e um exército de mão de obra gratuita) raramente são exteriorizadas. A tendência é para dar a conhecer os aspetos atrativos de trabalhar nos festivais (Mitchell, 2017), fabricando-se um *hype* em relação ao trabalho *cool* realizado nestes contextos (Neff et al., 2005). Esta é, no entanto, uma narrativa parcial, cuja desconstrução é urgente, como é urgente tornar mais acessível o conhecimento das operações levadas a cabo nos festivais.

Elevadas qualificações e exigências de polivalência

Os profissionais assalariados e os voluntários envolvidos na organização dos festivais de cinema tendem a, na generalidade das áreas de ação, ter qualificações académicas elevadas ou muito elevadas, na linha do que fora identificado para o SCC europeu (KEA European Affairs, 2006) e para os profissionais da cultura em Portugal (Gomes & Martinho, 2009). Contudo, a estes não é exigida uma formação específica, como fizera notar Loist (2011). Foi-nos possível encontrar elementos com funções similares e formações distintas: formação artística, em alguns casos, nomeadamente na área do cinema, ligações à academia ou de áreas muito diversas (educação, advocacia, contabilidade, gestão, design, entre muitas outras). Nestas estruturas são também frequentes as exigências de polivalência. Ou seja, é esperado que a mesma pessoa seja flexível e desenhada, o que significa estar disponível para acumular funções díspares e que exijam competências distintas — que

podem, ou não, ter a ver com a sua área de formação e especialização (*e.g.* o produtor executivo também programa, faz a gestão de bases de dados e de cópias, acolhe convidados, apresenta filmes; o académico programa, edita publicações, acolhe convidados, apresenta filmes, realiza entrevistas, integra a equipa de produção; a direção programa, gere pessoas e conteúdos, acolhe convidados, etc.).

Vínculos precários e pluriatividade

A organização do trabalho nos festivais de cinema assenta em formas atípicas de emprego e de subemprego. Os vínculos laborais são precários e os trabalhadores permanentes e a tempo inteiro uma minoria. O trabalho é predominantemente sazonal e/ou a tempo parcial, sendo comum os profissionais que trabalham para os festivais em regime parcial acumularem trabalhos para entidades diferentes. A sazonalidade e irregularidade inerentes ao trabalho na área da produção do cinema e audiovisual em Portugal foram evidenciadas por Gomes e Martinho (2009) e os eventos cinematográficos prolongam essa lógica. No caso dos festivais de cinema, e para os profissionais mais cobiçados, é possível, por exemplo, trabalhar em mais do que um festival, fazendo-o sequencialmente — algo permitido pelo calendário espaçado dos festivais. O grosso dos trabalhadores não permanentes tem uma segunda e terceira ocupações, que pode(m) nada ter a ver com as tarefas que desempenham no festival. A pluriatividade é o expediente utilizado para reunir rendimentos que permitam fazer face às necessidades financeiras quotidianas, combater a vulnerabilidade económica e a desproteção social.

Elevado turnover

A precarização dos vínculos laborais significa que, por um lado, a continuidade dos postos de trabalho é sempre condicional, e, por outro, que, na ausência de uma gratificação compatível com o trabalho desempenhado, o compromisso dos trabalhadores com as entidades tende a ser menor. Logo, é frequente os profissionais abandonarem os projetos por considerarem que as suas expectativas (de remuneração, de crescimento profissional, de estatuto, etc.) não serão atingidas. Por sua vez, os profissionais mais experientes e qualificados, uma vez acumulada experiência, tendem a aceitar trabalhos mais bem pagos. Por isso, a elevada rotatividade dos profissionais é um problema frequente com que têm de lidar os festivais, em particular aqueles com menores orçamentos disponíveis (Rüling & Strandgaard Pedersen, 2010). O avultado *turnover* é um obstáculo a uma visão mais sustentável das organizações dos festivais de cinema, pelo que significa em termos de desperdício na formação de profissionais experientes (Fischer, 2013).

Networking e autopromoção

Os festivais proporcionam encontros entre públicos cinéfilos, cineastas e outros profissionais da indústria do cinema, agentes de vendas, produtores e distribuidores, jornalistas, patrocinadores e parceiros, representantes do poder local, etc., cada qual movido por interesses específicos (Harbord, 2002; Rhyne, 2009). Para as pessoas que trabalham nestas organizações, uma parte significativa do tempo de trabalho (e do tempo de lazer) é despendido a expandir redes interpessoais. Nos estudos das indústrias culturais, o conceito de rede aparece ligado à relação que ali se estabelece entre economia e a atividade social. Blair (2001, 2009), por exemplo, que estudou o mercado laboral da indústria cinematográfica inglesa, concluiu que o *networking* é central neste meio; e que é “ativo”, já que os diferentes atores o fazem conscientemente e de forma instrumental. A fragilidade das condições de trabalho no mercado cinematográfico português que, além do mais, é exíguo (Gomes & Martinho, 2009), promove a competição entre pares, pelo que estão criadas as condições para a glorificação da autonomia dos trabalhadores, das suas competências empreendedoras e de autopromoção (Banks, 2007). O *networking* é uma dimensão essencial dos festivais de cinema, e uma parte importante das atividades planeadas para estes eventos (os *happy hours*, as festas) são pensadas com esse fim. Quem os frequenta já tem essa expectativa, o que se pôde comprovar no nosso trabalho de campo e prática. O mesmo se aplica ao voluntariado. É muito evidente, sobretudo da parte de voluntários jovens, a ambição de encontrar nos festivais uma porta de entrada para o mercado de trabalho e a ativação de uma motivação instrumental para o exercício do voluntariado — o que já foi discutido em estudos sobre o fenómeno, como o realizado por Rego et al. (2017).

Gratificações simbólicas

As condições gerais de trabalho nos festivais são em tudo semelhantes às identificadas para as indústrias culturais e criativas, em geral, e para a indústria cinematográfica em particular. Prevalecem os vínculos laborais precários, as baixas remunerações e o trabalho gratuito, a sazonalidade e o trabalho a tempo parcial, a insegurança, as baixas perspetivas de progressão na carreira e a falta de proteção social. Na nossa pesquisa, verificou-se haver algum descontentamento, por parte dos elementos das organizações (da direção aos trabalhadores de base, remunerados e não remunerados), pelo facto de não ser possível garantir uma retribuição material correspondente às qualificações, responsabilidades e tempo despendido. Porém, detetou-se também uma tendência para se discursar sobre essas dificuldades como algo natural ou inevitável, porque imprescindível para a realização dos festivais.

Outras formas de gratificação foram sendo elaboradas, tanto nos discursos de trabalhadores assalariados como de voluntários, como motivações para contribuir para estas estruturas: *i*) a acumulação de *know-how* sobre áreas em que estudam ou trabalham (cinema, gestão, organização de eventos) e que sentem poder, de futuro, vir a capitalizar (acumulação de capital cultural); *ii*) o estabelecimento de uma rede de contactos profissionais que possam proporcionar oportunidades de trabalho no futuro (acumulação de capital social); *iii*) a possibilidade de contribuir para um setor de atividade que consideram apaixonante e para o qual sentem uma vocação especial (a “paixão” como forma de retribuição simbólica); *iv*) a eventualidade de privarem com artistas e profissionais que admiram, e a recompensa pessoal que é participar no *happening* cultural e social, no acontecimento raro, efémero e vibrante que pode ser um festival de cinema (o *glamour* e a atratividade do meio); e *v*) a possibilidade de integrarem a festa, de assistirem a filmes “gratuitamente” (com passes “oferecidos”) e de frequentarem zonas de acesso restrito (o sentimento — ou a ilusão — de *pertença* ao meio).

Conclusão

O lugar de destaque que os festivais de cinema ocupam na (re)organização da cinematografia mundial é indiscutível. No entanto, como fica evidente nos festivais analisados, eles podem ser estruturas frágeis e subfinanciadas, forçadas a lidar com a sua própria contingência e com novas exigências. A precariedade e informalidade das situações de emprego aí detetadas é indissociável da dificuldade em obter financiamento num contexto em que proliferam eventos cinematográficos e em que formas de organização modeladas pela racionalidade empresarial ganham terreno. Os festivais de cinema são pressionados a não parar de crescer e inovar: exibir mais filmes, captar mais públicos, impactar a economia local, investir na internacionalização, cativar os mercados dos filmes, identificar e conquistar novos mercados. O conhecimento sobre os efeitos destas modalidades organizativas, orientadas para o mercado mas exigidas a entidades que se inscrevem no Terceiro Sector, é ainda diminuto.

Nos festivais estudados foi possível identificar afinidades com o que a literatura tem vindo a destacar para o trabalho realizado na esfera cultural, nomeadamente nas indústrias culturais e criativas, no que toca à precariedade e informalidade das relações de trabalho, mas também à reprodução de desigualdades sociais. No entanto, apesar dos desafios a que estão sujeitas estas estruturas — que têm como efeito óbvio fazer aumentar, de forma exponencial, os custos indispensáveis para a sua manutenção — o escrutínio em torno das soluções encontradas para lhes fazer face é lacunar. Como alertam Rego et al. (2017, p. 93), o que subscrevemos, “importará

manter uma vigilância crítica sobre o eventual papel de substituição do trabalhador remunerado pelo voluntário”, sempre que os voluntários sejam reconhecidos como fundamentais para viabilizar organizações e torna-las sustentáveis.

Para finalizar, sublinha-se que os resultados apresentados neste artigo são produto de etapas de pesquisa distintas, faseadas, circunscritas a casos específicos e a períodos temporais particulares. Portanto, a sua análise não pode ser extrapolada para lá desses casos e dessas temporalidades, em especial tratando-se de um objeto de estudo tão volátil. Por outro lado, o artigo não pretende ultrapassar questionamentos que só seriam resolvidos com um estudo extensivo das formas de organizar o trabalho nos festivais, das condições laborais, vínculos e perfis profissionais. O mesmo poderá ser dito em relação ao voluntariado.

Notas

Por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Banks, M. (2007). *The politics of cultural work*. Springer.
- Barbosa, A. (2015). *Mapeamento e Caracterização dos Agentes Culturais de Exibição Não Comercial de Cinema em Portugal: Construção de um Dispositivo Metodológico* [Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto].
- Blair, H. (2001). 'You're Only as Good as Your Last Job': the Labour Process and Labour Market in the British Film Industry. *Work, Employment and Society*, 15(1), 149-169.
- Blair, H. (2009). Active networking: action, social structure and the process of networking. In A. McKinlay, & C. Smith (Eds.), *Creative labour: Working in the creative industries* (pp. 116-134). Red Globe Press; Macmillan International Higher Education.
- Burgess, D., & Kredell, B. (2016). Posicionality and film festival research: a conversation. In M. de Valck, B. Kredell, & S. Loist (Eds.), *Film Festivals: History, Theory, Method, Practice* (pp. 159-176). Routledge.
- Caminhos do Cinema Português. (s.d.). Caminhos. Consultado de <https://www.caminhos.info/>
- Chada, S. (2021). *Curating Precarity. Swedish Queer Film Festivals as Micro-Activism* [Tese de Doutorado, Uppsala Universitet].
- Cheung, R. (2009). Corporatising a film festival: Hong Kong. In D. Jordanova, & R. Rhyne (Eds.), *Film Festival Yearbook* (Vol. 1, pp. 99-115). University of St. Andrews.
- Colta, A.-M. (2019). Creative and Emotional Labour: Programming Human Rights Film Festivals as Practice-led Ethnography. *Alphaville: Journal of Film and Screen Media*, (17), 128-145. <https://doi.org/https://doi.org/10.33178/alpha.17.08>

- Curtas Vila do Conde International Film Festival. (s.d.a). *Curtas*. Consultado de <https://www.festival.curtas.pt/>
- Curtas Vila do Conde International Film Festival. (s.d.b). *Curtas Pro*. Consultado de <https://festival.curtas.pt/seccao/12-curtas-pro/>
- Czach, L. (2016). Affective labor and the work of film festival programming. In M. de Valck, B. Kredell, & S. Loist (Eds.), *Film festivals: History, theory, method, practice* (pp. 196-208). Routledge.
- De Valck, M. (2014). Film Festivals, Bourdieu, and the economization of culture. *Canadian Journal of Film Studies*, 23(1), 74-89.
- De Valck, M. (2016a). Fostering art, adding value, cultivating taste: film festivals as sites of cultural legitimation. In M. de Valck, B. Kredell, & S. Loist (Eds.), *Film Festivals: History. Theory, Method, Practice* (pp. 100-116). Routledge.
- De Valck, M. (2016b). Introduction: What is a film festival? How to study festivals and why you should. In M. de Valck, B. Kredell, & S. Loist (Eds.), *Film Festivals: History. Theory, Method, Practice* (pp. 1-12). Routledge.
- Dickson, L.-A. (2019). Episodic Volunteer Management at Festivals: The Case of Valletta Film Festival, Valetta, Malta. In D. Stevenson (Ed.), *Managing Organisational Success in the Arts* (pp. 147-170). Routledge.
- Elsaesser, T. (2005). Film festival networks: The new topographies of cinema in Europe. In *European Cinema* (pp. 82-107). Amsterdam University Press.
- FilmFreeway. (s.d.). *Plot – Professional Script Lab*. Consultado de <https://filmfreeway.com/PLOT>
- Fischer, A. (2013). *Sustainable projections: Concepts in film festival management*. St Andrews Film Studies.
- Gomes, R. T., & Martinho, T. D. (2009). *Trabalho e Qualificação nas Atividades Culturais: Um Panorama em Vários Domínios*. Observatório das Atividades Culturais.
- Harbord, J. (2002). *Film Cultures*. Sage.
- ICA, Instituto do Cinema e do Audiovisual. (s.d.). *Candidaturas admitidas e Apoiadas*. Consultado de https://ica-ip.pt/pt/downloads/candidaturas-admitidas-e-apoiadas/?search=1&cat=560&id_ano=0
- IndieLisboa Festival Internacional de Cinema (s.d.). *Industry*. Consultado de <https://indielisboa.com/en/industry/>
- KEA European Affairs (2006). *The economy of culture in Europe*. European Commission.
- Leão, T. (2017). O formato “festival” em questão. In A. B. de Oliveira, C. Maia, & M. Oliveira (Eds.), *Atas do VII Encontro Anual da AIM* (pp. 63-73). Associação de Investigadores da Imagem em Movimento.
- Leão, T. (2019). *Públicos de Festivais de Cinema em Portugal: Um estudo comparado* [Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra].
- Loist, S. (2011). Precarious cultural work: about the organization of (queer) film festivals. *Screen*, 52(2), 268-273. <https://doi.org/10.1093/screen/hjr016>
- Mitchell, S. E. D. (2017). *Glamorous Work: An Ethnographic Study of the Toronto International Film Festival* [Tese de Doutoramento, Indiana University].

- Neff, G., Wissinger, E., & Zukin, S. (2005). Entrepreneurial labor among cultural producers: "Cool" jobs in "hot" industries. *Social semiotics*, 15(3), 307-334.
- Neves, J. S., Gomes, R. T., Lima, M. J., & Azevedo, J. (2021a). *Inquérito aos Profissionais das Artes e da Cultura: Report#1 Emprego cultural e perfis social e laboral*. Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.
- Neves, J. S., Gomes, R. T., Lima, M. J., & Azevedo, J. (2021b). *Inquérito aos Profissionais das Artes e da Cultura: Report#2 Relações laborais e remunerações*. Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.
- Porto Femme – International Film Festival. (s.d.). *Apresentação*. Consultado de <https://www.facebook.com/portofemme/>
- Porto/Post/Doc: Film & Media Festival. (s.d.). *Porto/Post/Doc*. Consultado de <https://www.portopostdoc.com/>
- Rego, R., Zózimo, J., & Correia, M. J. (2017). Voluntariado em Portugal: do trabalho invisível à validação de competências. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (83), 75-97.
- Rhyne, R. (2009). Film festival circuits and stakeholders. In D. Iordanova, & R. Rhyne (Eds.), *Film festival yearbook* (Vol. 1, pp. 9-22). University of St. Andrews.
- Rüling, C.-C., & Strandgaard Pedersen, J. (2010). Film festival research from an organizational studies perspective. *Scandinavian Journal of Management*, 26(3), 318-323. <https://doi.org/10.1016/j.scaman.2010.06.006>
- Taillibert, C. (2009). *Tribulations Festivalières. Les festivals de cinéma et audiovisuel en France*. L'Harmattan.
- Tony, A. E., Jones, S. H., & Ellis, C. (2015). *Autoethnography Understanding Qualitative Research*. Oxford University.
- Vallejo, A. (2014). Festivales cinematográficos. En el punto de mira de la historiografía fílmica. *Secuencias*, (39), 11-42.
- Vallejo, A. (2017a). The Economic Impact of Film Festivals. Between the Cinephile Community and the Audiovisual Industry. In J.-P. Aubert, & C. Taillibert (Eds.), *L'Économie de la Cinéphilie Contemporaine* (pp. 61-98). L'Harmattan.
- Vallejo, A. (2017b). Travelling the Circuit: A Multi-sited Ethnography of Documentary Film Festivals in Europe. In A. Vallejo, & M. P. Peirano (Eds.), *Film Festivals and Anthropology* (pp. 277-292). Cambridge Scholars Publishing.
- Wong, C. H.-Y. W. (2011). *Film Festivals: Culture, People, and Power on the Global Screen*. Rutgers University Press.

Data de submissão: 02/12/2021 | **Data de aceitação:** 16/11/2022



NA LUTA E EM LUTA CONTRA O TRÁFICO

Organizações de mulheres e feministas no campo português do combate ao tráfico

THE STRUGGLE AGAINST TRAFFICKING AND EACH OTHER

Women's and feminist organizations in Portuguese counter-trafficking

Mara Clemente

FUNÇÕES: Concetualização, Análise formal, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Iscte – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Av. das Forças Armadas, 1649-026, Lisboa, Portugal

E-mail: mara.clemente@iscte-iul.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5038-7328>

Resumo: Desde o final do século XIX, ativistas e organizações feministas internacionais têm desempenhado um papel de primeiro plano na luta contra o tráfico de mulheres. O artigo centra a sua atenção na experiência das organizações de mulheres e feministas portuguesas que foram envolvidas nos esforços institucionais antitráfico mais recentes. Ele analisa a contribuição que estas organizações deram para a construção da(s) ideia(s) de tráfico e para o desenvolvimento das atuais políticas e práticas anti-tráfico. Documentos e entrevistas com diferentes organizações no campo do combate ao tráfico permitem identificar alguns dos elementos principais que influenciam decisivamente estas organizações em Portugal, nomeadamente nas profundas divisões em torno da prostituição e na competição pelos recursos financeiros.

Palavras-chave: organizações de mulheres e feministas, feminismo, tráfico de pessoas, prostituição.

Abstract: Since the end of the 19th century, international activists and feminist organizations have played a leading role in counter-trafficking. The article focuses on Portuguese women's and feminist organizations involved in more recent institutional counter-trafficking efforts. It analyzes the contribution these organizations have made to the construction of the idea(s) of trafficking and the development of current counter-trafficking policies and practices. Documents and interviews with different organizations in the counter-trafficking field enable us to identify some of the main elements that decisively influence these organizations in Portugal, especially the deep divisions around prostitution and the competition for financial resources.

Keywords: women's and feminist organizations, feminism, human trafficking, prostitution.

Introdução

O combate ao “tráfico de pessoas” constitui atualmente um inquestionável objetivo transnacional que envolve uma grande variedade de atores. Estes últimos incluem ativistas e organizações feministas que, a partir do final do século XIX, mobilizaram-se na luta contra o tráfico (Limoncelli, 2010). Em tempos mais recentes, desde o final do

século XX, as várias organizações feministas também acabaram em luta em torno de diferentes definições do problema do tráfico e das melhores políticas de intervenção. Tudo isso aconteceu enquanto a luta contra o tráfico se configurava como uma sofisticada “máquina antipolítica” (Clemente, 2022d), que permanece frequentemente longe de intervir nas questões — a começar pelas que envolvem as políticas de prostituição — que expõem homens, mulheres e pessoas trans migrantes ao abuso e à exploração laboral (Doezema, 2010; Silva et al., 2013). Sublinhe-se que as políticas e práticas anti-tráfico têm produzido numerosos danos, às vezes descritos como “colaterais” (Dottridge, 2018), nas vidas das pessoas rotuladas ou não como “vítimas”: as acrescidas limitações à mobilidade laboral no mercado do sexo e em outros mercados do trabalho formal e informal são alguns deles.

Tais danos, somados ao papel que as organizações de mulheres e feministas têm desempenhado na luta contra o tráfico, tornam relevante a análise da experiência destas organizações nos diferentes contextos locais nacionais. No artigo, apresento, em particular, os resultados de um estudo das oportunidades e dos limites que as organizações de mulheres e feministas portuguesas tiveram na construção da ideia atual de tráfico e nas suas reivindicações políticas e na implementação de práticas de intervenção nos últimos vinte anos. Prestei atenção especial também às relações entre essas organizações e outros atores no campo português do combate ao tráfico, isto é, organizações governamentais e não governamentais, forças policiais, bem como as pessoas traficadas.¹ No artigo, mobilizo o que Anthony Marcus e Edward Snajdr (2013) chamariam estudos “anti-antitráfico” para examinar os dados recolhidos durante um trabalho de investigação sobre o tráfico em Portugal no qual estou envolvida desde 2014 através de diferentes projetos.²

O artigo mostra que, em Portugal, as profundas divisões em torno da prostituição e a luta pelo acesso ao financiamento têm fortemente influenciado a ideia de tráfico, as reivindicações políticas e as práticas de intervenção das organizações de mulheres e feministas no campo institucional da luta contra o tráfico. O conceito de tráfico e as políticas e práticas de antitráfico raramente são baseados no diálogo com as pessoas traficadas. Entretanto, a histórica dependência estatal das organizações de mulheres e feministas parece tê-las tornado mais sensíveis à definição institucional de tráfico (e à sua mudança), às políticas securitárias e ao papel de subcontratante de determinados serviços de “prevenção” e “proteção” das “vítimas de tráfico”.

1 O presente texto incorpora e estende análises anteriores, nomeadamente Clemente, 2022a, 2022b.

2 O primeiro destes projetos, desenvolvido entre 2014 e 2018, teve como objetivo o estudo da proteção de mulheres traficadas em Portugal (SFRH/BPD/93923/2013). Um segundo projeto, atualmente em curso, centra-se na construção de sistemas de combate ao tráfico na Europa do Sul (programa Norma Transitória DL57/2016).

O tráfico e os discursos sobre o tráfico

O Protocolo das Nações Unidas de 2000 Relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças (também conhecido como Protocolo sobre Tráfico ou Protocolo de Palermo), no artigo 3.º, fornece uma longa definição internacional de “tráfico de pessoas”, que pode ser geralmente entendido como o movimento forçado ou coagido de pessoas dentro e entre as fronteiras de um Estado-nação para fins de exploração. No entanto, o tráfico é um conceito altamente fluido (Doezema, 2010; Piscitelli & Lowenkron, 2015). Nos diferentes contextos, a ideia de tráfico expressa valores concorrentes, objetivos políticos conflitantes e contextuais, além das relações de poder que existem entre os vários atores do combate ao tráfico (Clemente, 2019; Molland, 2019).

Na literatura, destaca-se o protagonismo e os limites dos discursos de ativistas e organizações feministas sobre o tráfico (Bernstein, 2018; Clemente, 2022b; Daich & Varela, 2020; Doezeza, 2010; Kempadoo, 2005; Limoncelli, 2010; Ward & Wylie, 2017). Ativistas e organizações feministas radicais, tradicionalmente preocupadas com as dimensões políticas e globais da violência dos homens contra as mulheres, têm descrito toda a migração para o trabalho sexual como “tráfico” e têm enquadrado a prostituição como uma expressão da violência patriarcal masculina contra as mulheres (Outshoorn, 2005; Sullivan 2003). Considerando a demanda de prostituição a principal causa do tráfico, o feminismo radical tem visto a abolição da prostituição como solução. No entanto, ativistas e organizações feministas pró-direitos das trabalhadoras do sexo têm enquadrado a prostituição principalmente como uma forma de trabalho (Outshoorn 2005; Sullivan 2003). De acordo com estas, a migração para o trabalho sexual é tráfico apenas quando mulheres, homens e pessoas trans são forçados a se prostituir contra a sua vontade. Ativistas e organizações feministas pró-direitos também pedem a descriminalização ou legalização da prostituição e a atribuição de direitos civis, laborais e humanos às trabalhadoras do sexo como meio de abordar os abusos no mercado do sexo e de combater o tráfico.³ Esses discursos contrastantes contribuíram para a definição ambígua de tráfico incorporada no instrumento que tanto influenciou as políticas de combate ao tráfico em várias jurisdições, o Protocolo sobre Tráfico, que não assume uma posição clara sobre a relação entre prostituição e tráfico.

Desde a época da negociação deste Protocolo, tem sido questionada a distinção, embora implícita, entre prostituição “voluntária” e “forçada” prevista neste

3 Para uma análise da prostituição, do tráfico e do debate em torno deles, em Portugal, ver, entre outros, Alvim (2018), Oliveira (2011, 2017), Pais (2016), F. B. Ribeiro e Silva (2019), M. Ribeiro et al. (2005, 2007), Silva et al. (2013).

instrumento. Uma distinção que surgiu sob a pressão de ativistas e organizações feministas pró-direitos das trabalhadoras do sexo, com o objetivo de limitar os danos causados pelo *lobby* feminista abolicionista (Doezema, 1998, 2010). Mas esta distinção rapidamente substituiu o modelo abolicionista de prostituição, tornando-se uma nova forma de ignorar os direitos e controlar as prostitutas “voluntárias” (Doezema, 2010; Sullivan, 2003). As críticas que põem em causa a dicotomia “voluntária/forçada” incluem a produção de distinções racistas, classistas, neocolonialistas e inerentemente falsas entre trabalhadoras sexuais culpadas/“voluntárias” e inocentes/“forçadas” (Doezema, 1998; Murray, 1998). Uma distinção que tem produzido, por um lado, prostitutas ocidentais livres para escolher a sua profissão, mas “culpadas” de transgredir as normas sexuais e, por outro lado, inocentes, passivas e ingênuas vítimas do sul periférico, forçadas à prostituição em virtude da sua pobreza e idade (Doezema, 1998; Kempadoo, 1998). Tomadas no seu conjunto, estas representações das “vítimas de tráfico” têm servido como justificativa para os impulsos intervencionistas de várias organizações de mulheres e feministas ocidentais, mais do que para o interesse das “outras” mulheres vitimadas (Doezema, 2010).

Com o tempo, o Protocolo contra o Tráfico tem causado inúmeros problemas às trabalhadoras (e aos trabalhadores) do sexo migrantes (Dottridge, 2018). Entre esses problemas, encontram-se controlos de migração discriminatórios, aumento dos custos de assistência à migração de terceiros e um correspondente aumento da servidão por dívida. O Protocolo contra o Tráfico e as leis e políticas antitráfico que tem impulsionado a nível nacional, além de justificarem o controlo cada vez maior do Estado sobre a vida dos trabalhadores migrantes, têm oferecido poucas chances de as “vítimas de tráfico” serem tratadas de forma diferenciada da dos criminosos envolvidos em práticas imorais e, portanto, forçadas a enfrentar a prisão e a deportação para os seus países de origem (Piscitelli, 2013; Varela, 2017).

Muitos desses resultados controversos estão inevitavelmente ligados ao facto de o tráfico ter sido enquadrado, antes de mais, como um crime que ameaça a segurança do Estado e os interesses nacionais (Aradau, 2008). Os instrumentos e as políticas internacionais de combate ao tráfico têm-se concentrado, também em Portugal, na perseguição do crime de tráfico, subordinando a esta os direitos das suas vítimas e retratando operações de rusgas em espaços de prostituição e resgate de potenciais vítimas de tráfico como esforços heroicos para salvá-las (Clemente, 2022d; Plambech 2014; Shih 2016). A atenção dada aos direitos dos migrantes “traficados” e aos danos causados a eles, tanto por “traficantes” como por diferentes Estados, por meio desta abordagem, tem sido frequentemente mínima (Dottridge, 2018). Em certos contextos, o objetivo de reforçar a atenção e os recursos dedicados

ao tráfico tornou as organizações feministas cúmplices de enquadrar o tráfico principalmente como uma questão de justiça criminal, sem uma preocupação substancial com a dimensão política, isto é, com o papel desempenhado pelas atuais políticas de migração e trabalho (Bernstein, 2018; Clemente, 2022d; Daich & Varela, 2020; Kempadoo, 2005; Ward & Wylie, 2017).

Elizabeth Bernstein (2018) descreve esses esforços como “feminismo carcerário”, enfatizando a reformulação das lutas das gerações anteriores para a justiça de gênero e libertação sexual em termos de justiça criminal. De acordo com Bernstein, o feminismo carcerário caracteriza-se por localizar os problemas sociais em indivíduos desviantes ao invés de nas instituições e busca remédios sociais por meio de intervenções de justiça criminal, ao invés de soluções para um estado de bem-estar social redistributivo. Porém, esta abordagem deixa intactas as estruturas sociais que conduzem mulheres e homens de baixa renda a formas de migração arriscada e à exploração nos setores informais do trabalho, incluindo as situações relativamente raras qualificáveis como “tráfico” (Bernstein, 2018). Entretanto, as evidências da eficácia das atuais lógicas punitivas são escassas, chamando a atenção para a posição desvantajosa e desigual que as mulheres ocupam no sistema penal, tanto como “vítimas de tráfico” como “criminosas” (Daich & Varela, 2020; Ward & Wylie, 2017).

Antes de voltar a atenção para o discurso das organizações de mulheres e feministas portuguesas sobre o tráfico, examinarei primeiro a agenda destas organizações e as suas próprias lutas internas e externas no contexto deste estudo. Ainda antes, na próxima sessão, dou conta da metodologia de estudo utilizada.

Metodologia

Os dados coletados para este estudo incluem documentos (planos nacionais e relatórios técnicos), materiais feministas (sítios de *internet*, manifestos, materiais de arquivo), bem como entrevistas qualitativas. Entre 2015 e 2022, coletei mais de sessenta entrevistas qualitativas com atores estatais e não estatais. Neste artigo, mobilizo, em particular, sete entrevistas com as várias organizações de mulheres e feministas envolvidas na Rede de Apoio e Proteção às Vítimas do Tráfico (RAPVT). A RAPVT foi prevista no segundo Plano de Ação Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (II PAPCTSH 2011-2013) com o objetivo de favorecer a cooperação entre diferentes atores no campo institucional da luta contra o tráfico, tendo sido criada em 2013. A rede é coordenada, desde então, pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e composta por várias organizações governamentais e não governamentais. As organizações de mulheres e

feministas envolvidas na RAPVT – todas elas participando na pesquisa – são: a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), o Movimento Democrático das Mulheres (MDM) e a Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV). A UMAR é uma organização de âmbito nacional, que surgiu em 1976 das fileiras femininas da União Democrática Popular (UDP), com o objetivo de reivindicar os direitos das mulheres no então novo contexto político. Atualmente, a organização afirma um feminismo comprometido socialmente e independente de partidos políticos. De forma similar, o MDM surgiu no período autoritário como um grupo semilegal ligado ao Partido Comunista Português (PCP). Também esta organização de mulheres, de âmbito nacional, se descreve atualmente como independente de partidos políticos, além do Estado e de religiões, indicando a união das mulheres e a defesa dos seus direitos como cidadãs, trabalhadoras e mães como um dos seus primeiros objetivos. De origem mais recente, a AMCV foi constituída formalmente em 1993. Além do caráter independente, laico e não lucrativo, a organização indica como o seu objeto a promoção dos direitos humanos de mulheres, jovens e crianças, com uma preocupação especial para o combate de todas as formas de violência contra estes.

Das sete entrevistas mobilizadas neste artigo, cinco foram com estas organizações de mulheres e feministas que fazem parte da RAPVT, tendo incluído, no caso da UMAR e da AMCV, tanto pessoal técnico quanto dirigentes; no caso do MDM, a pessoa que participou na entrevista é uma dirigente da organização. As organizações que participaram na pesquisa não são certamente representativas das associações de mulheres e feministas portuguesas; entretanto, tal como indica a própria composição da RAPVT, elas são representativas das associações de mulheres e feministas historicamente envolvidas no campo institucional da luta contra o tráfico em Portugal.

Duas das entrevistas mobilizadas no artigo foram coletadas com pessoal técnico e dirigente da CIG, uma entidade do Estado, integrada na Presidência do Conselho de Ministros que, pelas suas tentativas de incluir as demandas e os atores do movimento de mulheres no Estado, tem sido descrita como uma expressão do “feminismo de Estado” português (Monteiro & Ferreira, 2016).

O artigo também beneficia do meu posicionamento a favor dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras do sexo, bem como o meu compromisso académico para com a justiça e a mudança social (ver Clemente, 2022c).

As organizações de mulheres e feministas portuguesas: agendas, contrastes e alianças

Antagonismo, desconfiança e resistência institucional nos movimentos de mulheres e feministas e nos estudos feministas, de género e de mulheres têm historicamente caracterizado o contexto político, social e cultural português (Ferreira, 2019; Tavares, 2011).

Silenciamento e instrumentalização dos grupos de mulheres caracterizaram a ditadura repressiva e antifeminista do Estado Novo. No entanto, mesmo nos anos imediatamente posteriores à “Revolução dos Cravos” de 1974, o contexto cultural e político permaneceu substancialmente fechado às organizações autónomas de mulheres e às demandas feministas (Tavares, 2000, 2011). Em particular, num período de intensas disputas político-partidárias, um dos seus principais protagonistas, a esquerda revolucionária, tendia a ver o feminismo como um movimento burguês desestabilizador e divisionista e subordinava as suas demandas específicas às demandas de classe (Melo, 2016; Monteiro & Ferreira, 2016). Como resultado, durante muito tempo, no período pós-revolução, o termo “feminismo” foi censurado como “uma palavra maldita” (Carmo & Amâncio, 2004, p. 11) e as demandas relativas à sexualidade, aos direitos reprodutivos e ao fim do patriarcado encontraram especial resistência (Melo, 2016).

Neste contexto, as organizações de mulheres adotaram uma série de escolhas estratégicas, entre as quais a cooperação com os partidos de esquerda dos quais surgiram e o ajuste dos discursos e demandas das mulheres para se alinharem melhor com uma “revolução socialista” (Melo, 2016, 2017). Esta estratégia permitiu que as suas organizações beneficiassem dos recursos ideológicos, organizacionais e financeiros dos partidos aliados, dando-lhes a oportunidade de trabalhar no sentido de mudar as perceções político-partidárias e sociais das causas mais divisionistas, como a do aborto (Melo, 2016). No entanto, a diluição do feminismo no antifascismo por meio do entrelaçamento das questões democráticas e de classe com as de género também teve um preço (Tavares, 2011). Um deles foi a fragmentação do movimento de mulheres, dividido por fronteiras ideológicas e também pela competição por recursos e filiados (Melo, 2016; Tavares, 2000, 2011). Em particular, as rivalidades entre os partidos de esquerda tornaram cada vez mais improvável a cooperação entre as organizações e as filiadas, mesmo depois de terminado o período revolucionário. Além disso, a exclusão de certas reivindicações feministas por algumas organizações de mulheres tornou improváveis ações conjuntas com as poucas organizações feministas da época, como o Movimento de Libertação da Mulher (MLM).

No contexto de transição para a democracia, houve também a escolha estratégica das organizações de mulheres optarem por uma relação de cooperação com o

Estado, bem como com alguns partidos políticos (Monteiro & Ferreira, 2016). Em particular, as organizações de mulheres buscaram pragmaticamente um espaço de mobilização e acesso ao poder político dentro de um dos setores do Estado em processo de modernização: a atual CIG (Monteiro & Ferreira, 2016).

Expressão do feminismo de Estado português, durante algum tempo, a CIG constituiu um espaço formal de discussão com organizações de mulheres e representantes de vários setores governamentais (Monteiro, 2013). No entanto, a cooperação das organizações de mulheres com a CIG tem, mais uma vez, influenciado o possível repertório de ações das organizações, bem como as suas estruturas de mobilização (incluindo modalidades de atuação e fontes de financiamento). Em outras palavras, tal cooperação ofereceu recursos organizacionais e financeiros às organizações de mulheres, mas custou a aquiescência, a dependência e o substancial desempoderamento delas (Monteiro & Ferreira, 2016; Tavares, 2011).

Também o feminismo de Estado não tem tido um caminho fácil: as pressões do feminismo transnacional favoreceram a presença de um mecanismo oficial de igualdade de género, mas o centralismo estatal também contribuiu para a marginalização da CIG nos processos de tomada de decisão política (Monteiro, 2013; Monteiro & Ferreira, 2016). Especialmente nas últimas décadas, com o crescente protagonismo das políticas de igualdade, devido também aos compromissos internacionais, a CIG tem-se configurado cada vez mais como um executor de políticas, ao invés de um órgão militante e político, proponente de política ou consultor (Monteiro, 2013). A “europeização” e as crescentes tendências neoliberais também contribuíram para a reestruturação das relações deste órgão burocrático e operativo com as organizações de mulheres e feministas (Monteiro & Ferreira, 2016). Em particular, ao longo dos anos, a subcontratação de serviços no âmbito das prioridades políticas definidas pela CIG acompanhou a redução drástica de outros tipos de financiamento destas organizações.

Recentemente, novas iniciativas dinamizaram o contexto português, com as redes sociais a oferecerem espaços para o desenvolvimento de novas formas de militância feminista. No entanto, as organizações feministas portuguesas não têm assumido a força e coesão que têm mostrado noutros contextos em resposta aos recentes avanços de políticas conservadoras e neoliberais (Daich & Varela, 2020; Monteiro & Ferreira, 2016; Tavares, 2011).

A questão da prostituição

A prostituição é um dos temas por muito tempo deixado à margem pelas organizações de mulheres e feministas portuguesas, na constante necessidade de equilibrar

as suas prioridades com o conservadorismo e a exclusão política que as têm caracterizado. A dependência do Estado e o facto de o apoio que recebem do Estado estar subordinado a uma agenda predefinida têm contribuído para tornar o diálogo com as mulheres no mercado do sexo uma experiência completamente excepcional. Assim, a entrada da prostituição no debate de várias organizações, na primeira década do século XXI, pode ser lida principalmente como uma consequência da mobilização institucional contra o “tráfico sexual” (Clemente, 2022b; Duarte, 2012; Prata, 2015).

Durante a transição democrática e por um período significativo depois dela, as organizações de mulheres enquadraram a prostituição como “um ataque aos direitos sociais e económicos das mulheres e *sobretudo* como uma forma de violência *patriarcal*” (UMAR, entrevista realizada em 2018; *italico acrescentado*). Os poucos atores, incluindo organizações religiosas, preocupados com a prostituição convergiram para a necessidade de descriminalizar e proteger as “vítimas” da prostituição que, desde a revisão do Código Penal de 1982, não eram mais processadas pela prática da prostituição (Oliveira, 2017). As posições abolicionistas sobre a prostituição favoreceram também a ratificação, em 1991, da Convenção Internacional das Nações Unidas para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem, de 1949, que identifica a prostituição com o tráfico. Desde o início dos anos 2000, estas posições foram reforçadas pela fundação da Plataforma Portuguesa pelos Direitos da Mulher. Embora a participação em eventos e debates nas redes antitráfico nacionais sugira que o financiamento nacional e internacional desta plataforma pareça dar grande visibilidade à sua presença e às suas posições, o diálogo e a intervenção junto das mulheres do mercado do sexo têm sido completamente residuais.

Nos últimos anos, com a entrada do tráfico na agenda política nacional, assistimos também a um reposicionamento de algumas organizações feministas no que diz respeito à questão da prostituição. É o caso da UMAR, que, com a resolução da Assembleia Geral de 2011, afirmou a necessidade de “abrir campo a uma diferente reflexão feminista sobre a prostituição” (União de Mulheres Alternativa e Resposta [UMAR], 2011, para. 3) com o objetivo de combater o estigma da prostituição e reconhecer os direitos laborais das prostitutas. As entrevistas com as representantes da organização indicam que as pesquisas no mercado do sexo (ver Oliveira, 2011; M. Ribeiro et al., 2005, 2007), aliadas a uma reflexão cada vez maior sobre as questões da sexualidade, por sua vez estimulada pelo diálogo com o movimento LGBTQ+, contribuíram para o reposicionamento dessa organização (ver também UMAR, 2011).

Atualmente as organizações de mulheres e feministas no campo português da luta contra o tráfico apenas convergem para apontar a prostituição como uma

das questões mais violentas e fraturantes. Os contrastes sobre a prostituição parecem ter contribuído para colocar esta questão à margem da mais ampla agenda política portuguesa (F. B. Ribeiro & Silva, 2019).

O tráfico e o combate ao tráfico

Voltando a atenção para o tráfico, é possível encontrar uma mobilização contra o tráfico no final da década de 1970. Promovida pela UMAR na sequência da publicação de reportagens jornalísticas denunciando casos de mulheres portuguesas traficadas em Espanha, esta mobilização decorreu numa altura em que o tráfico era amplamente identificado como prostituição (Clemente, 2019). A ação é descrita por esta organização como “a face visível da nossa posição contra o tráfico, mas também contra a prostituição” (UMAR, entrevista realizada em 2018).

Nos anos subsequentes, enquanto a UMAR lentamente adotou o rótulo feminista, o combate ao tráfico permaneceu na periferia das suas preocupações. Entretanto, desde o final da década de 1990, Portugal assistiu também a um aumento da imigração. Um número crescente de mulheres migrantes do Brasil e do Leste Europeu começou a aparecer no mercado do sexo português. Desde os primeiros estudos promovidos pelas principais instituições públicas, dentro de programas europeus mais amplos de combate ao “tráfico sexual”, não emergiram evidências de tráfico (ver Manita & Oliveira, 2002). Ao longo dos anos, novos estudos no mercado do sexo português convergiram para o questionamento do alarme crescente em torno do tráfico sexual (ver Alvim, 2018; Oliveira, 2011; M. Ribeiro et al., 2007). No entanto, as relações de poder transnacionais e o objetivo de cumprir as agendas internacionais e europeias estimularam Portugal a tomar medidas contra o tráfico (Clemente, 2019).

Essa intervenção exacerbou o protagonismo de alguns atores institucionais como a CIG, que assumiu a coordenação das atividades de luta contra o tráfico em Portugal. No processo de construção do atual sistema de combate ao tráfico, esta agência governamental, que é a expressão do feminismo de Estado no país, mobilizou algumas organizações, incluindo organizações feministas e de mulheres como a UMAR, o MDM e a AMCV. Embora tivessem uma experiência limitada com “vítimas de tráfico”, enquanto organizações históricas do Conselho Consultivo do CIG, elas detinham o capital simbólico e social (Bourdieu, 1986) para uma “chamada às armas” contra o tráfico (Clemente, 2019). No caso da UMAR, a organização disponibilizou as suas estruturas de atendimento às mulheres vítimas de violência de género para respostas emergenciais às vítimas de tráfico. A tentativa de acumular o capital cultural necessário para responder às solicitações institucionais também encorajou ações informais:

O que andávamos a fazer eram giros. Por iniciativa da UMAR ou com parceria informal entre nós e a Associação Positivo, que tinha o projeto Red Light. Basicamente, também para começar a entender a realidade da prostituição e do tráfico sexual, porque a UMAR também foi chamada a dar parecer sobre políticas públicas. (UMAR, entrevista realizada em 2018)

Enquanto isso, à semelhança do que aconteceu em outros contextos, organizações abolicionistas como o MDM tentaram descrever todas as trabalhadoras do sexo como “vítimas de tráfico”. Importando o discurso abolicionista internacional, elas tentaram fazer do combate ao tráfico um campo de discussão sobre as políticas de prostituição. No entanto, isso logo gerou “irritação” de alguns atores institucionais. Nas palavras de um representante da CIG:

Irrita-me a falta de seriedade de algumas organizações no debate dessas questões. Não há nada que impeça que haja propostas e *lobby* se houver uma proposta clara e concreta sobre a prostituição. Mas as coisas precisam ser construídas. Já tivemos tentativas de iniciativas legislativas sobre a prostituição por partidos juvenis em Portugal. Eles falharam, claro! Uma coisa é a posição que eu, ou qualquer outra pessoa, podemos ter como cidadão, outra coisa é quando represento uma instituição pública do Estado. Não posso dizer: “Sim, o Estado português vai legalizar ou criminalizar a prostituição”. (CIG, entrevista realizada em 2015)

Em suma, na primeira década deste século, o debate sobre a prostituição que o combate ao tráfico desencadeou em Portugal colocou o feminismo de Estado português sob forte pressão. O seu objetivo burocrático de construir um campo de combate ao tráfico teve primeiro de lidar com as pressões de diferentes organizações — católicas, bem como de mulheres — que pediam para intervir na prostituição por meio da criminalização da compra de sexo. Essa meta poderia ter prejudicado a meta maior de construção de um sistema de combate ao tráfico, devido ao substancial desinteresse político pela prostituição, que representa uma questão polémica tanto a nível internacional quanto nacional.

Assim, a concetualização da prostituição e das suas causas pelo feminismo de Estado português é certamente diferente da assumida pelas organizações feministas pró-direitos das trabalhadoras do sexo. Em particular, a CIG tem descrito a prostituição e o tráfico sexual como uma forma de violência contra as mulheres e uma grave violação dos direitos humanos (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género [CIG], 2015). No entanto, desde os primeiros debates públicos sobre o tráfico, a CIG afirmou também a necessidade de distinguir a prostituição do tráfico sexual (Varandas & Saraiva, 2000). A distinção entre prostituição “forçada” e “voluntária” permitiu deixar a prostituição largamente à margem das preocupações

do feminismo de Estado, salvaguardando assim o seu objetivo de construir um sistema de combate ao tráfico (Clemente, 2019).

Organizações feministas pró-direitos dos trabalhadores do sexo, como a UMAR, viram esta distinção como uma forma de conter as pressões abolicionistas. No entanto, a mesma distinção foi estrategicamente usada pelas próprias organizações abolicionistas de mulheres para dar mais força às suas reivindicações. Em alguns casos, além de distinguir o tráfico da prostituição, organizações de mulheres abolicionistas, como o MDM, passaram a aceitar o “convite” institucional para ampliar a ideia do tráfico, evitar o foco no tráfico sexual e, assim, deixar a guerra contra a prostituição fora do combate nacional ao tráfico (ver também Clemente, 2022b). Trazendo as “vítimas do tráfico sexual” para a periferia da sua ansiedade de resgate, estas organizações continuam a beneficiar do financiamento do combate ao tráfico e de parcerias governamentais.

Entre segurança do Estado e justiça criminal

Pelo menos nos primeiros momentos de construção do campo português de combate ao tráfico e apesar das divisões e tensões geradas pelas diferentes interpretações da prostituição e do tráfico, várias organizações da sociedade civil — incluindo organizações de mulheres e feministas — sentiram-se desafiadas por uma abordagem de combate ao tráfico caracterizada por um enfoque na justiça criminal (ver também Clemente, 2021). Nas palavras de uma representante da UMAR: “Todas concordaram em pelo menos um ponto. Organizações abolicionistas e organizações que não o são concordaram que as organizações deveriam identificar formalmente as vítimas” (UMAR, entrevista realizada em 2018).

A identificação das “vítimas de tráfico” pela polícia e a subordinação dos seus direitos à colaboração na perseguição criminal de traficantes são um exemplo de práticas de combate ao tráfico decorrentes da implementação no contexto nacional de normas e políticas internacionais caracterizadas por um enfoque na justiça criminal.

A pesquisa documental também aponta para algumas tentativas, embora tímidas, de resistência das organizações feministas a uma abordagem baseada em objetivos de segurança do Estado e de justiça criminal. Por exemplo, em 2011, a UMAR enfatizou a fraca proteção do direito ao trabalho e à migração como causa do tráfico, criticando as práticas incentivadas por uma conceptualização do tráfico como uma questão de segurança do Estado:

Algumas dessas campanhas [de combate ao tráfico] acabam por servir os interesses dos sistemas policiais no combate à imigração ilegal, quando sabemos que a verdadeira raiz

do problema está na falta de estatuto legal e de trabalho com direitos para as/os imigrantes. (UMAR, 2011, para. 3)

Às vezes, mesmo sem questionar uma abordagem carcerária ao tráfico, algumas organizações têm reivindicado um tipo diferente de presença no combate ao tráfico: “Nós temos vindo a reivindicar, por exemplo, nós gostávamos de ser parceiras para poder ter parte em processos judiciais de mulheres. Violência doméstica, tráfico, etc. Nunca conseguimos” (MDM, entrevista realizada em 2016).

Tais atos de resistência e reivindicações, no entanto, precisaram de lidar com o desafio da “confiança” no sistema de combate ao tráfico e dos diferentes atores a nível institucional. Como um representante da CIG explica:

A justiça criminal quer pegar os criminosos e condená-los. Para fazer isso, a polícia deve coletar evidências durante a investigação. O que as organizações da sociedade civil têm aqui? O interesse das organizações é proteger a vítima. Assim, temos vários atores, mas embora os seus interesses sejam diferentes, não são incompatíveis – muito pelo contrário. Eles são totalmente compatíveis. Para ser compatível, deve haver altos níveis de confiança entre essas organizações. (CIG, entrevista realizada em 2015)

Ainda assim, ao longo da pesquisa, várias organizações têm enfatizado a dificuldade causada pelo papel central desempenhado pela polícia num contexto em que atitudes ambíguas em relação à prostituição se sobrepõem às tendências europeias para a criminalização dos migrantes (Oliveira, 2017; M. Ribeiro et al., 2005, 2007). Esta dificuldade produziu o que, a nível institucional, às vezes é descrito como “autoexclusão” por parte de várias organizações. No entanto, a minha observação nas redes institucionais de combate ao tráfico, realizada a partir de 2018 com a participação nas suas reuniões e encontros públicos, confirma o caráter processual da atual presença das organizações mais críticas, incluindo as organizações feministas (ver Clemente, 2022c). Nas palavras de uma delas:

Havia encontros onde havia uma reflexão sobre o tema, onde havia uma abertura para as organizações colocarem questões [e] partilharem ideias, mas perderam-se com o tempo. A participação das diversas organizações em redes institucionais de combate ao tráfico, como a Rede de Apoio e Proteção às Vítimas do Tráfico (RAPVT), acaba sendo intimamente articulada com o que as organizações governamentais fazem a nível nacional – praticamente tudo é feito para implementar o Plano de Ação Nacional de Combate ao Tráfico. (UMAR, entrevista realizada em 2018)

Os níveis cada vez mais reduzidos de participação no combate ao tráfico por parte de organizações feministas parecem ter enfraquecido as possibilidades de uma

reflexão mais robusta sobre a atual abordagem ao tráfico, que é baseada, também em Portugal, na segurança do Estado e na justiça criminal. Em vez disso, nos últimos tempos, essas organizações parecem estar divididas, mesmo no que diz respeito à abordagem atual da justiça criminal.

É o que sugerem algumas parcerias e intervenções mais recentes entre organizações de mulheres abolicionistas e atores institucionais que focam a sua atenção na conceptualização do tráfico como crime e no objetivo da sua perseguição. Podemos encontrar um exemplo recente no desenvolvimento do aplicativo ACT – Agir Contra o Tráfico Humano, desenvolvido pelo MDM, em colaboração com o Ministério da Administração Interna (MAI), por meio do Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH). Foi por ocasião da apresentação deste aplicativo que uma representante do MDM chamou a atenção para a preocupação de fazer “a distinção entre aquilo que é tráfico humano e outros crimes como, por exemplo, o auxílio à imigração ilegal” (DN/Lusa, 2019, para. 4) e o objetivo da justiça criminal de “denunciar [o tráfico], através da queixa eletrónica, diretamente para o MAI” (DN/Lusa, 2019, para. 8). Quanto ao “apoio às vítimas de tráfico”, a sua subordinação à perseguição de traficantes parece ter escapado às preocupações atuais.

Discussão

Os dados analisados indicam que a entrada do tráfico na agenda feminista portuguesa está substancialmente ligada às oportunidades criadas pela agenda institucional de combate ao tráfico e aos seus objetivos de implementar um sistema que o enfrente. Deste ponto de vista, a experiência das organizações feministas não é diferente da de outras organizações não governamentais no combate ao tráfico português (Clemente, 2021), mas esta experiência é certamente diferente da das organizações feministas do fim do século XIX (Limoncelli 2010) ou das organizações feministas contemporâneas em contextos como os EUA (Bernstein, 2018).

A construção do campo português de luta contra o tráfico encorajou a convocação de várias organizações (Clemente, 2019), incluindo organizações de mulheres e feministas, para fornecer evidências de tráfico, oferecendo-lhes pelo menos a ilusão de um espaço de discussão sobre questões que logo mostraram ser divisivas. A questão principal aqui é a conceptualização do tráfico, a sua relação com a prostituição e as políticas relacionadas.

À semelhança do que aconteceu a nível internacional na época da negociação do Protocolo de Palermo (Doezema, 1998, 2010), o potencial impasse criado pela identificação abolicionista do tráfico com a prostituição e o pedido de algumas organizações de intervenção nas atuais políticas da prostituição têm encorajado

uma distinção entre prostituição “forçada” e “voluntária”. Ao contrário do que aconteceu internacionalmente, essa distinção foi afirmada principalmente pela organização estatal abolicionista que coordena as atividades de combate ao tráfico, tendo sido posteriormente adotada pelas várias organizações de mulheres e feministas.

Reforçando as críticas de Doezema (1998, 2010), este artigo sugere que, no contexto português, tal distinção tem produzido o desinteresse progressivo não só dos direitos dos profissionais do sexo, mas também das “vítimas de tráfico sexual”. De forma mais ampla, esta distinção tem contribuído gradativamente para uma despolitização neoliberal do combate ao tráfico que discutivelmente pode oferecer qualquer oportunidade para reivindicar os direitos dos trabalhadores migrantes explorados no mercado do sexo e em outros mercados de trabalho mais ou menos formais (ver também Clemente, 2022d).

A adoção desta distinção pelas organizações de mulheres e feministas portuguesas envolvidas no campo institucional da luta contra o tráfico assemelha-se a um mecanismo de ajustamento da definição do problema e das suas reivindicações, o que não é tão diferente daquele que tem historicamente caracterizado a relação destas organizações com as instituições políticas e aliadas. No entanto, a luta contra o tráfico tem ficado distante do que aconteceu com questões como a legalização do aborto — uma “questão silenciada”, por um certo tempo, nas organizações de mulheres para trabalhar para um contexto mais favorável dentro dos partidos, na ausência do apoio do feminismo de Estado (Melo, 2016; Prata, 2015; Tavares, 2011).

A definição de tráfico que as organizações de mulheres e feministas aceitaram contribuiu para afastar do campo do combate ao tráfico os potenciais conflitos, mas também os atores problemáticos — incluindo as próprias trabalhadoras do sexo. Elas foram logo seguidas pelas “vítimas de tráfico sexual”, cujo objetivo de resgate foi diluído por um objetivo burocrático neoliberal de ter formas heterogêneas e menos conflituantes de tráfico (ver também Clemente, 2019). Finalmente, a mesma participação de organizações de mulheres e feministas no combate ao tráfico tornou-se progressivamente mais processual, faltando envolvimento no debate, bem como na prestação de serviços. Isto é particularmente evidente no caso de organizações pró-direitos das trabalhadoras do sexo que, à semelhança de várias organizações ligadas à migração ou com uma posição claramente pró-direitos (Clemente, 2021), ocupam atualmente uma posição periférica no combate ao tráfico.

Entretanto, também no contexto português, no caso das organizações abolicionistas, parcerias e intervenções mais recentes parecem sugerir o reforço gradual de formas de “feminismo carcerário” neoliberal (Bernstein, 2018). Ao

apresentarem preocupações de segurança e ao se curvarem às práticas de justiça criminal, essas organizações garantem o fortalecimento do seu capital económico, cultural, social e simbólico (Bourdieu, 1986) e, assim, a sua autorreprodução.

No entanto, o principal beneficiário dos discursos atuais sobre o tráfico e as suas vítimas parece ser o feminismo de Estado português. Ao evitar os contrastes criados pelo debate sobre a prostituição, este tem assegurado a possibilidade de atingir o seu objetivo burocrático de construir um sistema nacional de combate ao tráfico. No entanto, mesmo que isso tenha fortalecido o seu poder sobre os diferentes atores nacionais, bem como o reconhecimento internacional, isto não corresponde necessariamente a respostas eficazes que garantam a proteção das vítimas de tráfico (Clemente, 2022d) e a própria punição dos traficantes (Matos & Maia, 2015).

A marginalização das organizações mais críticas tem contribuído para a criação de uma distância entre a “lei nos livros e lei em ação” — é que sugere a não aplicação do regime especial de concessão de autorização de residência a vítimas de tráfico de pessoas que não desejam ou não podem colaborar com as autoridades na investigação e repressão do tráfico (Decreto-Lei n.º 368/2007, 2007). Essa ineficácia da lei e das políticas pode ser observada em outros campos, como a igualdade de género (Monteiro & Ferreira, 2016). No entanto, no combate ao tráfico, não parece ter criado as mesmas tensões entre o Estado e as organizações feministas. Pelo contrário, o combate ao tráfico confirma as críticas que indicam, tendo em conta a sobreposição do neoliberalismo atual à histórica dependência estatal do feminismo português, as razões tanto para reduzidas ações autónomas das organizações feministas como para a reduzida eficácia das políticas (Monteiro & Ferreira, 2016; Tavares, 2011).

Atualmente, o combate ao tráfico parece exigir que as organizações de mulheres e feministas experimentem outras práticas. Sendo a suspensão dos contrastes em torno da prostituição improvável e, menos ainda, as lutas pelo acesso aos recursos, o combate ao tráfico parece exigir uma prática substancial de inclusão. A mobilização da ideia de feminismo “inclusivo” tem contribuído para a promoção de uma preocupação com as prostitutas “voluntárias” e as “forçadas” por algumas organizações. Enquanto isso, esta distinção e a ausência substancial de um projeto político partilhado com as trabalhadoras do sexo parecem limitar a possibilidade de as organizações de mulheres e feministas contribuírem para a melhor afirmação dos direitos das mulheres no mercado do sexo — sejam elas rotuladas como “vítimas de tráfico” ou não.

Será possível que práticas de “sororidade” — tantas vezes invocadas no discurso feminista — possam contribuir para o debate e a ação feminista no combate ao tráfico? É concebível a “inclusão” substancial das trabalhadoras do sexo e da sua causa nas

organizações feministas? O combate ao tráfico parece exigir uma “solidariedade política” que, ao contrário do “apoio”, não será ocasional, mas o resultado de valores e objetivos partilhados e de um processo profundo e difícil de introspeção e comparação (hooks, 2000). Poderá tal sororidade se tornar um novo ponto de partida para organizações de mulheres e feministas inclusivas e um combate ao tráfico mais eficaz? Novas práticas e pesquisas futuras poderão ajudar-nos a responder a estas questões.

Notas

Por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Alvim, F. (2018). *Só Muda a Moeda: Representações sobre Tráfico de Seres Humanos e Trabalho Sexual em Portugal*. Novas Edições Acadêmicas.
- Aradau, C. (2008). *Rethinking trafficking in women*. Palgrave Macmillan.
- Bernstein, E. (2018). *Brokered Subjects: Sex, Trafficking, and the Politics of Freedom*. University of Chicago Press.
- Bourdieu, P. (1986). The Forms of Capital. In J. G. Richardson (Ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (pp. 241-258). Greenwood Press.
- Carmo, I., & Amâncio, L. (2004). *Desamaldiçoar o feminismo. A propósito de Vozes Insubmissas. A história das mulheres e dos homens que lutaram pela igualdade dos sexos quando era crime fazê-lo*. D. Quixote.
- CIG, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. (2015). *Igualdade de Género em Portugal 2014*. CIG.
- Clemente, M. (2019). O tráfico sexual (já) não é sexy? Atores, definições do problema e políticas no campo português de combate ao tráfico. *Gazeta de Antropologia*, 35(1), Artigo 2. <http://hdl.handle.net/10481/58857>
- Clemente, M. (2021). The long arm of the neoliberal leviathan in the countertrafficking field: the case of Portuguese NGOs. *International Review of Sociology*, 31(1), 182-203.
- Clemente, M. (2022a). A Construção do campo de combate ao tráfico de pessoas em Portugal. O papel das organizações não-governamentais. *SOCIOLOGIA ON LINE*, (28), 11-34.
- Clemente, M. (2022b). Feminism and Counter-Trafficking: Exploring the Transformative Potential of Contemporary Feminism in Portugal. *Social & Legal Studies*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/09646639221119361>
- Clemente, M. (2022c). Opportunities and limitations in the counter-trafficking field: the experience of participating in Portuguese counter-trafficking networks. *Etnográfica*, 26(2), 467-487.

- Clemente, M. (2022d). The counter-trafficking apparatus in action: who benefits from it? *Dialectical Anthropology*, 46(3), 267-289.
- Daich, D., & Varela, C. (Eds.) (2020). *Los feminismos en la encrucijada del punitivismo*. Editorial Biblos.
- Decreto-Lei n.º 368/2007, de 5 de novembro, do Ministério da Administração Interna. (2007). Define o regime especial de concessão de autorização de residência a vítimas de tráfico de pessoas a que se referem os n. os 4 e 5 do artigo 109.º e o n.º 2 do artigo 111.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho. *Diário da República*, 1.ª série, 212, 8008-8008.
- DN/Lusa. (2019, 25 de outubro). *Movimento de Mulheres cria aplicação para telemóvel contra tráfico humano*. *Diário de Notícias*.
<https://www.dn.pt/pais/movimento-de-mulheres-cria-aplicacao-para-telemovel-contra-traffic-co-humano-11445620.html>
- Doezema, J. (1998). Forced to Choose: Beyond the Voluntary v. Forced Prostitution Dichotomy. In K. Kempadoo, & J. Doezema (Eds.), *Global Sex Workers Rights: Resistance and Redefinition* (pp. 34-50). Routledge.
- Doezema, J. (2010). *Sex Slaves and Discourse Masters: The Construction of Trafficking*. Zed Books.
- Dottridge, M. (2018). Collateral damage provoked by anti-trafficking measures. In R. Piotrowicz, C. Rijken, & B. H. Uhl (Eds.). *Routledge Handbook of Human Trafficking* (pp. 342-354). Routledge.
- Duarte, M. (2012). Prostitution and Trafficking in Portugal: Legislation, Policy, and Claims. *Sex Res Soc Policy*, 9(3), 258-268.
- Ferreira, E. (2019). Women's, Gender and Feminist Studies in Portugal: Researchers' Resilience vs Institutional Resistance. *Gender, Place & Culture*, 26(7/9), 1223-1232.
- Hooks, B. (2000). *Feminism Is for Everybody: Passionate Politics*. South End Press.
- Kempadoo, K. (1998). Introduction: Globalizing Sex Workers' Rights. In K. Kempadoo, & J. Doezema (Eds.), *Global Sex Workers Rights: Resistance and Redefinition* (pp. 1-28). Routledge.
- Kempadoo, K. (2005). From Moral Panic to Social Justice: Changing Perspectives on Trafficking. In K. Kempadoo, J. Sanghera, & B. Pattanaik (Eds.), *Trafficking and Prostitution Reconsidered: New Perspectives on Migration, Sex Work and Human Rights* (pp. vii-xxxiv). Paradigm Publishers.
- Limoncelli, S. A. (2010). *The Politics of Trafficking: The First International Movement to Combat the Sexual Exploitation of Women*. Stanford University Press.
- Manita, C., & Oliveria, A. (2002). *Estudo de caracterização da prostituição de rua no Porto e Matosinhos*. CIDM.
- Marcus, A., & Snajdr, E. (2013). Anti-anti-trafficking? Toward critical ethnographies of human trafficking. *Dialectical Anthropology*, 37(2), 191-194.
- Matos, M., & Maia, Â. (2015). *Tráfico de pessoas e tramitação criminal*. CIG.
- Melo, D. (2016). Women's Mobilisation in the Portuguese Revolution: Context and Framing Strategies. *Social Movement Studies*, 15(4), 403-416.

- Melo, D. (2017). Women's Movements in Portugal and Spain: Democratic Processes and Policy Outcomes. *Journal of Women, Politics & Policy*, 38(3), 251-275.
- Molland, S. (2019). What Happened to Sex Trafficking? The New Moral Panic of Men, Boys and Fish in the Mekong Region. *Sojourn: Journal of Social Issues in Southeast Asia*, 34(2), 397-424.
- Monteiro, R. (2013). Desafios e tendências das políticas de igualdade de mulheres e homens em Portugal. *Estudos Feministas, Florianópolis*, 21(2), 535-552.
- Monteiro, R., & Ferreira, V. (2016). Women's Movements and the State in Portugal: A State Feminism Approach. *Sociedade e Estado*, 31(2), 459-486.
- Murray, A. (1998). Debt-Bondage and Trafficking: Don't Believe the Hype. Forced to Choose. Beyond the Voluntary v. Forced Prostitution Dichotomy. In K. Kempadoo, & J. Doezema (Eds.), *Global Sex Workers rights: Resistance and Redefinition* (pp. 51-64). Routledge.
- Oliveira, A. (2011). *Andar na vida: Prostituição de rua e reação social*. Almedina.
- Oliveira, A. (2017). Prostituição em Portugal: Uma atividade marginalizada num país que tolera mais do que persegue. *Bagoas – Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades*, 11(17), 201-224.
- Outshoorn, J. (2005). The Political Debates on Prostitution and Trafficking of Women. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 12(1), 141-155.
- Pais, J. M. (2016). *Enredos Sexuais, Tradição e Mudança: as Mães, os Zecas e as Sedutoras de Além-mar*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Piscitelli, A. (2013). *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. CLAM/EdUerj.
- Piscitelli, A., & Lowenkron, L. (2015). Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. *Cienc. Cult.*, 67(2), 35-39.
- Plambech, S. (2014). Between "victims" and "criminals": Rescue, deportation, and everyday violence among Nigerian migrants. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 21(3), 382-402.
- Prata, A. (2015). Contesting Portugal's Bodily Citizenship. In J. Outshoorn (Ed.), *European Women's Movements and Body Politics: The Struggle for Autonomy* (pp. 84-117). Palgrave Macmillan.
- Ribeiro, F. B., & Silva, M. C. (2019). Perseguir ou Reconhecer? Abolicionismo, Autodeterminação e Reconhecimento de Direitos para o Trabalho Sexual. *Gazeta de Antropologia*, 35(1).
- Ribeiro, M., Silva, M. C., Ribeiro, F. B., & Sacramento, O. (2005). *Prostituição Abrigada em Clubes (Zonas Fronteiriças do Minho e Trás-os-Montes)*. CIDM.
- Ribeiro, M., Silva, M. C., Schouten, J., Ribeiro, F. B., & Sacramento, O. (2007). *Vidas na Raia: Prostituição feminina em regiões de fronteira*. Edições Afrontamento.
- Shih, E. (2016). Not in my "backyard abolitionism": Vigilante rescue against American sex trafficking. *Sociological Perspectives*, 59(1), 66-90.
- Silva, M. C., Ribeiro, F. B., & Granja, R. (2013). *Prostituição e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual*. Letras Paralelas.

- Sullivan, B. (2003). Trafficking in Women. *International Feminist Journal of Politics*, 5(1), 67-91.
- Tavares, M. (2000). *Movimentos de mulheres em Portugal: Décadas de 70 e 80*. Livros Horizonte.
- Tavares, M. (2011). *Feminismos em Portugal: Percursos e desafios*. Texto Editora.
- UMAR, União de Mulheres Alternativa e Resposta. (2011). *Resolução sobre a Prostituição: uma atitude pró-direitos e de combate à estigmatização*. Consultado de <http://umarfeminismos.org/index.php/component/content/article/33/479-resolucao-sobre-a-prostituicao-uma-atitude-pro-direitos-e-de-combate-a-estigmatizacao>
- Varandas, I., & Saraiva, M. S. (Eds.) (2000). *Tráfico e Exploração Sexual de Mulheres. Actas do (01) Seminário Internacional*. CIDM.
- Varela, C. (2017). Entre el mercado y el sistema punitivo: Trayectorias, proyectos de movilidad social y criminalización de mujeres en el contexto de la campaña anti-trata. *Zona Franca – Revista De Estudios De género*, (24), 7-37.
- Ward, E., & Wylie, G. (Eds.) (2017). *Feminism, Prostitution and the State: The Politics of Neo-Abolitionism*. Routledge.

Data de submissão: 02/05/2022 | **Data de aceitação:** 12/11/2022



**ESTUDOS DE CASO
CASE STUDIES**

**IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19
NAS ORGANIZAÇÕES DE PROXIMIDADE**

ESTUDO DE CASO: O ABRIGO

Alexandra Ferreira da Silva

FUNÇÕES: Concetualização, Investigação, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição
AFILIAÇÃO: O Abrigo – Centro de Solidariedade Social de São João de Ver. Rua da estação 541, 4520-618 São João de Ver, Portugal
E-mail: alexandrasilva@oabrigo.pt | ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8383-7917>

Graça Rojão

FUNÇÕES: Concetualização. Investigação, Redação – revisão e edição
AFILIAÇÃO: CooLabora – Intervenção Social, CRL. Rua Combatentes da Grande Guerra, 62, 6200-020 Covilhã, Portugal
E-mail: gracarojao@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8799-8912>


Sílvia Ferreira

FUNÇÕES: Metodologia, Investigação, Redação – revisão e edição
AFILIAÇÃO: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais. Av. Dias da Silva, 165, 3004-512 Coimbra, Portugal
E-mail: smdf@fe.uc.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5549-5168>

Caracterização da organização

Criação e evolução

Tabela 1 Identificação

<p>Nome: O Abrigo — Centro de Solidariedade Social de São João de Ver Forma Jurídica: Associação Data da criação: 1988 Estatuto: Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) Localidade: Aveiro Website/Redes Sociais: https://www.oabrigo.pt/</p>	
--	--

O Abrigo (Tabela 1) é uma associação sem fins lucrativos, reconhecida como instituição particular de solidariedade social.

O Abrigo foi legalmente constituído no final de 1988, através de escritura pública e sob alçada de uma comissão instaladora, com o propósito de colmatar as necessidades sentidas na freguesia no âmbito dos serviços de apoio às famílias, desde a infância, à terceira idade.

Da vontade, esforço e empenho de alguns membros da autarquia local e cidadãos sanjoanenses foi possível reunir os apoios e recursos necessários para em 1992 dar início à construção do edifício, obra finalizada em 1997.

Os serviços sociais prestados pela associação ao longo dos anos foram:

- Entre 1997 e 2000 — jardim de infância uma vez que a Segurança Social não celebrou acordo de cooperação para esta resposta social;
- Entre 1998 e 2010 — atividades de tempos livres através de acordo de cooperação celebrado com a Segurança Social;
- Entre 1998 e 2020 — através de um protocolo com a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, no âmbito da ação social escolar, o Abrigo assegurou o fornecimento de refeições escolares a algumas das pré escolas e escolas do 1º ciclo da freguesia;
- Entre setembro de 2000 e 2010 — O Abrigo manteve um protocolo com a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira para o desenvolvimento do Serviço de Apoio à Pré Escola de São Bento.

Atualmente, estão em vigor os seguintes acordos de cooperação com a Segurança Social:

- Desde 1997 — creche;
- Desde 1998 — centro de dia, serviço de apoio domiciliário e serviço de atendimento e acompanhamento social;
- Desde 2012 — estrutura residencial para pessoas idosas, financiada pelo Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES).

Missão e objectivos

O Abrigo fornece serviços de apoio social a crianças, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade na freguesia onde se encontra implantado.

Assume o cuidado no centro da sua missão, visão e valores:

O Abrigo existe para ajudar a cuidar.

Cuidamos de pessoas e das suas famílias: das pessoas que não têm quem cuide delas; dos pais que procuram quem ajude a cuidar dos seus filhos; dos filhos já adultos que procuram quem ajude a cuidar dos seus pais. Queremos que os cuidados que prestamos sejam os cuidados que gostaríamos de proporcionar às pessoas que mais amamos.

Ambicionamos ver no mundo cuidados em ternura. Esta é a nossa utopia, a nossa visão para o futuro.

No Abrigo partilhamos os valores que consideramos fundamentais para cuidar de pessoas:

Reconhecemos no outro uma pessoa como nós.

Ajudamos as pessoas a viverem a sua vida, como desejam vivê-la.

Olhamos as pessoas nas suas capacidades.

Procuramos aprender coisas novas, treinar as nossas competências e aperfeiçoar o nosso desempenho como profissionais.

Encaramos os problemas da organização como oportunidades para fazer melhor. (O Abrigo, 2022a)

Serviços e Atividades

- Creche, para crianças dos 4 aos 36 meses, compartilhados pelas famílias em função dos rendimentos (capacidade: 58);
- Centro de Dia, apoio durante parte do dia a pessoas idosas autónomas, compartilhados em função dos rendimentos (capacidade 30);
- Serviço de Apoio Domiciliário, presta cuidados a pessoas idosas na sua residência, compartilhados em função dos rendimentos e do número de serviços contratados (capacidade 50);
- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, apoio a idosos em regime residencial, compartilhado em função dos rendimentos do agregado familiar (capacidade 28);
- Serviço de Acompanhamento e Atendimento Social, fornecendo informação e acompanhamento gratuitos para residentes da freguesia em situação de vulnerabilidade e emergência social (O Abrigo 2022b).

O Abrigo adotou uma filosofia de trabalho designada de *Humanitude* e a metodologia de cuidados Gineste-Marescotti na qual os profissionais são formados e treinados para a aplicação, no dia-a-dia, de procedimentos na prestação de cuidados que garantam o respeito e a consideração pela dignidade humana. Trata-se de uma filosofia de relação, que promove a utilização de um conjunto de ferramentas, nomeadamente o olhar, a palavra, o toque como instrumentos de trabalho facilitadores de uma relação de proximidade. Dentro desta filosofia, cada um destes gestos é um gesto de cuidado, pelo que é dada atenção a todos.

A filosofia dos cuidados em *Humanitude* não se restringe ao cuidador direto, mas perpassa toda a organização, de forma que, independentemente do sector, seja ele lar, lavandaria, cozinha ou limpeza, todos os trabalhadores partilham esta filosofia.

As rotinas de cuidado, de alimentação e de banho são vistas como rotinas de relação e não de satisfação de necessidades básicas, pelo que as pessoas têm de ter formação específica para prestar os cuidados.

A metodologia *Humanitude* ultrapassa a tradicional separação entre o profissional e o “amador” no sentido em que os profissionais são treinados numa metodologia de cuidado atenta ao modo como se toca, se fala e se olha, e inclui carinho e aconchego no reconhecimento da ligação entre quem cuida e quem é cuidado.

Dimensão da organização

O Abrigo possuía 57 trabalhadores em final de dezembro de 2021 e prestou apoio a uma média de 154 utentes.

A sua implantação é local, servindo a comunidade de São João de Ver, freguesia do município de Santa Maria da Feira, com 10 579 habitantes.

Estrutura de receitas monetárias e não monetárias

As respostas sociais são todas comparticipadas financeiramente pela Segurança Social através de acordos de cooperação celebrados com o Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro, tratando-se de respostas tipificadas pela Segurança Social. Não possui projetos de intervenção. Com o apoio do Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), construiu o edifício onde, desde 1997 se desenvolvem as suas atividades. Em 2012, com o apoio do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais II (PARES II) reconvertiu e aumentou uma parte do edifício para a implantação da Estrutura Residencial para Idosos (ERPI).

Possui uma capacidade de financiamento proveniente das comparticipações dos utilizadores, quotas e joias e rendimentos de patrocinadores e outros rendimentos de sensivelmente de 43% das receitas em 2021, e transferências públicas de cerca de 44% do total das receitas. Os pagamentos dos utentes representavam 97% das vendas de bens e serviços. No que se refere aos subsídios, 99% eram provenientes da Segurança Social (O Abrigo, 2022b).

Em suma, trata-se de uma organização de média dimensão, com o Estado assumindo um financiamento que apenas cobre 74% dos custos com o pessoal.

Liderança e tomada de decisões e modelo de gestão

Enquanto associação, O Abrigo possui os órgãos formais de tomada de decisão — como assembleia, direção e conselho fiscal — e as regras legalmente fixadas para o seu funcionamento. Estes órgãos sociais não são remunerados.

Desenvolveu um modelo de gestão que designa por “cuidar com o coração” que afirma a dignidade dos cuidados e assenta em instrumentos de trabalho que permitem monitorizar o desempenho da organização e dos cuidadores.

Possui um Plano de Capacitação dos Cuidadores que visa o desenvolvimento das competências pessoais e profissionais dos trabalhadores que prestam cuidados a idosos.

Além da certificação na metodologia Gineste-Marescotti, os serviços d' O Abrigo entre 2014 e 2019 estiveram certificados no nível A de acordo com os Manuais de Qualidade das Respostas Sociais da Segurança Social, estando a ser preparada a certificação de qualidade ISO 9001:2015.

Redes e parcerias

O Abrigo acolhe estágios de formação em contexto de trabalho através de protocolos com várias instituições de ensino superior e entidades formativas. Integra o Concelho Local de Ação Social de Santa Maria da Feira, órgão da Rede Social do concelho. No âmbito do funcionamento das respostas sociais, O Abrigo é parceiro da Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira no projeto BiblioBus.

O impacto da pandemia

Efeitos nos públicos/beneficiários/associados

O efeito da pandemia percebido nos públicos d'O Abrigo é de aprofundamento das desigualdades sociais, fazendo com que as pessoas em situação de maior desvantagem sejam aquelas onde mais se fez sentir o impacto da pandemia. No caso das pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social verificou-se que estas foram também as que tiveram maior dificuldade de acesso ao apoio à saúde, inclusive em contexto de doença COVID-19.

A pandemia acentuou as dificuldades das famílias acompanhadas pelo serviço de atendimento e acompanhamento social. Estas famílias, caracterizadas pela vulnerabilidade económica e dificuldade do acesso a recursos da comunidade ficaram desprotegidas.

Os atendimentos presenciais foram suspensos e, por isso, as famílias ficaram isoladas e sem rede de suporte.

Nem todas as famílias tinham recursos para efetuar contactos telefónicos quando precisavam de ajuda. Os meios digitais de comunicação eram inexistentes em grande parte dos agregados familiares. Por estes motivos, as pessoas em situação de maior desvantagem foram aquelas que mais sentiram o impacto da pandemia quer no acesso a cuidados de saúde, quer no acesso aos recursos da comunidade.

A pandemia tornou evidentes também as dificuldades de muitas famílias, no que se refere ao cuidado das crianças e dos idosos, quer em termos da escassez de condições físicas, quer em termos de tempo, dada a dependência do trabalho remunerado. Tornou, assim, evidente, o papel central que estas instituições prestam às famílias.

Efeitos na organização e na gestão

A pandemia provocou uma diminuição do número de utentes no serviço de creche e no centro de dia, os serviços mais afetados pelos períodos de encerramento decretados pelo Governo. Este encerramento e o medo do vírus levaram a desistências, que foram significativas no caso do centro de dia, o qual perdeu 12 dos seus 30 utentes.

Verificou-se uma diminuição significativa das participações dos utentes devido aos descontos verificados por ausência temporária dos utentes, por doença ou prevenção. Esta quebra, de cerca de 25%, teve reflexo na quebra do total de receitas da organização, em percentagem idêntica. Houve um aumento de 6,4% de receitas provenientes de subsídios públicos que não compensou a perda de receitas provenientes de vendas. Aumentaram as despesas com equipamentos de proteção individual, que não foram compensadas com a medida de apoio Adaptar Social+, a qual apenas financiou 35% destes custos (O Abrigo, 2020).

O absentismo dos trabalhadores duplicou por razões de isolamento profilático e por causa do encerramento dos estabelecimentos de ensino. Também existiram trabalhadores em *lay-off*, dado o encerramento de serviços.

Apesar das dificuldades O Abrigo não aderiu à Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde (MAREESS), que visava reforçar as instituições com trabalhadores desempregados, em *lay-off*, estudantes, trabalhadores independentes, nem às bolsas de voluntariado para apoio a idosos em IPSS, por considerar não ser possível manter os padrões e filosofia de cuidado d'O Abrigo, dada a falta de formação, conhecimento da instituição e dos idosos dessas pessoas. Aliás, assinala, nestes Programas, a tendência para a desvalorização do cuidado, visto como algo que qualquer pessoa é capaz de fazer e não como trabalho especializado que requer formação e treino.

O plano B para uma eventualidade de falta de pessoal era o recurso ao trabalho suplementar pago dos trabalhadores que já estão na equipa. Caso esta estratégia se revelasse insuficiente, previa-se recorrer à deslocação de pessoas dos outros serviços da instituição, dado que todos os trabalhadores estão familiarizados com a cultura organizacional de prestação de cuidados em *Humanitude*.

Atividades desenvolvidas para fazer face à crise pandémica

As atividades desenvolvidas para fazer face à pandemia foram grandemente enquadradas nos protocolos e estratégias desenhadas pelas autoridades públicas de saúde e de segurança social, diferenciadas consoante os diferentes tipos de serviços.

Assim, foram implementados os planos de contingência para cada serviço, o que incluiu realização e testes, uso de equipamento de proteção individual, encerramento

da creche e do centro de dia durante o confinamento, fornecimento de apoio domiciliário aos idosos enquanto o centro de dia esteve fechado, suspensão de atendimento presencial ao público, suspensão ou limitação de visitas de familiares.

Muitas atividades, sobretudo as dependentes de prestadores externos, foram suspensas, em particular as atividades ocupação de tempo culturais e desportivas. Também foi suspenso o acolhimento de voluntários e estágios curriculares e estágios de formação, numa perspetiva de limitar os contactos com o exterior.

Como os diferentes momentos da pandemia variaram, também, os planos de contingência se foram alterando, levando a novas adaptações. Por exemplo, no caso do centro de dia, este reabriu com limitações em termos do número de pessoas, levando à criação de dois turnos do Centro, um de manhã e outro de tarde.

No que se refere aos lares, perante o isolamento dos idosos provocado, primeiro, pela suspensão e, depois pela limitação das visitas dos familiares, O Abrigo desenvolveu formas alternativas de manter o contacto entre os utentes e os seus familiares, bem como de manter a proximidade entre estes e a instituição, por exemplo, através de videochamadas.

Na creche foram implementados procedimentos de segurança de modo que fosse possível os pais continuarem a entrar com os seus filhos, mantendo a presença dos pais.

A organização procurou manter-se fiel à sua filosofia e metodologia de cuidado de proximidade, implementando equipamentos de proteção individual adequados, como as máscaras FFP2, e rotinas de trabalho com procedimentos muito específicos de proteção como parte dos planos de contingência, como a desinfecção das mãos, a roupa, o modo como se prende o cabelo, a monitorização rigorosa do estado de saúde dos trabalhadores e as rotinas de confinamento a adoptar em caso de sintomas, por mais leves que fossem. Estas precauções permitiram aos trabalhadores sentirem-se seguros para se aproximarem das pessoas de quem cuidam.

Como medida de apoio O Abrigo passou a oferecer almoço e jantar aos seus trabalhadores, ainda que, mais tarde, devido as dificuldades financeiras, tenha limitado a apenas uma refeição por dia.

Efeito no trabalho e nos trabalhadores

A implementação do plano de contingência obrigou a isolar as equipas de trabalho e as respostas sociais. As reuniões presenciais deixaram de acontecer, e passou-se a usar os meios digitais para comunicação e procedimentos. Deu-se, assim um distanciamento entre as pessoas e as equipas que trabalham na organização.

Foi possível manter o esforço da equipa dentro dos limites, não tendo sido necessário esforço suplementar em termos de horários ou dias de trabalho. Todavia,

verificou-se um grande cansaço emocional, resultante do sentimento constante de medo, risco de contágio e incerteza em que as equipas trabalharam.

Verificou-se também uma invasão da vida pessoal pela vida profissional. Por um lado, pelo estado de alerta permanente na vida pessoal, dado o receio de que algo acontecesse, como um contágio, que pudesse vir a prejudicar o local de trabalho e a colocar em risco os beneficiários. Por outro lado, o sentimento de insegurança de ter de continuar a trabalhar nos momentos mais difíceis da pandemia, colocando-se também em risco e às suas famílias.

Neste contexto, as notícias sobre infeções em lares de idosos amplificaram os medos e criaram um sentimento de frustração ao denegrirem e desvalorizarem estes serviços e os seus trabalhadores, que não foram reconhecidos no seu esforço e dedicação, sobretudo quando comparados com outras profissões.

Em todo o caso, apesar do medo, do cansaço e da frustração não existiu nenhum caso de trabalhador que tenha desistido.

Balanço acerca dos desafios colocados

A pandemia COVID-19 colocou ao Abrigo um desafio que atingiu a sua essência. Ao assentar a sua metodologia de trabalho e a sua filosofia numa perspetiva de proximidade, que passa por gestos cuidativos de proximidade dos corpos, a equipa foi confrontada com a necessidade do distanciamento físico para a proteção das pessoas de quem cuida.

Na evolução da pandemia a equipa aprendeu a conciliar o inconciliável: garantir a proteção das pessoas que cuidam, através da utilização de equipamentos de proteção individual adequados e, ao mesmo tempo, manter a proximidade física do cuidado. A filosofia *Humanitude* forneceu orientação e certeza em contexto de risco e incerteza, permitindo a todos perceber o que era essencial preservar, a relação com as pessoas. Essa visão comum manteve a equipa coesa e permitiu superar o medo que todos sentiram.

Assim, a pandemia reforçou a crença de que não é possível cuidar sem proximidade.

O Abrigo e o cuidado

O cuidado e a dimensão relacional estão no centro da identidade e atividade d'O Abrigo, refletindo-se na sua missão e atuação. Esta atenção à relação ocorre relativamente aos beneficiários e também na relação entre a organização e os trabalhadores e entre estes. Considera-se que uma cultura de cuidado dos outros implica uma cultura de cuidado das pessoas que cuidam.

É inevitável evocar, a partir do exemplo desta organização, a situação dos trabalhadores das IPSS, cujos salários são geralmente muito baixos. A incapacidade do financiamento do Estado de cobrir os custos com salários que se verifica no próprio caso d'O Abrigo é exemplo das questões de fundo que se colocam no modo como os serviços sociais estão organizados em Portugal. A solução de recrutar voluntários para colmatar as necessidades dos serviços sob pressão foi interpretada como uma desvalorização das competências, dos saberes, das aprendizagens dos profissionais e até a cultura organizacional.

O Abrigo torna evidente a necessidade de valorizar um trabalho que teve uma exigência acrescida em termos físicos, psicológicos e emocionais no contexto de pandemia.

Surge a questão de saber até que ponto a desvalorização do trabalho de cuidado nos serviços sociais se prende com o facto de ser um trabalho muito feminizado, associado ao trabalho de cuidado feito na esfera doméstica, também ele suportado maioritariamente pelas mulheres. O discurso dominante, que contrasta com a filosofia desta organização, tende a naturalizar o cuidado feminino como sendo feito por amor, desvalorizando a ideia de que merece ter uma remuneração ajustada ao seu valor para a sociedade.

O Abrigo é, assim, um espaço onde se experimenta, criando soluções contextualizadas face às necessidades e apresentando, ao mesmo tempo, formas diferentes de organização da vida coletiva.

Notas

Por decisão pessoal, as autoras do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- O Abrigo. (2020). *Relatório de Gestão*.
O Abrigo. (2022a). *Quem Somos – Estratégia*. Consultado de <https://www.oabrigo.pt/quem-somos/estrategia>
O Abrigo. (2022b). *Plano de Ação e Orçamento*.

Data de submissão: 28/02/2022 | **Data de aceitação:** 21/12/2022



ESTUDO DE CASO: COOLABORA

Graça Rojão

FUNÇÕES: Concetualização, Investigação, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição
AFILIAÇÃO: CooLabora – Intervenção Social, CRL. Rua Combatentes da Grande Guerra, 62, 6200-020 Covilhã, Portugal
E-mail: gracarojao@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8799-8912>


Cristina Parente

FUNÇÕES: Metodologia, Investigação, Redação – revisão e edição
AFILIAÇÃO: Departamento de Sociologia, Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Av. Panorâmica, s/n, 4150-574 Porto, Portugal
E-mail: cparente@letras.up.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7500-7050>

Caracterização da organização

Criação e evolução

Tabela 1 Identificação

<p>Nome: CooLabora — Intervenção Social, CRL Forma Jurídica: Cooperativa Data da criação: 2008 Estatuto: Cooperativa Multisectorial e Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) Localidade: Covilhã Contacto: coolabora@gmail.com Website/Redes Sociais: www.coolabora.pt https://www.facebook.com/CooLabora-CRL-185540068304 https://www.instagram.com/coolabora_crl/?hl=pt</p>	
--	--

A CooLabora (Tabela 1) é uma cooperativa de intervenção social que nasceu a partir da mobilização de um grupo de profissionais com experiência em organizações ligadas ao desenvolvimento local, que decidiram criar uma iniciativa autónoma, centrada num território específico, isto é, na Covilhã e os concelhos limítrofes, onde pudessem pôr em prática um conjunto de valores partilhados e intervir com independência face aos partidos políticos.

Entre os princípios mais marcantes e presentes desde o início, está a colaboração, ou seja, o trabalho com outras redes e organizações, no sentido de um fazer colectivo, pelo seu potencial transformador e de aprendizagem conjunta.

A democracia e a participação são também princípios fundadores axiais e traduzem-se em práticas quotidianas de trabalho com as pessoas (e não para as pessoas), por exemplo nas assembleias de rua num bairro social ou nos grupos de escrita

autobiográfica com sobreviventes de violência, que visam o empoderamento destas mulheres.

A defesa da igualdade de oportunidades, nomeadamente entre mulheres e homens é também estrutural na CooLabora, tal como a promoção da coesão social e a procura de soluções que sejam simultaneamente colectivas, solidárias e ecológicas.

Missão e objectivos

A CooLabora definiu como missão “contribuir para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e do território, através de estratégias inovadoras e solidárias de promoção da igualdade de oportunidades, aprofundamento da democracia e da participação cívica, aprendizagem colaborativa e coesão social” (CooLabora, s.d.a., para. 1).

Procura responder às demandas do território onde está enraizada com uma acção estruturada em torno de três eixos: a promoção da igualdade entre mulheres e homens e o combate à violência doméstica e de género; o trabalho com pessoas em situação de particular vulnerabilidade e a experimentação de alternativas societais (CooLabora, s.d.b).

Atividades

A atuação da CooLabora estrutura-se em três grandes áreas de atividades, concretizadas através de projetos:

i) Igualdade entre mulheres e homens e combate à violência doméstica e de género

A igualdade entre mulheres e homens é uma das preocupações centrais da CooLabora já que esta é também a desigualdade mais estrutural que atravessa a nossa sociedade. Tem por isso uma posição activista, que se reflecte na organização de debates cívicos, acções de sensibilização da comunidade, mais incisiva junto do público escolar, campanhas etc., nomeadamente através do projeto “CUIDAdania – Cuidado e cidadania na construção da igualdade”, junto das escolas, financiado no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE).

Na área da violência doméstica e contra as mulheres, a CooLabora coordena a “Estratégia de Territorialização para Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género” da Cova da Beira, desde 2010, e com o apoio de vários programas ao longo do tempo (atualmente POISE), tem um “Gabinete de Apoio a Vítimas” com pontos de atendimento a vítimas de violência doméstica em Belmonte e na Covilhã (pessoas adultas e crianças) e no Fundão (crianças), cujo acesso é gratuito e confidencial.

Através do projeto “Rasgar Silêncios”, com o financiamento do programa Cidadãos Ativ@s, realiza oficinas de escrita autobiográfica para mulheres sobreviventes de crimes de violência doméstica, orientadas para o seu empoderamento.

ii) Iniciativas com pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade

Uma das preocupações centrais da CooLabora reside no combate a situações de injustiça social e na implementação de soluções que possam contribuir para uma sociedade mais solidária e coesa. Nesse sentido, tem uma ação mais incisiva junto de grupos sociais e de pessoas em situação de particular vulnerabilidade, como, por exemplo, comunidades ciganas, crianças e jovens de meios socioeconómicos mais desfavorecidos e com uma relação difícil com a escola e pessoas em situação de pobreza e com dificuldades em responderem às suas necessidades básicas. Neste âmbito é entidade de gestão do “Projeto Quero Ser Mais E8G”, orientado para crianças e jovens em risco, e financiado pelo Programa Escolhas, é uma das duas entidades executoras do “CLDS.4G Covilhã”, é promotora do projeto “Coolaboratório”, orientado para a capacitação cívica dos jovens, financiado no âmbito do programa Cidadãos Ativ@s,

iii) Alternativas Societais

A CooLabora procura conhecer, divulgar e promover alternativas de base local que contribuam para uma maior justiça social, para a sustentabilidade ecológica e para o aprofundamento da democracia numa perspectiva de economia solidária.

Neste campo, promove debates cívicos, apoia iniciativas solidárias e relações económicas orientadas para o aumento do bem-estar colectivo e para a criação de maior autonomia económica local, nomeadamente, através do “Troca a Tod@s”, uma iniciativa que inclui a realização de feiras de trocas com uma moeda social (TEAR) e uma loja de produtos locais. O “Troca a Tod@s” assenta num grupo de prossumidores/as que trocam entre si produtos, serviços e saberes de forma direta ou através da sua moeda social. Funciona em feiras trimestrais que envolvem cerca de 35 prossumidores/as e 800 visitantes e, ainda, um grupo de Facebook com 450 membros.

A CooLabora é também parceira em projetos como o “EDxperimentar”, de desenvolvimento para a cidadania junto das escolas e do “EcoVida”, um roteiro para o consumo sustentável.

Dimensão da organização

A CooLabora tem 17 cooperadores/as e 10 trabalhadores/as a tempo inteiro, 50% dos quais são cooperadores/as.

O número de pessoas voluntárias é muito variável. Se antes da pandemia havia um grupo com cerca de 45 membros que semanalmente faziam actividades em escolas, a pandemia levou à suspensão dessas actividades. Só a partir de Fevereiro de 2022 é que este voluntariado se começou a reorganizar, agora mais ligado à defesa dos direitos humanos, envolvendo actualmente cerca de 15 jovens.

Em termos de participantes regulares, embora o número não seja de quantificação fácil, anualmente realiza acções em escolas para cerca de 350 alunos/as; formações para 45 docentes; apoia 120 novos casos de violência doméstica, que se traduzem em cerca de 400 atendimentos e trabalha com cerca de 20 sobreviventes de violência em oficinas de escrita autobiográfica. No trabalho com os bairros sociais estarão envolvidas em assembleias de rua e trabalho comunitário cerca de 100 pessoas, maioritariamente de etnia cigana. No trabalho com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade e/ou de abandono escolar participam regularmente cerca de 40 crianças e adolescentes. O grupo de produtores locais, nomeadamente participante nas feiras de trocas e na loja Troca-a-Tod@s envolve cerca de 35 pessoas.

Estrutura de receitas

O financiamento da CooLabora provém em cerca de 85% de projectos, sejam eles financiados pela União Europeia e Estado Português (especialmente as linhas do POISE, geridas pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género ou pelo Alto Comissariado para as Migrações), pelo Instituto Camões ou por fundações privadas, como é o caso do EEA Grants geridos pela Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação Bissaya Barreto, no âmbito do programa Cidadãos Activ@s.

Cerca de 10% do financiamento provém da prestação de serviços a outras entidades (por exemplo, consultoria e formação). Os 5% restantes provém de donativos de particulares e da consignação do IRS.

Verifica-se, assim, em termos de financiamento, uma dependência significativa de financiamentos pontuais, provenientes de uma variedade de fontes públicas e privadas. Esta lógica de financiamento por projeto permite, por um lado, uma significativa flexibilidade e capacidade de inovação, adaptando as respostas às necessidades dos territórios, orientando-se para públicos e problemas sociais que não estão cobertos por uma atuação sistemática do Estado-Providência, por outro, suscita um contexto de incerteza permanente, onde a curta duração associada aos projetos coloca em causa a sustentabilidade das

intervenções e da organização. É assim que se verifica, em várias áreas de atuação, que a CooLabora tem tentado manter as suas respostas, por exemplo, na área da violência doméstica, recorrendo a diversas fontes de financiamento por projeto ao longo do tempo.

No que se refere aos donativos em espécie, estes assumem um peso significativo, pois a CooLabora beneficia de instalações cedidas gratuitamente. O espaço da sede é propriedade da Câmara Municipal da Covilhã, tal como o espaço no bairro social do Cabeço. O apoio a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade funciona numa escola primária no Tortosendo, cujas instalações são cedidas pela autarquia e os espaços de atendimento a crianças vítimas de violência doméstica em Belmonte e Fundão são também cedidos por entidades locais.

Liderança e tomada de decisões e modelo de gestão

A CooLabora tem órgãos sociais como a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal que funcionam de acordo com a legislação em vigor. As orientações estratégicas sobretudo relativas aos planos de acção anuais são discutidas no contexto das assembleias gerais, tal como os relatórios de actividades e contas.

As decisões financeiras mais pesadas, nomeadamente relativas a eventuais empréstimos junto da banca, obras, aquisições de equipamento de montante significativo são tomadas pela direcção.

Existe ainda uma comissão executiva composta por três membros que trata das decisões mais correntes e que frequentemente resultam de imposições legais burocráticas: procedimentos de contratação pública, contratação de pessoas, etc.

As decisões operacionais relativas à execução dos projectos e as decisões transversais são tomadas em reunião geral de equipa, que reúne quinzenalmente (semanalmente durante os confinamentos), com uma ordem de trabalhos criada colectivamente.

A informação relevante para toda a equipa está disponível numa pasta *online*.

Redes e parcerias

A CooLabora assume o trabalho em redes e parcerias como um aspecto estratégico na sua acção.

Redes nacionais em que participa: Animar — Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local; EAPN — Rede Europeia Anti Pobreza; Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres; Rede Sinergias ED.

Redes locais e regionais: Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde da Cova da Beira (ACeS); Conselho Consultivo da Escola Profissional de

Artes da Beira Interior; Conselho Consultivo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior; Conselho Geral do Agrupamento de Escolas a Lã e a Neve; Conselho Local de Acção Social/Rede Social da Covilhã; Conselho Municipal de Segurança da Covilhã; Núcleo Executivo da Rede Social da Covilhã.

Parcerias de projectos: em todos os projectos da CooLabora há uma forte presença de redes e parcerias, nalguns casos, como, por exemplo, no da rede “Violência Zero”, participam mais de duas dezenas de entidades. Embora não esteja actualizado, o mapa relacional está disponível na página *web* da CooLabora (s.d.c).

Impacto da pandemia

Efeitos nos públicos/beneficiários/associados

A pandemia agudizou os problemas que já existiam. Criou uma maior necessidade de apoio por parte de pessoas em situação de vulnerabilidade, que devido à precariedade das suas condições de vida, por exemplo fraca qualidade habitacional, trabalhos remunerados precários, dependência das vendas em mercados e feiras, etc. viram os seus rendimentos cair.

As vítimas de violência ficaram mais isoladas, o que foi especialmente grave nos casos em que ainda mantinham coabitação com o/a agressor/a.

As crianças e jovens sem acesso a computadores ou *smartphones* tiveram muita dificuldade em acompanhar as actividades escolares.

Os pequenos produtores artesanais viram a venda dos seus produtos cair a pique, com os comércios fechados e as feiras suspensas.

Efeitos na organização e na gestão

A principal alteração no funcionamento da organização resultou da passagem de actividades presenciais para o meio *online*. Por um lado, foi necessário realizar reuniões de equipa mais amiúde, com carácter semanal, e com uma forte componente de apoio mútuo.

Por outro lado, vieram a suceder-se videoconferências, muitas de participação obrigatória, promovidas pelos programas financiadores que procuraram incrementar o acompanhamento e a formação das equipas, o que nem sempre foi compatível com a urgência em dar resposta às situações muito problemáticas que surgiam do terreno.

Manteve-se até agora a possibilidade de reuniões de equipa através do Zoom sempre que alguém está em confinamento (e os casos sucederam-se) e a participação

por videoconferência em reuniões que exigem grandes deslocações.

Manteve-se ainda a loja física de produtos locais, criada durante a pandemia dentro do espaço da CooLabora.

A pandemia não teve um efeito significativo nos recursos da organização, com exceção da prestação de serviços, cujas receitas diminuíram por efeitos de atividades suspensas, mas tal não trouxe dificuldades financeiras significativas. As entidades financiadoras mantiveram uma grande proximidade em relação à organização e flexibilidade relativamente às necessidades de adaptação.

Também se verificou uma diminuição do número de voluntários de 45 para 15 dada a suspensão de muitas atividades, em especial relacionadas com as escolas.

Atividades desenvolvidas para fazer face à crise pandémica

A pandemia agudizou muitas das necessidades dos públicos directos. No caso das vítimas de violência doméstica, embora a resposta tenha permanecido em funcionamento presencial para situações urgentes, numa primeira fase o número de atendimentos presenciais caiu drasticamente e muito do trabalho passou a ser feito por telefone e por videoconferência. Numa segunda fase houve um incremento da procura, seja devido ao surgimento de novos casos seja também por parte de ex-vítimas que já não estavam em acompanhamento, mas que sentiram necessidade de voltar a ter um espaço de apoio psicológico.

As oficinas de escrita autobiográfica com sobreviventes de violência passaram para o regime *online* mas constatou-se que a interação e a partilha necessárias não eram facilmente compatíveis com este meio, pelo que foram suspensas.

As acções de formação, nomeadamente sobre igualdade de género para docentes e sobre violência doméstica para juristas e para as forças de segurança passaram a ser feitas *online*, no Zoom. Embora tenha havido um maior número de pessoas participantes e globalmente o resultado seja positivo, a interação foi claramente prejudicada e a atenção face a cada sessão revelou-se mais dispersa.

Algumas das maiores dificuldades foram sentidas por pessoas que já partiam de uma situação de grande fragilidade, nomeadamente a comunidade cigana. A suspensão da venda em feiras e da venda ambulante amputou estas famílias de uma fonte de rendimento importante. A CooLabora, através da equipa que trabalha no bairro social do Cabeço procurou incrementar o apoio especialmente em questões burocráticas, como a elaboração de requerimentos, relativos ao adiamento ou dispensa de pagamento de facturas em atraso (renda das casas de habitação social, água e eletricidade, etc.), seja a necessidade de apoio alimentar de

emergência. A equipa fez a ponte entre a comunidade e os organismos do Estado Social e de caridade, especialmente porque o nível de literacia é muito baixo.

Um outro grupo que enfrentou grandes dificuldades foram as crianças e adolescentes em situação de pobreza que já estavam a ser acompanhados no âmbito do programa Escolhas no sentido da promoção do seu sucesso escolar. O facto de não possuírem computador ou *smartphones* que permitissem acompanhar as aulas *online* reforçou a sua situação de exclusão. A solução inicialmente encontrada passou pela negociação com a escola e com outras organizações da comunidade no sentido de ser feito um acompanhamento mais próximo a estas crianças. A equipa passou a recolher semanalmente na escola fichas de trabalho para os/as alunos/as realizarem, fazendo as respectivas fotocópias, de acordo com o número de crianças em cada ciclo. A Guarda Nacional Republicana por seu lado, fazia a respectiva distribuição porta-a-porta às 90 crianças e jovens sem equipamento informático e a equipa do projecto passou a fazer a sua recolha e entrega na escola. Assim que foi possível, isto é, com a suspensão do confinamento obrigatório, uma vez que as crianças estavam com grandes dificuldades em acompanhar a escola, foi criada no bairro social do Cabeço a actividade “Escola na Rua”: sempre que as condições atmosféricas o permitiam, era improvisada na rua uma escola, com mesas e cadeiras e a equipa do projecto passou a ajudar as crianças nos seus trabalhos escolares, de forma a atenuar o distanciamento face aos alunos e às alunas que conseguiram continuar a acompanhar as aulas *online* e também para reduzir as consequências do isolamento.

Uma outra medida criada durante a pandemia com o grupo Troca-a-Tod@s, dada a impossibilidade de realização de feiras presenciais que são muito importantes para os pequenos produtores, foi a criação de uma loja dentro do espaço da CooLabora, destinada a apoiar a comercialização destes produtos. Foi também criada uma montra *online* na página da Coolabora, com mostra dos produtos de alguns produtores e dos seus contactos.

Efeito no trabalho e nos trabalhadores

Para a CooLabora houve simultaneamente uma grande aprendizagem relativa a ferramentas de comunicação a distância, muitas das quais continuarão a ser usadas no pós-pandemia porque facilitam a comunicação com pessoas e grupos que estão fisicamente muito distantes, mantendo alguma interacção complementar aos encontros presenciais. Por outro lado, foi também evidente que a presença física é fundamental no trabalho com as pessoas e não pode ser substituída.

Ficaram ainda algumas ferramentas que facilitam o trabalho colaborativo e que continuarão a ser usadas pela equipa, como, por exemplo a utilização

prioritária da “nuvem” para partilha de documentos e a comunicação via Messenger ou WhatsApp.

Balanço acerca dos desafios colocados

A pandemia evidenciou que as pessoas que já vivem uma situação de fragilidade são também aquelas que são mais afectadas por crises desta natureza. Tornou também muito evidente a importância de existirem respostas públicas ao nível de sectores, como por exemplo, a saúde, e a segurança social, pois ainda que não tenham sido resolvidos problemas estruturais, permitiram atenuar fortemente as consequências da crise.

A pandemia mostrou como as pessoas se podem mobilizar de forma solidária em situações adversas, mostrando que não são as lógicas individualistas que permite enfrentar crises colectivas. Foi notório um espírito mais solidário e de predisposição para a entreaajuda no seio das comunidades.

A *CooLabora* demonstrou uma significativa capacidade de adaptação da sua atuação e de resposta aos desafios múltiplos que surgiram com a diversidade dos seus públicos e problemas em que atua. Assim, em complementaridade com as adaptações das respostas públicas no sector da segurança social e educação, desenvolveu novas atividades que procuraram minimizar o impacto da desigualdade no acesso a estas respostas, apoiando em processos burocráticos para moratórias de dívidas, acesso a apoio alimentar de emergência, acompanhamento de crianças sem acesso a aulas *online* e apoio ao estudo.

A CooLabora e o cuidado

A pandemia tornou mais visível a importância do trabalho das organizações sociais e o seu contributo para o bem-estar colectivo. Mostrou como o cuidado faz parte da nossa condição humana e como somos seres interdependentes. Sem os laços de solidariedade que foram criados durante a pandemia, o sofrimento de pessoas em situação de maior vulnerabilidade teria certamente sido maior.

Mostrou também como todo o trabalho dito reprodutivo, isto é, o trabalho que se ocupa da reprodução da vida, como os cuidados ou o trabalho doméstico, têm um valor sem paralelo no seu reconhecimento social. Este trabalho nunca pôde parar ou abrandar porque foi e é fundamental para assegurar a sustentabilidade da vida. Torna-se, assim, mais visível, a necessidade de uma concepção de trabalho ampla, que reconheça também o trabalho não-pago. Paralelamente, é importante reconhecer uma concepção de economia que englobe todas as actividades de provisão de bens e serviços (não apenas as mercantis) e que valorize o trabalho de

cuidado das pessoas e dos ecossistemas.

As experiências locais, embora possam ter uma capacidade de resposta limitada e não substituam aquilo que são, ou deveriam ser responsabilidades públicas, constituem um espaço de experimentação e de fermentação de outros modos de organização da vida colectiva, criam possibilidades de agir no concreto do “aqui e agora” e de construção de soluções contextualizadas. Mostram, também, que o cuidado não pode ser visto como uma responsabilidade privada, das famílias (e dentro destas das mulheres). A sua relevância exige que seja assumido pelo Estado, pelas comunidades e por todos as pessoas que os podem assegurar.

Notas

Por decisão pessoal, as autoras do texto não escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- CooLabora. (s.d.a). *Sobre – Missão e Objectivos*. Consultado em maio de 2022, de <https://coolabora.pt/sobre/missao-e-objectivos/>
- CooLabora. (s.d.b). *Sobre – Áreas de Intervenção*. Consultado em maio de 2022, de <https://coolabora.pt/sobre/areas-de-intervencao/>
- CooLabora. (s.d.c). *Sobre – Redes e Parcerias*. Consultado em maio de 2022, de <https://coolabora.pt/sobre/redes-e-parcerias/>

Data de submissão: 28/02/2022 | **Data de aceitação:** 21/12/2022



ESTUDO DE CASO: RDA69

José Nuno Matos

FUNÇÕES: Concetualização, Investigação, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição
AFILIAÇÃO: Instituto de Comunicação da NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal
E-mail: josematos@fcsh.unl.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8772-6223>

Graça Rojão

FUNÇÕES: Concetualização, Investigação, Redação – revisão e edição
AFILIAÇÃO: CooLabora – Intervenção Social, CRL. Rua Combatentes da Grande Guerra, 62, 6200-020 Covilhã, Portugal
E-mail: gracarojao@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8799-8912>


Raquel Rego

FUNÇÕES: Metodologia, Investigação, Redação – revisão e edição
AFILIAÇÃO: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa, Portugal
E-mail: raquel.rego@ics.ulisboa.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7342-8695>

Caracterização da organização

Criação e evolução

Tabela 1 Identificação

<p>Nome: Recreativa dos Anjos — RDA69 Forma Jurídica: Associação/Coletivo Data da criação: 2010 Localidade: Lisboa Website/Redes Sociais: https://rda69.net/</p>	
---	--

A Recreativa dos Anjos — RDA69 (Tabela 1) — designação que se vincula o número de porta onde está sedeada — foi criada num contexto de austeridade económico-financeira, numa zona de Lisboa com grandes contrastes socio-económicos. Esta zona tem sofrido um processo de gentrificação, fruto do surgimento de novos negócios e do aumento da atividade de alojamento local e, conseqüentemente, do aumento do preço das rendas e do preço do imobiliário.

A Associação, ou o Coletivo como alguns preferem designar, foi fundada por coletivos de pessoas residentes na zona, como um espaço comunitário onde diversos projetos pudessem ser desenvolvidos, numa perspetiva horizontal, de entre-ajuda. Alberga e agrega no seu interior as atividades de vários coletivos.

Além da organização de atividades culturais e encontros e debates, conta-se, entre os seus primeiros projetos, a Ciclo-Oficina dos Anjos e a Cantina Cooperativa.

A primeira, uma oficina de bicicletas, permitia às pessoas arranjarem as suas bicicletas gratuitamente. A segunda permitia confeccionar as refeições e comer cooperativamente.

As suas atividades foram fortemente marcadas pela pandemia COVID-19.

Missão e objetivos

A RDA69 é um coletivo dedicado a atividades de natureza sociocultural com encastramento territorial, sendo inteiramente moldada pelas dinâmicas sociais, culturais e económicas da zona onde se encontra sediada. Como tal, os seus públicos são diversos, integrando as pessoas que coabitam este território. Tem, por isso, um carácter diverso que reflete as disparidades socio-económicas do território. Os seus membros e utilizadores atuais incluem profissionais de várias áreas, pessoas desempregadas, precários, estudantes, jovens, sem-abrigo, imigrantes e refugiados.

Trata-se de um projeto político e comunitário. Possui uma lógica de solidariedade horizontal que implica uma perspetiva de co-construção e co-produção, envolvendo todos os participantes. Além da entreajuda, desde a pandemia COVID-19 que procura intervir socialmente no apoio a grupos vulneráveis, como pessoas sem abrigo ou imigrantes e refugiados, fazendo-o numa perspetiva alternativa à lógica caritativa e assistencialista.

Atividades

Entre as atividades da RDA69, as quais podem ser desenvolvidas por diferentes coletivos, com regularidade, incluem-se:

- Atividades culturais como lançamentos de livros, filmes, debates, exposições e concertos;
- Biblioteca, com mais de dois mil acervos catalogados e mil por catalogar;
- Informática;
- Aulas de ioga;
- Desportos, como boxe ou ping-pong;
- Cozinha e cantina de comida vegetariana;
- Forno comunitário;
- Espaço para reunião ou de eventos organizados pela RDA69 e seus membros ou outros coletivos;
- Serviço gratuito de consulta e acompanhamento jurídico
- Bar

A dinamização de muitas destas atividades são da responsabilidade de diferentes coletivos, não existindo, por isso, uma organização centralizada.

Dimensão da organização

A RDA69 não tem trabalhadores assalariados, funcionando integralmente com base em trabalho voluntário dos membros, os quais dividem as tarefas rotativamente.

A RDA69 é uma organização local, com um forte encastramento territorial, moldada pelas características e dinâmicas desse território. Considera-se, por isso, que não é possível a replicação do modelo em outro local, nem tal é desejável. Isto não significa que não estabeleça redes com outras organizações e coletivos que partilham os mesmos objetivos e lógicas de atuação.

Estrutura de receitas (monetárias e não monetárias)

A RDA69 não depende de subsídios ou outros rendimentos de entidades públicas. Assenta a sua atuação no trabalho gratuito dos membros e eventuais donativos de membros ou outras pessoas e entidades do território.

Quer o bar, quer a realização de alguns eventos, como concertos, permitem a angariação de fundos para as despesas de funcionamento, tais como pagar electricidade, água e rendas.

Liderança e tomada de decisões e modelo de gestão

Enquanto associação, a RDA69 possui órgãos formais de tomada de decisão — assembleia geral, direção e conselho fiscal — que atuam sob as regras legalmente fixadas para o seu funcionamento. Todavia, a prática democrática vai além da formalidade enquanto associação.

O colectivo é uma estrutura horizontal onde os diferentes papéis nos órgãos formais não são relevantes e a tomada de decisão ocorre coletivamente e com regularidade, sobre todos os aspetos da vida da organização. Existe uma assembleia, realizada uma vez por semana, onde se tomam as principais decisões e se divide o trabalho. Todos os membros se responsabilizam pelas atividades de gestão quotidiana como pagar contas, fazer compras, etc.

Redes e parcerias

A RDA69 mantém relações com outros coletivos, sejam mais próximos, com os quais pode partilhar o espaço para eventos pontuais ou regulares, sejam eles de

outras partes da cidade de Lisboa e do país com os quais partilha visões do mundo e formas de agir.

Os seus membros estão também envolvidos em outras iniciativas, sendo notório o exemplo da ocupação de um imóvel devoluto vizinho da RDA69, com o objetivo de organizar um centro de apoio social aos sem-abrigo, a Seara. Membros da RDA69 participaram na dinamização e, depois, na resistência à expulsão do imóvel.

Impacto da pandemia

Efeitos nos públicos/beneficiários/associados

O efeito da pandemia fez-se sentir a partir de março de 2020, quando se deu o confinamento geral. O seu efeito nas sociedades foi inédito pois levou à sua quase paragem total: ruas vazias, instituições e empresas fechadas, viagens suspensas, etc.

Um dos efeitos para os membros da RDA69 foi, portanto, a suspensão das suas atividades laborais, vendo-se confrontados com situações de *lay-off* ou mesmo desemprego, impossibilidade de desenvolvimento de atividades económicas e ausência de proteção social no caso dos trabalhadores precários.

Com o confinamento e o encerramento das atividades da RDA69 os membros viram-se, também, em situação de isolamento.

No território onde a RDA69 está implantada o efeito do confinamento e da pandemia também se fez sentir, sobretudo em pessoas mais vulneráveis como sem abrigo, imigrantes e refugiados.

Efeitos na organização e na gestão

Com a declaração de estado de emergência, e à semelhança de todas as organizações, a RDA69 foi forçada a interromper as suas atividades regulares e encerrar. Esta interrupção afectou um dos objetivos mais importantes da RDA69, o de servir de espaço de encontro. Diminuiu também substancialmente a sua fonte de receitas para funcionamento gerada pelo bar e pelos eventos de angariação de fundos.

Num primeiro momento do confinamento, em março de 2020, a RDA69 decidiu reduzir o preço das refeições na sua Cantina, tendo em conta a diminuição de rendimentos das pessoas que frequentavam a Cantina, mas cedo percebeu que mesmo esta diminuição não era suficiente perante a perda de rendimentos. Além disso, tornaram-se evidentes as necessidades das pessoas no território. Abriu, assim, uma “Cantina Solidária” onde se passou a servir refeições gratuitamente. Para

o seu funcionamento, recorreu-se ao trabalho voluntário dos membros e a donativos materiais e monetários, o que permitiu servir refeições na Cozinha (RDA69, 2020b).

A RDA69 foi profundamente afetada pela pandemia em termos do seu funcionamento e públicos abrangidos, abrindo as suas portas a pessoas em situação de carência e atuando numa perspetiva de apoio alimentar de emergência.

Esta mudança levou a uma reflexão sobre o tipo de relação que a RDA69 queria desenvolver com os seus públicos, alterando a relação entre os que ajudam e os que são ajudados para uma perspetiva horizontal e de entreajuda, o que se concretizou na criação de uma Esplanada Solidária.

Atualmente, os participantes na RDA69 são mais diversificados, incluindo um grupo de pessoas em grandes dificuldades alimentares e habitacionais.

Por sua vez, a diminuição das suas atividades com potencial de angariação de fundos tem desequilibrado as contas e gerado dificuldades financeiras, não sendo as receitas suficientes para suprir as necessidades.

Atividades desenvolvidas para fazer face à crise pandémica

Em resposta às necessidades evidenciadas no território foi criada uma “Cantina Solidária” que colmatava as necessidades alimentares da população fragilizada, entre ela as pessoas sem abrigo, imigrantes ou jovens, e também de membros cujos rendimentos foram significativamente afetados na situação pandémica (RDA69, 2020b).

A “Cantina Solidária” abriu em março de 2000, durante o primeiro confinamento. Serviu cerca de 200 refeições diárias durante 6 meses, recorrendo a campanhas de donativos e ao apoio da Junta de Freguesia de Arroios e dos vizinhos que doaram alimentos. Estes eram confeccionados pelos membros em regime voluntário, alguns deles com maior disponibilidade de tempo dado terem a atividade laboral suspensa. A escolha e a confeção de alimentos tiveram de ser adaptadas ao público, considerando-se em particular, alimentos de fácil ingestão para pessoas com problemas de dentição.

A RDA69 articulou-se numa rede informal de organizações congéneres que desenvolveram formas de cantinas populares, ajuda alimentar ou cabazes no Porto (Rede de Apoio Popular Mútuo), em Arroios, Penha de França (Disgraça), Barreiro (Cooperativa Mula), Bairro da Cova da Moura, numa lógica que descrita como sendo de “desmonetização da ajuda”.

Esta Cantina encerrou em setembro de 2020, com o desconfinamento, em parte por falta de disponibilidade dos voluntários que regressaram aos seus empregos e trabalhos, e em parte por se questionar o modelo de atuação.

A RDA69 retomou parte das suas atividades, mas deu continuidade a alguns serviços e formas de ajuda mútua iniciadas com a “Cantina Solidária”, que assumiu a forma de uma “Esplanada Comunitária”, onde procuram atuar de forma mais próxima da sua matriz principal, numa perspetiva de entreajuda horizontal.

A “Esplanada Comunitária” foi criada em setembro de 2020, para que as pessoas se pudessem juntar para conversar, ter acesso a alguns serviços gratuitos (como, por exemplo, o carregamento do telemóvel, água, máquina da roupa, WC e internet).

Foram criadas as condições para as pessoas confeccionarem a sua própria comida através da disponibilização de uma cozinha móvel com fogão, panelas, especiarias, comida enlatada, massa, arroz e vegetais. Diariamente, cerca de 40 pessoas passaram a cozinhar coletivamente e a ajudar na montagem da cozinha e na sua limpeza e arrumação.

Com a criação da “Esplanada Comunitária” pretendeu-se ultrapassar as fronteiras entre quem dá ou faz e quem recebe ou usufrui, que se revelaram no funcionamento da “Cantina Solidária” (RDA69, 2021). A “Esplanada” está organizada para o desenvolvimento de relações horizontais e sociabilidades de ajuda mútua e comunidade.

Foram também desenvolvidas atividades pontuais que visaram a aproximação entre as pessoas que passaram a frequentar o espaço como reconstrução de canteiros, uma sessão de *spa*, festas de aniversário, etc.

Numa perspetiva de esbater as fronteiras entre as pessoas e criar novas formas de sociabilidade, foi criado, em 2021, um Grupo de Trabalho, incluindo vários tipos de participantes, com a responsabilidade de organizar uma atividade semanal de jantar que envolvesse toda a gente no planeamento, gestão e execução, e cujas receitas geradas contribuíssem para a atividade da “Esplanada”. O objetivo era tornar a RDA69 um espaço de pertença de todos os participantes, que o usam de diversas formas.

Efeito no trabalho e nos trabalhadores

A RDA69 não tem trabalhadores assalariados, funcionando integralmente com base no ativismo e colaboração dos membros. A situação de confinamento e *lay-off* suscitou maior disponibilidade por parte de alguns dos membros para dedicarem mais tempo ao trabalho na RDA69.

A “Cantina Solidária”, confeccionando 200 refeições por dia, implicou um esforço significativo por parte dos membros da RDA69. Eram constituídas equipas, de pelo menos quatro pessoas, que trabalhavam quatro ou mais horas por dia na organização das refeições. Este trabalho revelou-se muito exigente e apenas possível dada a situação de suspensão das atividades laborais.

O fim do primeiro confinamento e o regresso ao trabalho de muitos dos voluntários, a par com o cansaço gerado pelo trabalho de manutenção da “Cozinha Solidária”, contribuíram para a decisão de a encerrar.

Balanço acerca dos desafios colocados

A “Cantina Solidária” foi uma experiência intensa que criou ou aprofundou as relações entre os membros da RDA69 e as pessoas do território, quer as que se encontravam em situação de vulnerabilidade e foram apoiadas pela “Cantina Solidária” e as que se envolveram na “Esplanada Comunitária”, quer as pessoas e entidades, como a Junta de Freguesia de Arroios, que apoiaram a “Cantina Solidária” com donativos.

Tratou-se de uma resposta emergencial a uma contingência e não se pretende que seja uma solução para problemas reconhecidos como persistentes e estruturais, como a pobreza, a precaridade e o desemprego, cuja solução deverá passar por outros mecanismos e outras entidades, incluindo uma responsabilidade e solução política.

Se a ação da RDA69 em tempos de pandemia, bem como o de outras organizações pertencentes à sua rede, mostra como um conjunto de pessoas se consegue organizar de forma autónoma — sem o enquadramento formal e institucional das organizações públicas ou privadas —, e desenvolver formas de ajuda, solidariedade e apoio, tal não deve significar que este deva ser o modelo de resposta a estes problemas ou deva ser replicado em outros espaços.

Na Carta Aberta às Comunas, a RDA69 faz o seguinte balanço:

Se algo ficou deste período foi o colocar em prática de diversas formas de auto-organização. Cantinas solidárias, ocupações, hortas, brigadas de bairro, redes diversas de apoio mútuo. Quem quer que tenha estado presente nestas experiências não pode simplesmente regressar à normalidade. (RDA69, 2020a)

A RDA69 e o cuidado

A RDA69, como outras organizações sem fins lucrativos, traduz uma forma de pensar em economia além da lógica mercantil.

A sua atuação no mercado, com atividades como a manutenção de um bar, visa gerar receitas que permitam colmatar as necessidades financeiras de pagar as despesas fixas, tal como renda, água e luz. Assim, os recursos do bar são um meio de manter as atividades e concretizar a missão, e não um fim em si mesmo.

Por seu turno, os seus principais recursos, os donativos e o trabalho voluntário, não pertencem à lógica mercantil, mas a uma lógica recíproca.

Assim, a RDA69 representa uma forma de economia que surge como alternativa à mercantilização da vida, implicando um outro significado de economia, como algo que engloba todas as atividades de provisão.

No seu dia-a-dia e na sua atuação durante a pandemia demonstra a existência de relações de reciprocidade e de cuidado que geralmente ocorrem nas esferas familiar e comunitária. A pandemia fez alargar os espectros da ajuda mútua do âmbito dos participantes habituais da RDA69 para outros grupos da comunidade, e procurou afirmar a sua lógica recíproca de solidariedade horizontal na sua evolução.

Esta economia substantiva é geralmente invisibilizada, apesar de ser fundamental no bem-estar das sociedades, como ficou evidente durante a pandemia. Todavia, mesmo no contexto da pandemia continuou a ser desvalorizada quando, por exemplo, surgiram os debates que puseram em oposição as opções “salvar as pessoas” ou “salvar a economia”. Este debate em si próprio demonstrou que existe algo profundamente errado na forma como vemos a economia, porque não a vemos como um meio, vemo-la como um fim em si próprio.

A RDA69 ao ensaiar formas de organização e relação além da estatização e monetização do cuidado, coloca a questão de o tornar numa responsabilidade coletiva, organizada de forma horizontal.

Notas

Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

RDA69, Recreativa dos Anjos. (2020a). *Carta Aberta às Comunas*. Consultado em fevereiro de 2022, de <https://rda69.net/2020/07/08/carta-aberta-as-comunas/>

RDA69, Recreativa dos Anjos. (2020b). *Início – About the first month of the community terrace*. Consultado em 1 de fevereiro de 2022, de <https://rda69.net/2020/11/03/about-the-first-month-of-community-esplanade/>

RDA69, Recreativa dos Anjos. (2021). *Início – Jantares da esplanada*. Consultado em 1 de fevereiro de 2022, de <https://rda69.net/2021/06/28/jantares-da-esplanada/>

Data de submissão: 28/02/2022 | **Data de aceitação:** 21/12/2022



NORMAS PARA AUTORES/AS SUBMISSION GUIDELINES

NORMAS PARA AUTORES/AS

1. A *SOCIOLOGIA ON LINE* só aceita propostas para publicação de textos originais, de cariz sociológico, que não tenham sido anteriormente publicados ou que estejam em revisão noutra revista.
2. A revista aceita diferentes tipos de textos: **artigos** (que poderão ser o resultado de investigação em contexto de investigação básica/pura ou em contexto de investigação aplicada, investigação-ação), **ensaios** e **recensões**.
3. Estes textos poderão ser escritos em português, inglês, francês ou espanhol.
4. A submissão deverá ser endereçada por correio eletrónico para sociologiaonline@aps.pt;
5. A Direção da revista procede a uma avaliação inicial de todos os textos. No caso de se adequarem à *SOCIOLOGIA ON LINE* e cumprirem as normas de publicação, encetar-se-á um processo de revisão que recorre a avaliadores/as externos/as e decorre no formato de duplo anonimato, segundo o qual os/as revisores/as desconhecem o nome dos/as autores/as e os autores/as desconhecem o nome dos/as revisores/as (através da criação de um ficheiro anonimizado). Este processo inclui pelo menos dois/duas revisores/as. A decisão final de publicação pertence à Direção da *SOCIOLOGIA ON LINE*.
6. Para além do ficheiro completo com a identificação dos/as autores/as, deverá ser enviado um ficheiro anonimizado, omitindo qualquer referência à autoria do ficheiro e a eventuais projetos que possam ter financiado a investigação. Deve também ser substituída qualquer referência a publicações anteriores dos/das autores/as, tanto nas citações no texto como na lista de referências, pela palavra "Autor@/s".
7. Todos as submissões serão sujeitas a um sistema de deteção de plágio. Em caso de deteção de plágio o trabalho não será publicado. Os/as autores/as ficarão também impedidos de submeter outras publicações durante um período nunca inferior a um ano, sujeito a decisão da Direção.
8. Os trabalhos propostos à *SOCIOLOGIA ON LINE* devem ser enviados num ficheiro Word, a corpo 12, fonte Times New Roman e espaço 1,5 sendo a sua revisão gramatical e sintática da responsabilidade dos/as autores/as.
9. Os **artigos** não deverão ultrapassar 9000 palavras, incluindo notas de rodapé e referências.
10. Os **ensaios** não devem ultrapassar 6000 palavras, incluindo notas de rodapé e referências.
11. As **recensões** não devem ultrapassar 1500 palavras, incluindo notas de rodapé e referências.

12. Para os **artigos** resultantes de trabalho desenvolvido em contexto de **investigação básica/pura** sugere-se que os/as autores/as sigam a seguinte estrutura geral: Introdução; Enquadramento teórico; Objetivos (gerais e específicos); Método; Resultados; Conclusões; Financiamento (opcional); Agradecimentos (opcional); Referências.
13. Para os **artigos** referentes a trabalhos produzidos em contexto de **investigação aplicada, investigação-ação**, sugere-se a seguinte estrutura para estes textos: Introdução; Contextualização do fenómeno estudado; Objetivos (gerais e específicos); Diagnóstico do contexto de intervenção; Metodologia; Resultados; Conclusões; Financiamento (opcional); Agradecimentos (opcional); Referências. Os/as autores/as deverão incluir no texto detalhe relativo às componentes de inovação, avaliação e monitorização.
14. Para os **ensaios** sugere-se que os/as autores/as sigam a seguinte estrutura geral: Introdução, Argumento (deve incluir a exposição/contextualização do caso, a perspetiva do/a autor/a e a sua fundamentação teórica), Conclusões (ou considerações finais), Referências.
15. As notas de rodapé devem ser em número reduzido e apresentadas em corpo 10. A sua numeração será contínua, do início ao fim do artigo.
16. Os textos escritos em português deverão incluir uma nota final que explicita a utilização ou não utilização do novo acordo ortográfico. Sugere-se a utilização de uma das seguintes opções “Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem/não escrevem segundo o novo acordo ortográfico”.
17. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em tabelas e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos. Os títulos de tabelas devem ser apresentados a Bold, centrados, em corpo 12 e fonte Times New Roman; deve ainda existir um espaço entre o texto e o título da tabela/figura e um espaço entre o título e a respetiva tabela/figura. Sempre que uma tabela fique cortada, deve transitar para a folha seguinte.
18. Os elementos não textuais devem ser enviados num ficheiro separado no seu formato original (Excel, SPSS, outros) ou nos seguintes formatos:
 1. EPS (ou PDF): Desenhos vetoriais;
 2. TIFF (ou JPG): Imagens a cor ou em escala cinza: Resolução mínima de 300 dpi.
19. No caso do recurso a elementos não textuais que não sejam originais e que estejam sujeitos a copyright e/ou outro tipo de direitos, é necessário uma autorização para a sua utilização ou a aquisição dos direitos correspondentes.
20. Os **artigos** devem ser acompanhados de um título em português e em inglês; um resumo de até 250 palavras em português e outro em inglês (incluindo uma breve introdução ao estudo; uma referência às abordagens teórica e metodológica utilizadas; os principais resultados; a conclusão e a relevância do

trabalho); 4 palavras-chave em português e 4 palavras-chave em inglês. Os artigos escritos noutras línguas que não as anteriores deverão adicionalmente apresentar um título, resumo e palavras-chave na língua original do texto.

21. Os **ensaios** devem ser acompanhados de um título em português e em inglês; um resumo de até 250 palavras em português e outro em inglês (incluindo o tema, o objetivo ou motivação, o principal argumento do texto e a conclusão); 4 palavras-chave em português e 4 palavras-chave em inglês. Os ensaios escritos noutras línguas que não as anteriores deverão adicionalmente apresentar um título, resumo e palavras-chave na língua original do texto.
22. Os títulos dos textos submetidos para publicação na revista SOCIOLOGIA ON LINE não podem ser idênticos a títulos de outras publicações ou comunicações realizadas pelos/as autores/as.
23. Os dados de identificação de todos/as os/as autores/as terão de indicar as seguintes informações: instituição discriminada a três níveis (ex. Universidade; Faculdade; Departamento ou Unidade de Investigação); código postal; cidade; país e endereço de e-mail. Todos/as os/as autores/as têm de apresentar o respetivo identificador digital ORCID. O/A autor/a de correspondência deverá apresentar a morada institucional completa.
24. Os/as autores/as deverão indicar, com base na taxonomia CRediT (Contributor Roles Taxonomy – <https://casrai.org/credit/>), qual a contribuição de cada pessoa autora/colaboradora para o texto. No caso de uma única autoria deve ser seguido o mesmo procedimento.
25. Os/as autores/as devem enviar uma declaração de inexistência de conflito de interesses assinada por todos/as.
26. No caso de os textos incluírem uma seção de “Agradecimentos”, esta deverá surgir após a secção “Conclusões” e antes da secção “Referências”.
27. As citações, as referências no texto e a referenciação bibliográfica devem obedecer às normas APA 7th Edition.
28. Os direitos de copyright são pertença da Associação Portuguesa de Sociologia.



SUBMISSION GUIDELINES

1. *SOCIOLOGIA ON LINE* publishes original research, of sociological nature, that was not previously published or that is not being considered for publication elsewhere.
2. The Journal accepts different types of texts: **articles** (whether as a result of research in the context of basic/pure research or in the context of applied research, research-action), essays and **book reviews**.
3. These manuscripts may be written in Portuguese, English, French or Spanish.
4. Manuscripts must be submitted to sociologiaonline@aps.pt.
5. All texts are initially evaluated by the Direction of *SOCIOLOGIA ON LINE*. Manuscripts that comply with the Journal's publication standards are independently evaluated by at least two experts. The Journal uses a double-blind peer review system, which means that the identities of the authors are concealed from the reviewers, and vice versa (by creating an anonymized file). The Direction of *SOCIOLOGIA ON LINE* is responsible for the final publication decision.
6. In addition to the complete file with the identification of the authors, an anonymized file must be sent, omitting any reference to the authorship of the text and any projects that may have funded the research. Any reference to authors previous publications, both in the text citations and in the list of references, should be replaced by the word "Author/s".
7. All submissions will be subject to a plagiarism detection system. In case of detection of plagiarism, the work will not be published. Authors will also be barred from submitting other publications for a period of no less than one year, subject to decision by the Editorial Board.
8. Manuscripts proposed to *SOCIOLOGIA ON LINE* must be submitted in a Word file with the text in 12-point Times New Roman and 1,5 line spacing. Authors are responsible for the grammatical and syntactical revision of the articles.
9. **Articles** should not exceed 9000 words, including footnotes and references.
10. **Essays** should not exceed 6000 words, including footnotes and references.
11. **Book reviews** should not exceed 1500 words, including footnotes and references.
12. For **articles** resulting from work developed in the context of **basic/pure research** authors are encouraged to follow the following general structure of papers: Introduction; Theoretical framework; Objectives (general and specific); Methodology; Results; Conclusions; Funding (if applicable); Acknowledgments (if applicable); References.
13. For **articles** related to work produced in the context of **applied research**, action research, the following structure is suggested: Introduction; Contextualization

of the phenomenon studied, Objectives (general and specific), Diagnosis of the intervention context, Methodology; Results; Conclusions; Funding (if applicable); Acknowledgments (if applicable); References. Authors should include a detailed description about innovation components, assessment, and monitoring.

14. For the **essays**, it is suggested that authors follow the following general structure: Introduction; Argument (should include the exposition/contextualization of the case, the author's perspective and theoretical foundation); Conclusions (or final considerations); References.
15. Footnotes should be used sparingly. In addition, they should be presented in 10-point Times New Roman, with continuous numbering, from the beginning to the end of the article.
16. Manuscripts written in Portuguese should include a final note stating whether they follow or not the spelling agreement.
17. Article's non-textual elements should be presented in tables or figures and identified with continuous Arabic numerals. Table titles should be presented in 12-point Times New Roman, bold and centred. There should be a space between the text and the title of the table or figure and a space between the title and the corresponding table or figure. Tables/figures must be kept in one sheet.
18. Non-textual elements should additionally be sent in a separate file in their original format (Excel, SPSS, others) or in the following formats:
 1. EPS (or PDF): Vector drawings;
 2. TIFF (or JPG): Color or grayscale images: 300 dpi minimum resolution.
19. The usage of non-textual elements that are not original and are subject to copyright and/or other rights, requires a permission or the purchase of the corresponding rights;
20. **Articles** must present a title in Portuguese and a title in English: an abstract of up to 250 words in Portuguese and in English (including a brief introduction to the study; a reference to the theoretical and methodological approaches used; the main results; the conclusion and the work's relevance); 4 keywords in Portuguese and 4 keywords in English. Articles written in languages other than the previous ones should also present a title, abstract and keywords in the original language of the text.
21. **Essays** must present a title in Portuguese and in English; a summary of up to 250 words in Portuguese and in English (including the theme, objective or motivation, the main argument of the text and the conclusion); 4 keywords in Portuguese and 4 keywords in English. The essays written in languages other than the previous ones should also present a title, abstract and keywords in the original language of the text.

22. The titles of the texts submitted to *SOCIOLOGIA ON LINE* must be different from the titles of other publications and communications by the authors.
23. Authors must specify the following information regarding their affiliations: institution discriminated at three levels (e.g. University, School, Department or Research Unit); Postal Code; City; Country and e-mail address. All authors must present the digital identifier ORCID. The correspondence author must present the complete institutional address.
24. The authors should indicate, based on the CRediT taxonomy (Contributor Roles Taxonomy – <https://casrai.org/credit/>), the contribution of each author/collaborator. In the case of a single authorship, the same procedure should be followed.
25. Authors must submit a no conflict of interest declaration signed by all.
26. If the manuscripts include a section of “Acknowledgments”, this should be included after the “Conclusions” and before “Notes” and “References”.
27. Citations, references in-text and reference list must comply with the APA 7th Edition.
28. The Associação Portuguesa de Sociologia retains copyright of all published manuscripts.

